



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS
MESTRADO EM LETRAS

DÉBORA REIS AGUIAR

**ESTRATÉGIAS DE (IM) POLIDEZ NO DISCURSO DE PRESIDENCIÁVEIS 2014: A
ACUSAÇÃO COMO GUIA**

São Cristóvão-SE
2017

DÉBORA REIS AGUIAR

**ESTRATÉGIAS DE (IM) POLIDEZ NO DISCURSO DE PRESIDENCIÁVEIS 2014: A
ACUSAÇÃO COMO GUIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade Federal de Sergipe, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Letras.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Leilane Ramos da Silva.

São Cristóvão-SE
2017

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

Aguiar, Débora Reis

A282e Estratégias de (im) polidez no discurso de presidentiáveis 2014: a
acusação como guia / Débora Reis Aguiar; orientadora Leilane Ramos da
Silva.– São Cristóvão, SE, 2017.
115 f. : il.

Dissertação (mestrado em Letras) – Universidade Federal de Sergipe,
2017.

1. Análise do discurso. 2. Discussões e debates. 3. Atos de fala
(Linguística). 4. Candidatos políticos – Discursos. I. Silva, Leilane Ramos da,
orient. II. Título.

CDU 81'42

DÉBORA REIS AGUIAR

**ESTRATÉGIAS DE (IM) POLIDEZ NO DISCURSO DE PRESIDENCIÁVEIS 2014: A
ACUSAÇÃO COMO GUIA**

Dissertação apresentada como exigência para exame de defesa no curso de Mestrado em Letras, na área de concentração Estudos Linguísticos, à seguinte comissão julgadora:

BANCA EXAMINADORA:

Prof^a Dr^a Leilane Ramos da Silva - UFS
Universidade Federal de Sergipe
Presidente – Orientadora

Prof^a Dr^a Márcia Regina Curado Pereira Mariano - UFS
Universidade Federal de Sergipe
1^a Examinadora – Externa

Prof^a Dr^a Geralda de Oliveira Santos Lima - UFS
Universidade Federal de Sergipe
2^a Examinadora – Interna

Dissertação aprovada em 28 de agosto de 2017.

Dedico esta dissertação às pessoas mais importantes e incentivadoras de minha carreira acadêmica e profissional, pois sem eles não teria chegado aqui:

Meus pais, Antonieta e Adhemar, os senhores confirmam-me diariamente os versos da canção *“Não é sobre ter todas as pessoas do mundo pra si; É sobre saber que em algum lugar, alguém zela por ti”*.

AGRADECIMENTOS

Eis que mais uma importante e tão almejada etapa da minha vida é concluída, e como nesta caminhada toda tive pessoas que me apoiaram e me ajudaram a superar diversos obstáculos encontrados, preciso expressar o quão sou grata.

Agradeço, primeiramente, a Deus, meu Pai Celestial, que está comigo em todos os momentos, mantendo-me forte e firme em busca dos meus sonhos, e nos momentos mais difíceis e nos quais eu estava mais frágil e desacreditada sempre me disse: “tu tens valor e és preciosa, levanta-te e segue”.

À minha orientadora, Prof^ª. Dr^ª. Leilane Ramos da Silva, por me acompanhar e contribuir intelectualmente com minha carreira acadêmica desde a graduação. Obrigada, minha madrinha acadêmica, pelos livros e leituras compartilhadas, assim como pela paciência, apoio e por acreditar que seria possível.

À Prof^ª. Dr^ª. Márcia Mariano, membro da banca examinadora de qualificação e defesa, pela prestatividade e suas valiosas contribuições e orientações docemente passadas e, principalmente, por mostrar-me o ser humano generoso que é com o próximo.

À Prof^ª. Dr^ª. Geralda Lima, professora do Programa de Pós-Graduação em Letras, que com seu jeito meigo cativou-me durante a disciplina ministrada, e como membro da banca examinadora de qualificação e defesa fez colocações pertinentes e preciosas em busca de ajustes para um melhor resultado do produto final.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Letras, pelos compartilhamentos de conhecimentos durante as aulas, os quais contribuíram significadamente para meu aprimoramento pessoal e cognitivo.

Aos amigos e colegas do GELINS (Grupo de Estudos em Linguagem, Interação e Sociedade), por toda torcida durante esta jornada.

À minha turma de mestrado 2015.1, pelos dias de aulas juntos, pelas pesquisas compartilhadas e até pelas angústias divididas. A melhor fase do mestrado foi com vocês, pois a escrita da dissertação foi um período um tanto solitário.

Aos componentes do “Trio Doçura pós Ternura”, meus queridos Flávio e Gládisson, por me acompanharem e serem tão especiais em minha vida.

À Prof^ª. Dr^ª. Raquel Meister Ko.Freitag, pela oportunidade de participar do PROMOB, uma experiência singular no campo acadêmico e pessoal.

Aos meus pais e à minha irmã, minhas fontes inesgotáveis de amor e apoio, a infinitude desse amor e cuidado leva-me a crer no amor como forma de um mundo melhor. Minha mãe

Antonieta, mulher guerreira e exemplo de profissional, agradeço-lhe por ter sempre disponível esse ombro amigo e colo acolhedor, por cada incentivo e por não me deixar fraquejar. Meu pai Adhemar, obrigada por se orgulhar de mim e sempre compartilhar a alegria de minhas conquistas. E minha irmã Deisiane, sou grata por sempre torcer pelo meu melhor.

A Orlei, meu companheiro e incentivador diário, que soube, desde que nos conhecemos, apoiar-me com um imensurável amor e compreensão, por entender meu tempo, por ser quem mais me ouviu e secou minhas lágrimas, por seus cuidados em todos os momentos, principalmente nos mais turbulentos. E, ainda, com seus “puxões de orelha” e palavras firmes, mostrou-me que eu era capaz e nunca deixou de acreditar em mim. Amo você e quero compartilhar inúmeras conquistas na sua companhia.

Aos meus familiares, por sempre me apoiarem e expressarem o orgulho que sentem por mim, em especial à Tê e Carol Monteiro, pelo acolhimento e cuidados nos últimos meses. E ao meu avô Zezinho, por ser o mestre das histórias e ser essa fonte de força espetacular.

Aos amigos da vida, em especial à Catharine, por compartilhar a VIDA desde a graduação; à Genyle, por sempre me apoiar e ser de um carinho indescritível comigo; a Éverton, por ser meu apoio diversas vezes. E também aos amigos que conquistei no SESI-Estância e no Colégio Elite, por sempre torcerem por tal realização.

Aos meus alunos, pois por eles que também decidi continuar, já que os incentivo diariamente lutarem por seus sonhos e por buscarem uma sociedade melhor; e nada melhor que ser um exemplo real de que a educação transforma.

Às minhas avós *in memoriam*, Zenaide e Valdemira, por me ensinarem e mostrarem ao longo de suas vidas a força e a vontade de viver, dedico-lhes esta vitória e sei que estão me abençoando de onde estiverem juntamente com meu avô Zelito Reis.

Por fim, agradeço a todos aqueles que, direta ou indiretamente, contribuíram para que a realização deste trabalho fosse possível e, assim, mais um sonho conquistado.

“É na ação e interação que acreditamos que as mais profundas inter-relações entre linguagem e sociedade são encontradas”.

(BROWN; LEVINSON, 1987 [1978])

“Não é sobre chegar no topo do mundo e saber que venceu

É sobre escalar e sentir que o caminho te fortaleceu”.

(VILELA, 2017)

RESUMO

O debate político é uma interação verbal do tipo face a face, em que os candidatos interagem verbalmente e, conseqüentemente, expõem suas imagens (faces). Para protegê-las ou para minimizar atos ameaçadores, os interlocutores costumam fazer uso de estratégias de polidez linguística. A polidez, no que concerne aos estudos linguístico-pragmáticos, refere-se a estratégias linguísticas utilizadas para impedir, atenuar ou reparar eventuais ameaças à face do locutor ou do interlocutor, com o propósito de manter o equilíbrio nas relações interpessoais. A par dessa perspectiva, o objetivo deste estudo é analisar, sob um viés linguístico-pragmático, tais estratégias como constituintes da argumentação no *corpus* formado pelas interações verbais do último debate político eleitoral, especificamente do primeiro e terceiro blocos, entre os candidatos do segundo turno à Presidência da República Federativa do Brasil do ano 2014, Dilma Rousseff (PT) e Aécio Neves (PSDB), televisionado pela Rede Globo. Tal seleção justifica-se por se tratar de uma interação comunicativa onde ocorrem ações que afetam as relações consigo e com o outro, nas quais os participantes imprimem a preocupação em manter o equilíbrio, fazendo o uso de estratégias com intuito de resguardar a própria face e também para evitar desconforto com seus interlocutores. Essa análise se constitui a partir dos seguintes questionamentos: *a) Os discursos dos políticos veiculam efeitos polidos? b) Como são estruturados esses efeitos? c) Qual a relação entre polidez e discurso político? d) Como os políticos se utilizam de estratégias de polidez para efetivar seu discurso e manter a imagem de si diante de uma polêmica? e) Como se dá a construção da relação do sujeito político, locutor, a partir das estratégias de polidez a fim de que possa convencer seu interlocutor? f) Até que ponto os políticos conseguem conciliar harmonicamente a preservação de si e o respeito ao outro, mantendo projeções positivas de suas imagens e respectivos grupos, de acordo com as expectativas do eleitorado?* Para dar conta de tal proposta, a pesquisa fundamenta-se no modelo de polidez de Brown e Levinson (1987 [1978]) e nas reformulações desse modelo feitas por Kerbrat-Orecchioni (2006). Da mesma forma, dá-se vez a discussões realizadas por Castilho e Castilho (1993), Castilho e Elias (2012), Santos (2012), Dias (2010), Perelman & Olbrechts-Tyteca (2005 [1958]), Ferreira (2010), Fiorin (2015), Marcuschi (2004), Osakabe (1999), Charaudeau (2013), entre outros. A partir da análise dos dados realizada, identificamos estratégias de polidez: *i) positiva; ii) negativa – procedimentos substitutivos e acompanhantes; iii) encoberta*. De modo geral, os resultados demonstram que as estratégias de polidez utilizadas pelos candidatos à Presidência do segundo turno de 2014 tendem a suavizar o grande número de ameaça à face ocorrido durante o debate, visto que é uma característica do gênero atacar a imagem do outro e valorizar a sua. No entanto, os presidencialistas se valem de tais estratégias para preservar sua imagem diante de um auditório específico (os eleitores) a fim de conquistarem os votos e vencerem a eleição.

Palavras-chave: Argumentação. Interação Verbal. Polidez. Preservação de face.

ABSTRACT

The political debate is a face-to-face verbal interaction in which the candidates interact verbally and, consequently, expose their images (faces). To protect them or to minimize threatening acts, the interlocutors usually make use of strategies of linguistic politeness. Politeness with respect to the linguistic-pragmatic studies refers to linguistic strategies used to prevent, mitigate or repair potential threats to the interlocutor or speaker's face in order to maintain a balance in interpersonal relations. In this perspective, the objective of this study is to analyze under a linguistic-pragmatic bias these strategies as constituents of the argumentation in the corpus formed by the verbal interactions of the last electoral political debate, specifically of the first and third blocks, between the second round candidates for the presidency of the Federative Republic of Brazil, in 2014, Dilma Rousseff (PT) and Aécio Neves (PSDB), televised by Globo television network. Such selection is justified because this is a communicative interaction where actions take place that affect the relationships with himself, or with another, in which the participants emphasize the concern to maintain the balance, making use of strategies in order to protect own face, and also to avoid discomfort with their interlocutors. This analysis is based on the following questions: *a) Do candidate's speeches convey polished effects? b) How are these effects structured? c) What is the relationship between politeness and political discourse? d) How politicians use strategies of politeness to carry the speech and maintain the image of themselves in the face of a debatable question? e) How to build the relationship of the political subject, and speaker, from the strategies of politeness so that he can convince his interlocutor? f) To what extent do politicians harmoniously reconcile self-preservation and respect for the others by maintaining positive projections of their images and respective groups, in accordance with the expectations of the electorate?* For this proposal, the research is based on Brown and Levinson's model of politeness (1987 [1978]) and on the reformulations of this model made by Kerbrat-Orecchioni (2006). Likewise, discussions are carried out by Castilho and Castilho (1993), Castilho and Elias (2012), Santos (2012), Dias (2010), Perelman & Olbrechts-Tyteca, Fiorin (2015), Marcuschi (2004), Osakabe (1999), Charaudeau (2013), among others. From the data analysis performed, we identified politeness strategies: *i) positive; ii) negative – accompanying and substitute procedures; iii) covert*. In general, the results demonstrate that the politeness strategies used by the candidates of the second round of the presidential elections of 2014 tend to soften the large number of threats to the face during the debate, since it is a characteristic of the gender to attack the image of the other and to value their own image. However, presidential candidates use such strategies to preserve their image before an attentive audience (voters) in order to gain the votes and win presidential election.

Keywords: Argumentation. Verbal Interaction. Politeness. Preservation of face.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 – Máximas conversacionais de Grice (1982)	46
Quadro 2 – Princípio de Polidez de Leech (1983)	49
Quadro 3 – Atos que ameaçam as faces, de acordo com Brown e Levinson (1987 [1978])	54
Quadro 4 – Circunstâncias que determinam a escolha da estratégia	55
Quadro 5 – Estratégias de Polidez, segundo Brown e Levinson (1987 [1978])	56
Quadro 6 – Procedimentos Substitutivos, segundo Kerbrat-Orecchionni (2006)	60
Quadro 7 – Procedimentos Acompanhantes ou Subsidiários, de acordo com Kerbrat-Orecchionni (2006)	62
Quadro 8 – Funções dos modalizadores assumidos no debate político	77
Gráfico 1 – Distribuição geral das estratégias de polidez negativa no <i>corpus</i> analisado	75
Gráfico 2 – Estratégias de polidez positiva identificadas no <i>corpus</i>	83
Gráfico 3 – Estratégias encobertas constatadas no <i>corpus</i>	88
Mapa textual – Síntese das estratégias de polidez e suas ocorrências no <i>corpus</i>	89

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
1 ARGUMENTAÇÃO E LINGUAGEM: UMA RELAÇÃO PERSUASIVA/INTERATIVA.....	18
1.1 NOS DOMÍNIOS ARGUMENTATIVOS.....	18
1.2 AUDITÓRIO.....	25
1.3 DISCURSO POLÍTICO	31
1.3.1 Debate oral regrado ao público - um gênero essencialmente argumentativo.....	34
1.3.2 A modalidade da fala no debate político.....	36
2 A POLIDEZ LINGÜÍSTICA NO ÂMBITO DA PRAGMÁTICA: REFERENCIAL TEÓRICO.....	38
2.1 UMA ABORDAGEM PRAGMÁTICA.....	38
2.2 O FENÔMENO DA POLIDEZ.....	44
2.3 O PRINCÍPIO DE COOPERAÇÃO (PCO): GRICE.....	46
2.4 LAKOFF E AS NORMAS DE POLIDEZ.....	48
2.5 LEECH E O PRINCÍPIO DA POLIDEZ.....	49
2.6 A NOÇÃO DE FACE DE GOFFMAN (1967).....	50
2.7 O MODELO DE POLIDEZ DE BROWN E LEVINSON (1987 [1978])	52
2.8 CRÍTICAS AO MODELO DE POLIDEZ DE BROWN E LEVINSON.....	58
2.8.1 O modelo de Brown & Levinson (1987 [1978]) revisitado por Kerbrat Orecchioni (2006).....	59
3 A (IM) POLIDEZ LINGÜÍSTICA NO DEBATE ORAL DOS PRESIDENCIÁVEIS: ANÁLISE E CATEGORIZAÇÃO DO <i>CORPUS</i>.....	65
3.1 O PERCURSO PERCORRIDO: ABORDAGEM METODOLÓGICA.....	65
3.2 A CONSTITUIÇÃO DO <i>CORPUS</i>	66
3.3 ANÁLISES E DISCUSSÕES DAS ESTRATÉGIAS DE (IM) POLIZEZ NO <i>CORPUS</i>	67
3.3.1 Estratégias de polidez negativa – procedimentos substitutivos e procedimentos acompanhantes.....	67
3.3.2 Estratégias de polidez positiva.....	79
3.3.3 Estratégia de polidez encoberta.....	84
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	91

REFERÊNCIAS.....	96
ANEXO A – DEBATE ORAL ENTRE OS PRESIDENCIÁVEIS: DILMA E AÉCIO.....	100

INTRODUÇÃO

A interação verbal está presente no nosso cotidiano, uma prática corriqueira que leva a crer que o falante pode usar a língua da forma como quiser, o que resulta, conseqüentemente, na não reflexão da sua complexidade. Ao contrário de uma visão neutra da linguagem e do descompromisso ao usá-la, o uso da língua “submete-se a condicionantes internos e externos, assim, não se pode dizer tudo, de qualquer maneira, para qualquer pessoa, e nem todos estão autorizados a dizer” (SANTOS, 2012, p. 12), isto é, nas interações verbais há uma sistematicidade quanto ao comportamento das pessoas e não é “um fenômeno anárquico e aleatório, mas altamente organizado e por isso mesmo passível de ser estudado com rigor científico” (MARCUSCHI, 2007, p. 7). Fatores pragmáticos, por exemplo, influenciam na seleção vocabular e em construções gramaticais disponibilizadas pela língua.

Ora, o ser humano se vale da linguagem nas suas relações com o outro, utilizando-se de seus ricos artifícios linguísticos para assim produzir um discurso que carregue a sua marca, a sua intenção, colocando em evidência seu posicionamento, seu comprometimento ou não com o que diz para que seu interlocutor interaja e entenda sua mensagem. Diante desse fato, há a ocorrência de diversos estudos voltados para as estratégias de polidez, como o locutor utiliza-se delas para não somente manter a harmonia das interações, como para evitar responsabilidades, mascarar as reais intenções, portanto, é comum que os falantes empreguem as estratégias em suas interações, com o propósito de mantê-las livres de possíveis conflitos.

Ao interagir, o homem coloca em evidência sua imagem social e fica exposto e vulnerável ao julgamento do outro e é a partir desse entendimento que o sociólogo Erving Goffman (1967), estudioso da noção de *face*, considera as interações verbais uma espécie de ritual em que as pessoas negociam suas imagens, podendo criar, manter ou perder a *face*. Logo, a *face* é construída socialmente e todo ser tem uma imagem a zelar, manter ou salvar, por isso, evidentemente, não se pode agir de qualquer maneira, uma vez que sempre há uma intenção comunicativa e social.

A partir de um viés pragmático, o qual concebe a linguagem como ação, constituída no contexto da interação e demarcada por intencionalidade, tomamos os usuários da língua como indivíduos conscientes de seus atos sociais e linguísticos, dos seus discursos e dos efeitos que querem causar com determinados atos de fala – não sendo aqui concebido seu discurso como manipulado por ideologias. Uma das intenções do fenômeno da polidez linguística é a de manter o equilíbrio das relações interpessoais, pois é uma estratégia utilizada para impedir, atenuar ou

reparar eventuais ameaças à face do locutor ou do interlocutor, com o intuito de manter as respectivas faces livres de possíveis conflitos.

Ao considerar a polidez como recurso de manutenção das condutas nas interações, trabalhamos o conceito de face utilizado por Brown & Levinson (1987 [1978]) para discutir que as estratégias de polidez empregadas durante a interação derivam da necessidade de salvaguardar a face. Assim, tratando a modalização como uma das estratégias de polidez, conforme a teoria proposta por Kerbrat-Orecchioni (2006), evidenciaremos como um presidenciável atinge a face do outro e preserva a sua. No trato do fenômeno da modalização, validaremos os estudos realizados por Castilho & Castilho (1993) e Castilho & Elias (2012).

Neste trabalho, temos como foco observar o comportamento linguístico dos presidenciáveis Dilma Rousseff (PT) e Aécio Neves (PSDB) do segundo turno das eleições de 2014 em um contexto específico: último debate oral televisivo ao vivo da Rede Globo, mais especificamente os blocos um e três. Assim, investigamos fatores pragmáticos, como as estratégias de polidez, propagados nos discursos políticos e de que modos são utilizados a fim de que haja uma manutenção da figura e a maneira pela qual busca persuadir seu interlocutor.

Observamos, também, se nesses discursos os políticos empregam estratégias verbais associadas ao sistema de polidez para manter a harmonia de suas relações com o interlocutor e/ou se projetam *imagens de si* de acordo com prescrições sociais que definem o que é tido como apropriado ou adequado. Uma vez que, em determinadas situações do discurso político fica evidenciado que o locutor se afasta de situações polêmicas em detrimento de uma linha de pensamento que favoreça/atinja uma coletividade, consequentemente, os candidatos expressam marcas linguísticas que acabam persuadindo melhor seus eleitores.

Essa investigação propõe-se a responder os seguintes questionamentos: *a) Os discursos dos políticos veiculam efeitos polidos? b) Como são estruturados esses efeitos? c) Qual a relação entre polidez e discurso político? d) Como os políticos se utilizam de estratégias de polidez para efetivar seu discurso e manter a imagem de si diante de uma polêmica? e) Como se dá a construção da relação do sujeito político, locutor, a partir das estratégias de polidez a fim de que possa convencer seu interlocutor? f) Até que ponto os políticos conseguem conciliar harmonicamente a preservação de si e o respeito ao outro, mantendo projeções positivas de suas imagens e respectivos grupos, de acordo com as expectativas do eleitorado?*

A hipótese referendada é a de que a subjetividade inerente à opinião do político materializa no discurso elementos e/ou contextos linguísticos que, em consonância com a discussão, dão vazão a situações mais ou menos polidas, com as especificidades características a cada um dos seus tipos e estes, por extensão, veiculam sentidos diferenciados.

Além disso, o desenvolvimento deste trabalho visa fortalecer o viés teórico ao qual se alinha, contribuindo para a formação de novas pesquisas na área de linguagem do *Campus* Prof. José Aloísio de Campos da Universidade Federal de Sergipe, visando ampliar a discussão acerca das marcas linguísticas nos componentes políticos, ideológicos e culturais que são propagados por aqueles que estão frente à sociedade, em busca de liderar o país.

A escolha do objeto de investigação deste estudo resulta de um conjunto de reflexões oriundas da participação, como voluntária, no Projeto de Pesquisa *O Enem como meio de ingresso na UFS: modalizadores veiculados em textos opinativos*¹, juntamente com a disciplina “Introdução à Pragmática” cursada em 2015.1 pelo Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL-UFS), os quais nos proporcionaram novas visões teóricas e possibilidades de pesquisas, além de promover discussões promissoras no campo da pragmática dentro do *Grupo de Estudos em Linguagem, Interação e Sociedade* (GELINS)². Esse contexto de pesquisa e interação levou-nos a investigar fatores pragmáticos, como o *estatuto da modalização avaliativa* e as *estratégias de polidez* nos discursos³ políticos dos candidatos à Presidência da República Federativa do Brasil referente ao segundo turno das eleições de 2014: Dilma Rousseff (PT) e Aécio Neves (PSDB).

Estudos dessa natureza que foram e vêm sendo desenvolvidos por pesquisadores do Programa de Pós-graduação em Letras (UFS) e também participantes do Grupo de Estudos em Linguagem, Interação e Sociedade (GELINS) foram outro aspecto motivador, como a dissertação de mestrado de Jorge Santos (2012), nela, ele abordou o fenômeno da polidez no discurso dos professores sobre a inclusão da pessoa com deficiência na escola, comprovando que a polidez verificada nesse discurso serve à dissimulação do estigma que pesa sobre a imagem da pessoa com deficiência e à projeção, preservação e confirmação de imagens de si, dos professores e do grupo a que pertencem. Assim como outras dissertações sob os títulos: *Você me faria um favor? O futuro do pretérito e a expressão de polidez* (ARAÚJO, 2014); *Relações de sexo/gênero e polidez linguística na fala de universitários de Lagarto/SE* (NASCIMENTO, 2015).

Como dissemos, nosso cenário de investigação valer-se-á do campo político-eleitoral de 2014, o qual foi marcado por acirradas disputas. No primeiro turno, realizado em 05 de outubro

¹ Este projeto de pesquisa foi desenvolvido nos anos de 2012 e 2013, sob a coordenação da Professora doutora Leilane Ramos da Silva e o apoio do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC/CNPq/UFS.

² Grupo da Universidade Federal de Sergipe, criado em 2007, a fim de investigar os fenômenos da linguagem a partir de perspectivas sócio-discursivas e pragmáticas, para a formação e qualificação de recursos humanos, para a constituição de banco de dados para fins de registros e para a documentação de variedades linguísticas regionais.

³ Tomamos o conceito de discurso, neste estudo, como um conjunto de ações verbais (escritas e orais) que se dirige a um público, com o objetivo de comunicar ou expor algo, mas também persuadir.

de 2014, nenhum dos candidatos atingiu 50% dos votos válidos mais um, sendo necessário um segundo turno entre os dois candidatos mais votados: a presidente Dilma Rousseff (PT) e o senador Aécio Neves (PSDB). A candidata petista apontou entre suas principais propostas: avanços e continuidade de programas sociais; e o candidato tucano trouxe um discurso neoliberalista, clamando por mudanças no país. Ambos, por estarem ligados a diversos escândalos políticos em investigação, foram protagonistas de constantes trocas de acusações e bate-bocas nos debates. O resultado deste segundo turno apenas foi liberado a partir das 20h, horário oficial de Brasília, devido ao horário de verão e ao fuso horário em alguns estados do país. Dilma Rousseff (PT) foi reeleita por menor diferença de votos da história e sendo a disputa mais acirrada, em termos proporcionais, desde 1945, ela obteve 51.64%, o que equivale a 54.501.118 de votos, enquanto o candidato Aécio Neves (PSDB) obteve 48.36% dos votos, em números reais: 51.041.155 de votos⁴.

Assim, tomamos como constituição do *corpus*: os *debates televisivos* do segundo turno para eleições presidenciais de 2014, tanto por serem uma ferramenta-chave de campanha no Brasil, sendo uma das principais fontes de informação para muitos eleitores, quanto por serem ao vivo, possibilitando, assim, a observação de como os candidatos se utilizam de marcas linguísticas para modalizar sua fala e lançar mão do fenômeno da polidez diante do outro candidato e de seu eleitorado sem um discurso totalmente prévio, visto que a língua falada é mais dinâmica e menos previsível em relação à língua escrita, pois envolve diversas estratégias que podem ser negociadas enquanto falam. Para subsidiar as discussões dos estudos da língua falada *versus* a língua escrita, temos como aporte teórico Marcuschi (2004)⁵ e Koch (2011).⁶

Por conseguinte, buscamos analisar como se formula este discurso e essa imagem política dos candidatos à presidência do segundo turno de busca/ manutenção do poder perante o público alvo (eleitores), por meio de fenômenos linguísticos, como as *estratégias de polidez*. E, assim, comprovar que os locutores lançam juízos de valor associados ao fenômeno da polidez buscando persuadir seu eleitorado, tornando-se polidos em suas falas para construir uma imagem positiva de si, ou mantê-la, para obter sucesso na caminhada política.

De modo geral, o presente estudo se enquadra nos estudos que tomam a linguagem em seu poder de argumentação, entendendo-se esta como característica essencial de intervenção e mediação dos sentidos dos homens entre si. Para tanto, enquadra-se, em sentido amplo, nos

⁴ Disponível em: <http://politica.estadao.com.br/eleicoes/2014/>. Acesso em: 05/08/2017.

⁵ MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Da fala para a escrita**: atividades de retextualização. São Paulo: Cortez, 2004.

⁶ KOCH, Ingedore Villaça. ELIAS, Vanda Miranda. Fala e escrita. In: **Ler e escrever**: estratégias de produção textuais. 2 ed. São Paulo, Contexto, 2011.

estudos classificados como do âmbito da Pragmática e, portanto, vê o texto como o lugar onde a intencionalidade se manifesta. Assim sendo, destaca o fato de o enunciador inscrever, nos enunciados que produz, elementos linguísticos que podem determinar o “modo como aquilo que se diz é dito” (KOCH, 2006).

A fim de dar conta de nossa proposta, o presente estudo está organizado em três capítulos.

No primeiro capítulo, apresentamos o texto argumentativo; situamos os estudos que relacionam ao gênero argumentativo debate oral e mais especificamente aos que se referem ao universo político. Para tanto, baseamo-nos em estudos de Perelman & Olbrechts-Tyteca (2005 [1958]), Ferreira (2010), Fiorin (2015), Marcuschi (2004), Osakabe (1999), Charaudeau (2013), a fim de levantarmos considerações a respeito da relação Argumentação e linguagem com o foco numa abordagem pragmático-argumentativa e voltado para um contexto político.

No segundo capítulo, abordamos a Pragmática e questões intrínsecas a ela, como seus domínios e fundamentos e, dentro dos estudos pragmáticos, focamos as investigações sobre a polidez linguística fazendo um breve histórico dos estudos e dando ênfase ao modelo elaborado por Brown e Levinson (1987 [1978]). Ainda, sintetizamos algumas críticas relacionadas a esse modelo e apresentamos reformulações feitas por Kerbrat-Orecchioni (2006).

No terceiro capítulo, mostramos nosso percurso metodológico adotado para o desenvolvimento desta pesquisa, a qual está inserida no quadro teórico da Pragmática, voltada para uma linha de abordagem qualitativa de cunho interpretativo. Ainda neste, apresentamos a constituição do *corpus* “Debate televisivo dos presidenciais do segundo turno de 2014”, enfatizando algumas etapas metodológicas no trato dele. E, por fim, procedemos à análise do debate político e à discussão dos resultados. Propomos ainda uma categorização das estratégias de polidez presentes no debate oral dos presidenciais do segundo turno de 2014, tomando como base teórica o modelo de polidez proposto por Brown e Levinson (1987 [1978]), seguindo também as reformulações e aperfeiçoamentos elaborados por Kerbrat-Orecchioni (2006). Em seguida, apresentamos nossas considerações finais.

Realizada a apresentação geral do que constituirá cada capítulo do presente estudo, convidamo-los à realização da leitura.

1 ARGUMENTAÇÃO E LINGUAGEM: UMA RELAÇÃO PERSUASIVA/INTERATIVA

Neste capítulo, tecemos algumas considerações sobre a relação entre Argumentação e Linguagem, como também a respeito do gênero argumentativo debate oral, evidenciamos questões da modalidade da fala a fim de caracterizar a formação do *corpus* e discurremos algumas ideias sobre o discurso político, pois o foco do nosso estudo se volta para uma abordagem pragmático-argumentativa num contexto de um cenário político. Ancoramo-nos em estudos de Osakabe (1999), Perelman & Olbrechts-Tyteca (2005 [1958]), Ferreira (2010), Fiorin (2015), Marcuschi (2004), Charaudeau (2013), entre outros.

1.1 NOS DOMÍNIOS ARGUMENTATIVOS

A vida em sociedade requereu do ser humano algo além da força brutal para resolver as questões que abarcavam seu dia a dia; o homem percebeu que os problemas poderiam ser resolvidos com a palavra, ou seja, era possível argumentar para fazer o outro agir na direção preferida.

Para Ferreira (2010, p. 14),

Argumentar é o meio civilizado, educado e potente de constituir um discurso que se insurja contra a força, a violência, o autoritarismo e se prove eficaz (persuasivo e convincente) numa situação de antagonismos declarados. Argumentar implica demonstrar ideias para clarear no espírito do outro a nossa posição diante de um assunto polêmico.

Fiorin (2015, p. 9) afirma que “todo discurso tem uma dimensão argumentativa”, observando que alguns se apresentam explicitamente argumentativos, como é o caso do discurso político, outros não. O autor justifica tal colocação por dois vieses, primeiro “porque o modo do funcionamento real do discurso é o dialogismo”; segundo porque considera que sempre o locutor tem a pretensão de ser aceito e de que seu interlocutor faça uma boa imagem dele.

No segundo viés apontado por Fiorin (2015), percebe-se que argumentação tem uma forte relação com o fenômeno da polidez, justamente por ser o fenômeno pelo qual o locutor salvaguarda sua face e do outro a fim de manter equilíbrio nas relações interpessoais.

A argumentação é geralmente apontada como um recurso utilizado em qualquer gênero discursivo e corresponde àquilo que direciona o interlocutor a uma determinada ideia ou ação.

Assim, há a caracterização da argumentação quando existem pontos de vista diferentes entre os interlocutores, pois existe uma busca de conseguir a adesão do outro, seja total ou parcialmente, uma vez que envolve acordos e negociações; podendo, assim, levá-lo a agir também numa determinada direção. Mas, é importante frisar que, nem sempre todo discurso se opõe a outro e dirige-se a alguém.

De acordo com Aquino (1997), a argumentação deve ser “oportuna, justa e equilibrada para que se obtenha êxito”, por isso, o locutor deve defender seu ponto de vista, sabendo da possibilidade de ocorrerem contra-argumentos, o que leva em consideração a força que um determinado argumento comporta e, nos domínios da argumentação, precisa-se observar, administrar os usos de um argumento para saber de sua eficácia.

Tal fato leva a desencadear a diferença do discurso argumentativo do demonstrativo, uma vez que a argumentação é refutável enquanto o outro é irrefutável, o que os torna opostos.

Segundo Reboul (2004), cinco características, fundamentadas em Perelman & Olbrechts-Tyteca (2005 [1958]), determinam a argumentação:

- i. Dirige-se a um auditório;
- ii. Expressa-se em língua natural;
- iii. Trabalha com premissas prováveis, verossímeis;
- iv. Progride conforme o orador;
- v. Deixa sempre abertas suas conclusões.

O ponto (i) determina que toda argumentação requer um auditório para se desenvolver, um público para quem o locutor exponha seus pontos de vistas. Da mesma forma, deve haver um acordo, um ponto de interesse em comum, entre o locutor e o interlocutor (auditório). Sobre esse assunto, falaremos melhor *a posteriori*.

A característica (ii) diz respeito ao fato de que deve haver uma linguagem em comum, sem a qual a interlocução é impossível.

Reboul (2004, p.95) definiu o aspecto (iii) como tudo “aquilo em que a confiança é presumida”, é o espaço onde a argumentação permeia. Ao tratar de questões relativas aos âmbitos do judiciário, político-econômico e pedagógico, não se tratará da verdade ou da falsidade, mas sim do que é mais ou menos provável, apelando para uma confiança do auditório.

No que concerne aos pontos (iv) e (v), uma argumentação progride quando seu locutor faz esforço para tal, observando a força dos argumentos e fazendo que tendam a uma mesma conclusão. Importante frisar que a conclusão de uma argumentação não é absoluta, acabada, pode ser questionada, contestada, a depender do seu grau de aceitabilidade pelo auditório. Logo,

pressume-se que a conclusão dar-se-á por meio do acordo existente entre os interlocutores e o auditório.

Antes de prosseguir para o tópico seguinte, a fim de entender melhor como a argumentação acontece, apontamos algumas considerações sobre os atos de convencer e persuadir.

De acordo com Perelman & Olbrechts (2005 [1958]), há uma distinção entre os termos persuadir e convencer. Afirma-se que a persuasão, objeto da retórica e dos estudos de argumentação de base aristotélica, busca atingir o interlocutor através dos sentimentos dele, a fim de alcançar o caráter ideológico, subjetivo e temporal por meio de argumentos plausíveis e/ou verossímeis, dirigindo-se, assim, a um “auditório particular”, estando, portanto, ligado à emoção. Já o ato de convencer é estritamente vinculado à razão, por meio de raciocínio lógico e de provas claras e objetivas, capaz de atingir “um auditório universal”, possuindo caráter puramente demonstrativo e atemporal. Conclui-se, portanto, que há distintas maneiras de argumentar, por meio da persuasão, a qual alude a inferências (auditório particular), ou do convencimento, o qual alude a certezas (auditório universal). Tais maneiras distintas de argumentar serão utilizadas conforme a intenção do locutor e seu público-alvo.

A linha tênue estabelecida entre persuadir e convencer parece imprecisa, pois

ao passo que as fronteiras entre a inteligência e a vontade, entre a razão e o irracional, podem constituir um limiite preciso, a distinção entre diversos auditórios é muito mais incerta e isso ainda mais porque o modo como orador imagina os auditórios é o resultado de um esforço sempre suscetível de ser retomado (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005 [1958], p.33).

Percebe-se que, diante disso, o que poderia haver seria a possibilidade de o interlocutor poder imaginar a transferência de certos argumentos os quais lhe foram apresentados para outros auditórios e esses pudessem aceitar os referidos argumentos.

Abreu (2004) parte também do entendimento de que convencer e persuadir são distintos, enquanto o primeiro, etimologicamente, é vencer junto ao outro e não contra ele, refere-se, portanto, à razão; e o segundo é falar à emoção do outro, estando sua origem ligada à preposição *per* (por meio de) e *Suada* (deusa grega da persuasão), o que se liga à emoção.

Para Ferreira (2010, p. 15),

O termo persuadir origina-se de *persuadere* (*per* + *suadere*). *Per*, como prefixo, significa “de modo completo”. *Suadere* equivale a “aconselhar”. É, pois, levar alguém a aceitar um ponto de vista, é não se valer da palavra como

imposição, mas, sim, de modo habilidoso. Persuadir contém em si o convencer (*cum + vincere*), que equivale a vencer o opositor com sua participação [...].

Assim, entende-se que um termo/conceito está intrinsecamente ligado ao outro, de modo que leva o locutor a fazer uso da palavra com a finalidade de ações, do agir em direção ao propósito pretendido, descartando, desse modo, imposições e violências.

Uma vez que tomamos os domínios argumentativos como apoio teórico alinhado à teoria da polidez, é importante frisar que a argumentação acontece pelo entrelaçamento entre a atenção do interlocutor, apresentação de fatos, demonstração e conclusão que interagem e, conseqüentemente, devem formar uma imagem social coesa e satisfatória a que o locutor almeja e interligada às perspectivas do público. De acordo com Mosca (2004, p.27-28),

Inicialmente, é preciso achar o que dizer; em seguida, ordenar o que se encontrou e proceder a um investimento no plano da expressão, de modo a ter adequação nas escolhas. Na realidade, o que se dá é que o pensamento, as idéias se forjam num trabalho conjunto com a linguagem, resultando que aprender a exprimir-se é também aprender a pensar.

O discurso persuasivo se constrói alicerçado em cinco partes: *inventio*, *dispositio*, *elocutio*, *actio* e *memoria*.

A *inventio* é o momento em que o locutor reúne provas que sustentarão o seu discurso, demonstrando o conhecimento sobre determinado tema; “é o estoque do material, de onde se tiram os argumentos, as provas e outros meios de persuasão relativos ao tema do discurso” (MOSCA, 2004, p.28). Já Ferreira (2010, p. 63) afirma que:

É no momento da invenção que o orador demonstra conhecer bem o assunto e, por isso, consegue reunir todos os argumentos plausíveis para a interpretação do discurso. É também nesse momento que se interroga sobre o auditório, identifica-se com ele para que possa estabelecer acordos, encurtar distâncias por meio do assunto que irá desenvolver.

A *dispositio* refere-se à maneira como a *inventio* é organizada. Logo, “é o momento que o orador se esforça para organizar o discurso de modo mais favorável às suas intenções persuasivas”. (FERREIRA, 2010, p. 109-110)

Mosca (2004, p. 28) apresenta a disposição como:

[...] a maneira de dispor as diferentes partes do discurso, o qual deve ter os seguintes componentes: exórdio, proposição, partição, narração/descrição, argumentação (confirmação/refutação) e peroração. Trata-se da organização interna do discurso, de seu plano.

A *elocutio*, terceira parte do sistema retórico, concerne à construção linguística que revela ao auditório o processo de persuasão.

Na acepção de Mosca (2004, p. 28-29), a *elocutio* é “o estilo ou as escolhas que podem ser feitas no plano de expressão para que haja adequação forma/conteúdo [...]”. Ao corroborar com tal definição, Ferreira (2010, p. 116) afirma que a *elocutio* é:

A maneira mais explícita de fazermos ecoar o poder das palavras está no modo como a empregamos no discurso, na maneira como trabalhamos a *elocutio* (elocução). Em sentido técnico, a elocução é a redação do discurso retórico. Mais do que uma questão estilística envolve o tratamento da língua em sentido amplo, abrange o plano da expressão e a relação forma e conteúdo: a correção, a clareza, a adequação, a concisão, a elegância [...].

Na *actio*, colocam-se em ação a *inventio*, a *dispositivo* e a *elocutio*, com o propósito de obter a adesão do auditório por meio da atenção e da persuasão, envolvendo aspectos sintáticos, semânticos e interacionais, ou seja, a *actio* diz respeito à apresentação do discurso, envolvendo aspectos verbais e não verbais. Assim, “tem-se que considerar a presença de um auditório, em relação ao qual o princípio básico é o de adequação, tendo-se como finalidade não apenas convencer pelos raciocínios, mas persuadir com base na emoção” (MOSCA, 2004, p.28)

Ferreira (2010, p. 138-139) pontua sobre o aspecto interacional da ação, ao afirmar que “a *actio* é uma forma particular de interação: orador e auditório estão plenamente envolvidos no processo de transmissão e recepção do discurso num contexto enunciativo-pragmático-interacional [...]”.

A respeito da memória, Mosca (2004, p. 28) a conceitua como

a retenção do material a ser transmitido, considerando-se sobretudo o discurso oral, em que um orador transmite mensagem a um auditório. Para Quintiliano, a memória era não somente um dom mas uma técnica que poderia também ser desenvolvida por processos mnemônicos, os famosos “truques” para a retenção do discurso. Constituem elementos essenciais para essa finalidade a própria estrutura do discurso, a sua coerência interna, o encadeamento lógico das partes, a eufonia de suas frases. Conforme se pode observar, as três partes fundamentais do sistema retórico são fundamentais para que se possa ter o discurso disponível na memória. Esta, longe de ser um entrave à criatividade, permite uma melhor posse do discurso, o que não elimina a improvisação e a capacidade de adaptação às eventuais refutações. A memória permite não somente reter, mas também improvisar.

A memória é o meio que o locutor tem de memorizar o discurso a fim de pronunciá-lo com naturalidade após executar os outros processos retóricos, os quais são essenciais para ter o discurso disponível na memória.

Assim, diante do exposto, é importante salientar que as partes constituintes do discurso persuasivo: *inventio*, *dispositivo*, *elocutio*, *actio* e *memoria* não se desenvolvem, necessariamente, nessa ordem.

O processo do discurso persuasivo age diretamente sobre o interlocutor (auditório), ele é o alicerce de tal demanda, pois o locutor projeta uma imagem de si e procura a adesão do interlocutor. Porém, para que isso ocorra, é necessário que a construção argumentativa estabeleça conexões plausíveis entre o objetivo do locutor e a visão do auditório sobre determinado assunto.

Por isso, em vista desses processos argumentativos, nossa pesquisa se volta principalmente para a *elocutio*, ou seja, para as escolhas linguísticas feitas pelo locutor dentro de um contexto situacional, observando como determinadas marcas discursivas encontradas ao longo do discurso podem interferir na aceitação e/ou adesão do seu público ao seu discurso.

Santana (2015, p.51) corrobora com nossa pesquisa ao afirmar que o locutor, ao construir seu discurso argumentativo-persuasivo, tem como propósito convencer um determinado público e levá-lo, conseqüentemente, à ação; para que isto ocorra se utiliza de elementos linguísticos e, também, extralinguísticos, no nível do discursivo e do sociocognitivo, assinalando, assim, trocas pragmáticas e contextuais.

Segundo Osakabe (1999, p. 109),

O estudo da organização argumentativa de um discurso depende totalmente das considerações feitas anteriormente sobre as condições de produção. Isto é, depende das imagens mútuas que se pressupõem fazer locutor e ouvinte; depende das imagens que se pressupõem fazer locutor e ouvinte sobre o referente; depende, em último lugar, dos atos de linguagem que o locutor realiza no momento do discurso.

Assim, pode-se compreender que ocupam lugar privilegiado para a construção do efeito argumentativo os elementos que compõem o referencial do discurso, ou seja, seu conteúdo e, principalmente, seu contexto de produção, isto é, tudo que influenciou direta e indiretamente na produção do discurso a ser analisado.

Ainda de acordo com Osakabe, ao tomar o discurso político como explicitamente argumentativo:

(...) o ato de argumentar parece estar fundado em três atos distintos que guardam entre si uma relação aproximada (...): um ato de promover o ouvinte para um lugar de decisão na estrutura política; um ato de envolvê-lo de forma tal a anular a possibilidade de crítica; e um ato de engajar o ouvinte numa mesma posição ou mesma tarefa política. Por medida de economia verbal, chama-se ao primeiro ato *Promoção*, ao segundo *Envolvimento* e ao terceiro *Engajamento*. (OSAKABE, 1999, p. 109)⁷.

Nas interações verbais, um fator importante a ser observado é o contexto situacional, que Ferreira (2010) trata como *contexto retórico* – um conjunto de fatores (cognitivo, temporal, histórico, cultural, social) que exerce influência na produção e adesão dos discursos – pois a eficácia da argumentação depende da imagem que um interlocutor faz do outro, da adequação do discurso aos propósitos pretendidos. No caso do discurso político, principalmente, trata-se da adequação aos anseios do outro (eleitor) a fim de conquistar um maior número de votos.

Por isso, no momento de seleção das ideias, é importante que o locutor leve em conta o contexto em que se encontra e os elementos presentes nele, os quais irão colaborar para a adesão do discurso, pois é a partir do contexto que o locutor escolhe quais estratégias linguísticas são mais eficientes naquele jogo discursivo.

Conforme Ferreira (2010), o *contexto retórico* é marcado pela razão e pela emoção. Por mais que a maioria do auditório raciocine e analise bem as teses apresentadas, leve em consideração os valores, a ética e o que é de mais relevante e útil no discurso, haverá aqueles que serão levados pela emoção.

O autor ainda salienta que “a imagem dos interlocutores, os acontecimentos revelados e as paixões se digladiam para determinar o que pode ser mais útil, mais justo e mais verdadeiro para os envolvidos numa dada instância problemática, num contexto retórico” (FERREIRA, 2010, p.31).

De acordo com Aquino (1997), o discurso argumentativo leva o auditório a sentir-se identificado com o locutor e nisto reside a busca do acordo, a procura do ajuste. Para a autora, a argumentação depende de acordos entre os interlocutores e eles são colocados como condições de eficácia do discurso argumentativo, sendo considerados em relação às premissas da argumentação.

Em consonância disto, percebe-se que a argumentação é tomada como a tentativa do locutor de levar o interlocutor a transformar suas opiniões graças a princípios que reconhece. A teoria da argumentação de linha aristotélica fundamenta-se na ideia de reconhecimento, dos acordos sobre os valores entre os interlocutores.

⁷ Grifos do autor.

Um dos mecanismos utilizados como estratégias argumentativas são os recursos linguísticos que materializam a argumentação. Por meio da língua é que se argumenta, podendo assim fazer com que seu público-alvo (auditório) possa fazer interpretações como também inferências, voltando-se ao propósito que lhe foi apresentado.

Partindo de tais princípios, observamos no debate oral dos presidenciais o modo como organizam suas falas de maneira a conseguir levar o interlocutor a trilhar os caminhos determinados por ele; é preciso lembrar que muitas vezes há um interlocutor direto e outros – o auditório, a terceira parte, característico de nosso *corpus* analisado.

O fenômeno da argumentatividade⁸ na linguagem visa uma adesão dos interlocutores às proposições, porém, para que isto ocorra de maneira eficaz, o locutor precisa atentar-se ao auditório. Na seção seguinte, abordaremos esta parte essencial na construção de tal processo: o auditório.

1.2 AUDITÓRIO⁹

O auditório é entendido, no âmbito do senso comum, como um grupo de pessoas reunidas para assistir ou participar de um evento; e/ou como lugar físico onde há cadeiras em volta de um palco, com instalações apropriadas, com acústica bem planejada, utilizado para conferências, palestras, solenidades e outras ocasiões dessa natureza.

Perelman & Olbrechts-Tyteca (2005 [1958], p. 22) afirmam que,

Em matéria de retórica, parece-nos preferível definir o auditório como o conjunto daqueles que o orador quer influenciar com sua argumentação. Cada orador pensa, de uma forma mais ou menos consciente, naqueles que procura persuadir e que constituem o auditório ao qual se dirigem seus discursos. (...) A argumentação efetiva tem de conceber o auditório presumido tão próximo quanto possível da realidade.

Assim, no âmbito da argumentação, é possível entender auditório como um grupo de pessoas que se pretende persuadir, no entanto, um auditório não é caracterizado

⁸ Neste texto trabalhamos a argumentação como constituinte do gênero discurso político, aliada à argumentatividade que se refere às marcas linguísticas que formam tais discursos. É mister salientar que em nosso trabalho não deixamos a argumentatividade de lado, uma vez que a seleção linguística é primordial para buscar a adesão do público.

⁹ Tomamos como sinônimos os termos “auditório” e “interlocutor”, “orador” e “locutor” como forma de equacionamento de teorias, visto que tanto na Argumentação quanto na Pragmática, os sujeitos são responsáveis pelos pontos de vistas produzidos.

necessariamente por um grupo de pessoas, na medida em que pode ser constituído por apenas uma pessoa.

Ainda de acordo com os autores,

O contato entre o orador e seu auditório não concerne unicamente às condições prévias da argumentação: é essencial também para todo o desenvolvimento dela. Com efeito, como a argumentação visa obter a adesão daqueles a quem se dirige, ela é, por inteiro, relativa ao auditório que procura influenciar. (...) O auditório presumido é sempre, para quem argumenta, uma construção mais ou menos sistematizada. Pode-se tentar determinar-lhe as origens psicológicas ou sociológicas; o importante, para quem se propõe persuadir efetivamente indivíduos concretos, é que a construção do auditório não seja inadequada à experiência (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005 [1958], p. 21-22).

Em vista disso, é que se faz importante o locutor saber com quem está falando, pois esta é a regra de ouro da argumentação, considerar o auditório. Portanto, para saber qual é o auditório real do discurso, o locutor deve lembrar-se, como aponta Reboul (2004, p.142), de que há várias maneiras de distinguir um auditório, dentre as quais:

- i. o tamanho, que pode ir de um único indivíduo (por exemplo, numa carta) a toda a humanidade;
- ii. as características psicológicas decorrentes de idade, sexo, profissão, cultura, etc;
- iii. a competência, que não só distingue os conhecimentos necessários como também o nível de argumentação e até o vocabulário;
- iv. a ideologia, seja ela política, religiosa ou outra, pois não é só o argumento que muda segundo a ideologia, o vocabulário também.

A relação entre o locutor e o auditório é que viabiliza a argumentação, que não é possível sem um entendimento mínimo entre os interlocutores, algum acordo prévio.

Os interlocutores estão constantemente fazendo avaliações sobre as proposições. O locutor, por não ter autoridade sobre a produção de sentido do outro, deve buscar elementos que auxiliem na concretização de seus objetivos: o *ethos* e o *pathos*.

O *ethos*, o *pathos* e o *logos* são meios de persuasão que auxiliam na construção de argumentos coerentes que se centram nas necessidades do locutor em ora revelar-se por meio do *ethos*, ora por meio das emoções do auditório, do *pathos*, na constituição das proposições. No nosso trabalho, ao trabalharmos com as teorias da Argumentação e da Polidez, relacionamos o *ethos* à imagem social atribuída ao locutor, como proposto por Goffman (1967), e alinhamos ao trabalho de preservação de face elaborado por Brown e Levinson (1987 [1978]).

O *ethos*, para Aristóteles, corresponde à imagem que o locutor constrói de si por meio de seu discurso. Ferreira (2010, p. 90) aponta que o termo sofreu ampliação, se modernizou e atualmente se aceita como *ethos* “a imagem que o orador constrói *de si e dos outros*”¹⁰ no interior de seu discurso”.

Por sua vez, o *pathos* está vinculado à afetividade, remete ao auditório, ao conjunto de emoções, a paixões, sentimentos que o orador consegue despertar no seu ouvinte. Já o *logos* diz respeito ao conteúdo do discurso, ou seja, os argumentos apresentados pelo candidato em cada tema discutido. Assim, “vê-se que a persuasão usada pelo discurso político relaciona-se com a paixão, com a razão e com a imagem” (CHARAUDEAU, 2013, p.93)

Para que um discurso obtenha sucesso, é preciso colocar em sintonia o discurso do locutor e as necessidades do interlocutor, uma vez que a intenção do locutor é a de fazer com que a imagem atribuída a ele, ou *ethos*, responda ao que o auditório tem como correto, como possível de creditar sua confiança.

Por isso, o locutor deve sempre adaptar-se ao auditório, pois “sempre se argumenta diante de alguém” (REBOUL, 2004, p. 92). O orador coloca toda sua atividade no auditório e atribui a ele algumas funções, tais como:

- atuar como juízes – condenam ou absolvem;
- atuar como assembléia – aconselham ou não a tomada de decisão;
- atuar como espectadores – concordam ou discordam de uma posição, sem tomar partido sobre o que foi explanado.

Como afirma Reboul (2004, p. 45), essas funções são relacionadas aos três gêneros oratórios: judiciário, deliberativo (ou político) e epidíctico. O primeiro relaciona-se ao eixo da acusação e defesa; o segundo atua no campo dos conselhos em questões referentes à cidade; e o último liga-se à censura.

Segundo Perelman & Olbrechts-Tyteca (2005 [1958], p.05), é em função do auditório que “qualquer argumentação se desenvolve”, o que, conseqüentemente, gera uma estreita relação no tripé: auditório, argumentação e locutor. Para estes autores, há três espécies de auditório:

O primeiro, constituído pela humanidade inteira, ou pelo menos por todos os homens adultos e normais, que chamaremos de auditório universal; o segundo, formado no diálogo, unicamente pelo interlocutor a quem se dirige; o terceiro, enfim, constituído pelo próprio sujeito, quando ele delibera ou figura as ações dos seus atos. (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005 [1958], p. 34).

¹⁰ Grifos do autor.

O auditório universal tem na sua concepção a variação de acordo com a cultura e com cada indivíduo. Apesar dos argumentos particulares determinarem as ações dos indivíduos, é importante destacar a presença e a relevância dos argumentos universais, pois, mesmo sendo as reações dos homens de caráter individual, pessoal, particular, haverá sempre, por detrás, uma argumentação universal que sustenta e dá o alicerce para explicar objetivamente a norma. Muitas vezes pode ocorrer de o locutor se utilizar dos argumentos universais para uso particular e persuasivo, transformando aquela premissa geral em reação individual.

Conquanto o auditório universal de cada orador possa ser considerado, de um ponto de vista exterior, um auditório particular, ainda assim, a cada instante e para cada qual, existe um auditório que transcende todos os outros e que é difícil precisar como um auditório particular. Em contrapartida, o indivíduo que delibera ou o interlocutor do diálogo podem ser percebidos como um auditório particular, cujas reações conhecemos e cujas características somos ao menos capazes de estudar. Daí a importância primordial do auditório universal enquanto norma de argumentação objetiva, pois o parceiro do diálogo e o indivíduo que delibera consigo mesmo não são mais que encarnações sempre precárias (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005 [1958], p. 34).

Numa interação verbal, em que se compreende um auditório heterogêneo ou com opiniões divergentes às do locutor, às vezes se faz uso de argumentos universais com o intuito de não se perder na sua argumentação e conseguir atingir o seu interlocutor, uma vez que facilita o processo de aceitação da proposição e, conseqüentemente, do processo de persuasão.

No entanto, tais estratégias devem ser bem realizadas, porque poderá haver, dentro do auditório, indivíduos específicos que, por algum motivo, não aceitem essas premissas universais. O acordo de um auditório universal não é uma questão de fato, mas de direito. Assim, as crenças universais são válidas e necessárias para todos os homens (pelo menos é o que se acredita). Por serem objetivas são capazes de comunicar, sempre, e de convencer o interlocutor de que são pressupostos que devem ser aceitos devido à sua evidência, legitimidade e universalidade. Essa utilização dos argumentos universais não deixa de ser uma estratégia persuasiva de grande valia e de grande sapiência do locutor que a coloca em prática. Portanto,

O auditório universal é constituído por cada qual a partir do que sabe de seus semelhantes, de modo a transcender as poucas oposições de que tem consciência. Assim, cada cultura, cada indivíduo tem sua própria concepção do auditório universal, e o estudo dessas variações seria muito instrutivo, pois nos faria conhecer o que os homens consideraram, no decorrer da história, real, verdadeiro e objetivamente válido. (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005 [1958], p. 37).

O aspecto que os argumentos podem assumir para alcançarem o sucesso está atrelado à natureza do auditório (particular ou universal), ao qual esses argumentos se submetem, por isso o locutor deve adaptar-se ao seu auditório.

De acordo com Abreu (2004, p.42), o auditório universal é “um conjunto de pessoas sobre as quais não temos controle de variáveis”, é um auditório genérico. No que se refere ao auditório particular, o autor diz ser “um conjunto de pessoas cujas variáveis controlamos”. Ou seja, enquanto o primeiro é destinado a um coletivo e sua argumentação é voltada para aderir a maioria dos interlocutores, pois se volta para o que é comum a todo ser humano; o segundo se contrapõe a tais fatores, uma vez que traz a ideia de peculiaridade e a argumentação se dá em torno de um determinado grupo.

O locutor competente deve sempre atribuir importância ao auditório e, sempre, passar a sensação de verdade: o persuasivo, o verossímil. O importante é a eficácia dos argumentos utilizados. “O conhecimento daqueles que se pretende conquistar, é, pois, uma condição prévia de qualquer argumentação eficaz”, uma vez que fica a cargo do auditório determinar a qualidade da argumentação e também o comportamento dos locutores (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p.27).

Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005 [1958], p.34), ainda se referindo ao auditório universal e particular, alertam:

Toda argumentação que visa somente a um auditório particular oferece um inconveniente, o de que o orador, precisamente na medida em que se adapta ao modo de ver de seus ouvintes, arrisca-se a apoiar-se em teses que são estranhas, ou mesmo francamente opostas, ao que admitem outras pessoas que não aquelas a que, naquele momento, ele se dirige.

É preciso haver restrições, portanto, quando se estiver diante de um auditório particular, pois nunca deverá se manifestar um ponto de vista que não possa ser defendido também dentro de um auditório universal, por dois motivos: ética e auto-interesse (ABREU, 2004, p.42).

Sendo assim, ao assumir uma argumentação que visa um auditório de cunho universal é mais provável que sua argumentação se efetive, uma vez que esse auditório, segundo Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005 [1958], p. 37), “é constituído por cada qual a partir do que sabe de seus semelhantes, de modo a transcender as poucas oposições de que tem consciência”.

Ao tratar do discurso político percebe-se que ele trabalha com um auditório heterogêneo, com várias funções sociais, vários gostos, anseios, interesses, e, por isso, é importante que haja uma certa diversidade de argumentos e premissas, com o propósito de dar prestígio para o locutor e também credibilidade ao discurso proferido, já que a finalidade maior é a adesão do

interlocutor, porém com a consciência que nem todo auditório heterogêneo é universal, tendo em vista que, por exemplo, que o auditório formado pelos eleitores brasileiros é considerado particular, já que os interesses desse conjunto de brasileiros e eleitores (público a ser atingido) não atende a todo ser humano.

Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005 [1958], p. 37) expõem a importância da seleção linguística na argumentação e afirmam que essa opção por um termo ao invés de outro servirá como indício de distinção, de familiaridade ou de simplicidade. Eles assinalam, também, que “o fato de selecionar alguns elementos e apresentá-los ao auditório já implica a importância e a pertinência deles no debate. Isso porque semelhante escolha confere a esses elementos uma presença, que é um fator essencial da argumentação”.

Os autores ainda argumentam sobre a importância da escolha linguística e o que ela acarreta, pois, o auditório nem sempre diz respeito àquele que se encontra à frente do orador, nem sempre parece ser o mais evidente, vai depender da intenção argumentativa e persuasiva desse falante. O seu alvo pode ser o todo da plateia presente, um terço ou, ainda, determinadas pessoas em particular; é o orador quem vai determinar, ocasionando, desse modo, numa seleção de termos e/ou expressões para o discurso que se adapte à realidade daqueles a quem deseja persuadir.

Isso se confirma ao observarmos o discurso político, pois percebemos que os políticos se utilizam muito de teses universais, que são os lugares-comuns, os valores universais, pelo fato de elas representarem as necessidades básicas do ser humano, os valores morais e éticos necessários à sobrevivência e a boa conduta de qualquer indivíduo. No caso do debate oral, apesar de um candidato ter que responder a um pseudoauditório¹¹ particular (oponente), suas respostas se voltam para um auditório específico (eleitores) com características universais, já que buscam persuadir pelo coletivo, por isso, muitas vezes há a presença dos aspectos universais em seus discursos, o que seria um truque retórico com o intuito de serem eficazes na construção da persuasão para atingir o auditório particular, como também propagam e salvaguarda suas respectivas imagens previamente construídas, o *ethos prévio*¹².

¹¹ Consideramos os presidenciais como pseudoauditórios, uma vez que toda a construção discursiva é voltada para a persuasão de um auditório formado pelos eleitores brasileiros e não com o intuito de persuadir um ao outro, ou seja, seria uma forma de construir sua imagem baseada no discurso do oponente, como também manter aquele previamente estabelecida.

¹² O *ethos prévio* se constituiria numa representação construída pela opinião pública e que, por ser prévio, condicionaria a construção estereotipada, do *ethos* discursivo. Assim, os antecedentes morais, éticos e as atribuições de caráter formariam uma imagem, antecipadamente construída pelo auditório, capaz de afetar e de condicionar aquela que o próprio locutor constrói de si em seu discurso. (FERREIRA, 2010, p.91)

Tratamos os candidatos como pseudoauditórios, pois ao longo das discussões e análises surgiram alguns questionamentos a título de reflexão, tais como:

- i) Quem é o real auditório do debate político oral regrado?
- ii) Será que o oponente é mesmo um interlocutor/ auditório ou será um coenunciador?
- iii) Há mesmo a vontade de argumentar com o oponente, persuadi-lo ou, por meio de estratégias, usá-lo para fortalecer o próprio discurso (o que levaria a manter a face requerida)?
- iv) Há mesmo a ideia de que é possível fazer o oponente mudar de ideia?
- v) Os oponentes do debate regrado são na realidade pseudointerlocutores, tendo em vista que os interlocutores aos quais querem persuadir são o auditório particular formado pelos eleitores brasileiros?

Diante de tais questionamentos e reflexões a serem discutidas, observamos que os candidatos à Presidência têm uma preocupação em manter e preservar sua face diante do eleitorado e pode fazer isso por meio da depreciação da imagem do oponente, o que, consequentemente, demonstra que o real auditório do debate se torna os eleitores. Porém, ao longo das discussões e análises feitas neste trabalho, não nos detemos a responder ou buscar elucidar tais inquietações, as quais problematizamos, pois deslumbramos trabalhos futuros a fim de buscar verificar de que maneira ocorre esse pseudoauditório como um recurso e/ou um truque retórico.

Na próxima seção, abordamos o discurso político dentro do gênero debate oral.

1.3 DISCURSO POLÍTICO

A política é uma das esferas da atividade humana em que o grau de orientação argumentativa atinge o ponto máximo, pois é nesse campo que o jogo persuasivo se apresenta não apenas como um dos elementos do processo, mas como a própria essência da atividade, não havendo um só ato na cena política que não concorra para a persuasão do eleitor.

A fim de melhor caracterizar o discurso político, recorreremos a Charaudeau (2013, p.08). De acordo com ele,

o campo da política é o lugar [por excelência] de um jogo de máscaras. Toda palavra pronunciada no campo político deve ser tomada ao mesmo tempo pelo que ela diz e não diz. Jamais deve ser tomada ao pé da letra, numa

transparência ingênua, mas como resultado de uma estratégia cujo enunciador nem sempre é soberano.

Dentro desse campo marcado por diversas máscaras, constituímos nosso *corpus*, a fim de perceber como se forma esse jogo de significações, de preservação e de desqualificação de imagens (faces) entre os candidatos à Presidência da República e analisar a utilização dos recursos linguísticos pelos candidatos nesse grande “jogo de máscaras” que é instituído pela construção da imagem.

O discurso político é, essencialmente, um espaço em que se expressam as máscaras sociais e em que o locutor se revela, de acordo com o contexto e as necessidades manifestadas pela sua análise. Essas imagens são delineadas em termos de atributos sociais aprovados e, como afirma Goffman (1967, p.12), são imagens públicas negociadas que partem de dois vieses: *respeito pela própria imagem e consideração pela imagem do outro*.

A imagem do locutor não é definida como algo demarcado, pois ela se redefine de acordo com a dinâmica presente nas interações verbais, o contexto onde estão inseridos. Segundo Charaudeau (2013, p.137):

Toda construção do *ethos* se faz em uma relação triangular entre si, o outro e um terceiro ausente, portador de uma imagem ideal de referência: o si procura endossar essa imagem ideal; o outro se deixa levar por um comportamento de adesão à pessoa que a ele se dirige por intermédio dessa mesma imagem ideal de referência. No discurso político, as figuras do *ethos* são ao mesmo tempo voltadas para si mesmo, para o cidadão e para os valores de referência.

Para ser construída a imagem de si não é necessário que o locutor detalhe suas qualidades nem que fale explicitamente de si, isso se dará por meio das escolhas linguísticas que revelarão suas crenças e valores.

No contexto do debate político, temos não só o confronto entre candidatos adversários, que apresentam propostas para a melhoria de um país, como também o embate de imagens que são criadas ao longo do período eleitoral, o denominado *ethos prévio*. No debate, essas imagens são expostas e tendem a ser preservadas ao máximo na tentativa de persuadir os eleitores (auditório específico) e conseguir o maior número de votos, porém podem ser atacadas a qualquer momento pelos adversários, necessitando de uma autopreservação ou uma reparação por meio de estratégias linguísticas como, por exemplo, o fenômeno da polidez, para não as afetar gravemente.

Este jogo é um mecanismo discursivo no qual o candidato tenta persuadir seus eleitores, seu real auditório, na busca incessante de ser aceito pelo povo. O político sabe que não é

possível dizer sempre o que sente e o que pensa; em certos momentos, é preciso usar esses recursos de máscaras, de parecer estar dizendo a verdade. O candidato ao cargo público tenta em seu discurso impor a sua verdade aos eleitores, apresentando o recurso persuasivo do *ethos/imagem social*, podendo obter êxito ou não.

O discurso político é antes de tudo um lugar de argumentação, orientado para um fim: a persuasão. É também um espaço em que o discurso é colocado a serviço da imagem pessoal, imagem essa que decorre simultaneamente de um conhecimento prévio por parte do público e da eficácia e competência das proposições apresentadas, pois é por meio das estratégias linguísticas selecionadas que se constroem as imagens e as preservam. Tais estratégias se fazem presentes, como veremos na análise do nosso *corpus*, principalmente, pelo fato de o debate político se abrir ao discurso polêmico.

De acordo com Santana (2015, p. 67),

A política é uma arte, uma ação que se inventa e reinventa, está presente nos nossos atos cotidianos, no nosso espírito em querer mudar o social. Ela exprime uma vontade coletiva e se baseia em interesses comuns a vários indivíduos. Aquilo que é mencionado no campo político é regido pelos anseios do povo, pelos valores gerais, baseados numa vontade individual que deve ser, ao mesmo tempo, coletiva e social.

A arte política é efetivada por meio da elaboração da linguagem e, consequentemente, da ação desta, por isso é um campo regido por relações de poder e força argumentativa, tendo como intuito envolver os interlocutores no discurso dentro de um contexto em que se promova discussão de pontos de vista, de troca de valores, de interação e de levar em consideração os anseios e concepções de outrem. Porém, fica evidenciado que tal caminho no debate político oral regrado é levado em outra direção, já que não acontece entre os oponentes, mas sim em relação aos eleitores, o principal auditório pretendido.

Assim, podemos perceber uma relação de interdependência entre os políticos e a sociedade, pois aqueles buscam persuadir esta através de suas propostas a fim de obter votos e conquistar o cargo pretendido e para que isto ocorra do modo pretendido, se utilizam de argumentos que tragam compartilhamento de informações, os quais regulam a interação verbal e influenciam os interlocutores, o que leva a uma *práxis* do agir sobre o outro.

Ressaltamos que tratamos o discurso político como gênero argumentativo pelo fato de visar, além de promover e defender suas ideias de campanha, persuadir e conquistar eleitores, ou seja, tal discurso apresenta uma estrutura voltada para o convencimento dos interlocutores, na qual é intrínseca a imagem que os locutores querem apresentar e preservar.

Na subseção a seguir, discorreremos sobre o debate político, o qual é compreendido como interação verbal cordial, mas que se constrói no campo da discordância e no da competição discursiva, visto que consiste na troca de ideias, todavia tem como objetivo vencer, convencendo.

1.3.1 Debate oral regrado ao público – um gênero essencialmente argumentativo

O debate oral regrado é comumente definido pelos estudiosos como um gênero textual essencialmente argumentativo, em que dois debatedores expõem suas opiniões a respeito de diversos temas e buscam persuadir um público e não um ao outro. No debate há a participação de um mediador que tem a função de organizar o tempo em relação às falas dos participantes, atribuindo direito de réplica e tréplica.

O dicionário de Gêneros Textuais define o debate regrado como “a exposição da razão em defesa de uma opinião contra um argumento” (COSTA, 2012, p.94), assim, entende-se que o debate permite ao locutor expor livremente as ideias, mas também se faz necessário respeitar as opiniões dos outros, refutando-os por meio de contra-argumentos válidos.

No debate regrado, é preciso que se estabeleçam regras, os objetivos, o tempo limite para a participação de quem está de posse da palavra, pois só assim se dará uma comunicação efetiva com os demais interlocutores, possibilitando o ato responsivo dos mesmos (BAKHTIN, 2003, p.294).

Kerbrat-Orecchioni (1990), na sua investigação sobre as interações verbais, considera e caracteriza o debate como um tipo de interação verbal oral, ao lado da conversação, da discussão e da entrevista.

A autora ainda define interação verbal enquanto troca comunicativa entre dois participantes que exercem influências recíprocas uns sobre os outros:

“tout au long du déroulement d’un échange communicatif quelconque, les différents participants, que l’on dira donc des «interactants», exercent les uns sur les autres un réseau d’influences mutuelles – parler, c’est échanger, et c’est changer en échangeant.” (KERBRAT-ORECCHIONI, 1990, p.17)¹³.

Fávero, Andrade e Aquino (1998, p.93) corroboram com a citação de Orecchioni (1990) ao afirmarem que

¹³ Ao longo do progresso de uma troca comunicativa qualquer, os diferentes participantes, que são chamados, portanto, “os interagentes” exercem entre si uma rede de “influências mútuas – falar, é trocar, e é mudar em troca. (Tradução nossa)

[...] a interação caracteriza-se por situar-se em um contexto em cujo âmbito se estabelece um campo de ação comum no qual os sujeitos envolvidos podem entrar em contato entre si. Torna-se, portanto, fundamental a capacidade de ação de cada indivíduo, que deve estar apto a influir no desenvolvimento sucessivo da interação, determinando-o com sua atuação: cada ação de um sujeito deve constituir uma premissa das ações realizadas posteriormente pelos demais.

Assim, atentamos para o fato de que, no debate, como os interlocutores estão numa situação face a face, agem e ao mesmo tempo reagem conforme são constituídas as proposições, pois estão inseridos num contexto dinâmico e levam em consideração o outro antes de buscar estratégias argumentativas para atingi-lo de modo a persuadir.

Um dos aspectos a ser observado em nosso *corpus* é o jogo de preservação e desqualificação de imagens, analisando como o fenômeno da polidez contribui e é utilizado como um recurso para manter a imagem pública desejada pelos candidatos à Presidência da República.

Tal recurso é importante ser analisado pelo fato de que os candidatos tentam persuadir a todo tempo seus eleitores e buscam mais adesão a seu discurso, visando obter a vitória nas urnas. Então, uma determinada imagem apresentada deve ser mantida e preservada, como é um debate transmitido ao vivo em tv aberta, que atinge a maioria da população brasileira.

Ainda no debate político fica evidente que um candidato constrói seu discurso e sua imagem por meio da desconstrução da imagem do outro, porque há a necessidade de que suas verdades prevaleçam; verdades essas que são embasadas num conhecimento prévio dos valores, da ética e do comportamento que os eleitores, em sua maioria, possuem, a fim de haver uma aproximação, afinidades de ideias e, por conseguinte, menos divergências.

Aquino (1997, p. 104) alerta-nos para o fato de que

Não se pode esquecer que a TV forma opinião ou a reforça – este é o seu poder, ela exerce controle. A grande massa brasileira não lê, informa-se pela televisão e isso constitui uma grande responsabilidade para esse organismo controlador de poder.

Diante do exposto, fica evidente que os argumentos apresentados no debate oral entre os presidenciáveis têm uma grande força devido ser televisionado, ao vivo e às vésperas da eleição, pois é por meio deste recurso midiático que muitos brasileiros se informam, assim aquele último debate televisivo de 2014 podia influenciar e conduzir opiniões de milhares de telespectadores e, por isso, a importância de os políticos preservarem suas imagens.

Os participantes do debate sabem, evidentemente, que estão numa situação de confronto e disputam um mesmo auditório (os eleitores), logo, ao questionarem ou comentarem algo a respeito do plano de governo do outro, é possível que haja a (des) qualificação da imagem do oponente, tendo em vista que tal direcionamento pode mostrar ou reforçar a face negativa ou positiva dele.

Como forma de sintetizar a discussão que define o debate, apresentamos aspectos característicos de tal gênero formulados por Kerbrat-Orecchioni (1990, p. 27):

- i) a existência de um “quadro participativo” triangular, de que fazem parte pelo menos dois participantes, um moderador e um público;
- ii) o papel fundamental do moderador para a regulação e estruturação do debate e das intervenções dos participantes;
- iii) os papéis equilibrados, simétricos, equifuncionais dos participantes no debate;
- iv) a importância do público em função do qual os participantes constroem a sua argumentação com vista à persuasão (isotopicamente com vista à vitória);
- v) o carácter pré-fixado e formal a que obedece o debate, em que estão à partida decididos o tema e a duração do debate, a ordem de intervenções, o número de participantes;
- vi) a forte componente argumentativa, que funciona como arma verbal;
- vii) a sua natureza dialogal assegura-lhe a sua especialização como um tipo de interação verbal.

Na próxima subseção, tratamos de evidenciar a modalidade falada da língua, justificando a sua escolha por trabalhar com um *corpus* dessa origem.

1.3.2 A modalidade da fala no debate político

A língua possui duas modalidades de uso: fala e escrita. Essas duas modalidades se utilizam do mesmo sistema linguístico, embora possuam características próprias. Isto não significa que devam ser vistas de formas separadas, isoladas umas das outras. Houve um tempo em que oralidade e escrita eram consideradas modalidades opostas da língua. Hoje, sabe-se que ambas as modalidades constituem uma continuidade e que fica difícil demarcar os limites entre elas. “As diferenças entre fala e escrita se dão dentro de um *continuum* tipológico das práticas sociais e não na relação dicotômica de dois pólos opostos” (MARCUSCHI, 2001, p. 37).

De acordo com Koch (2011, p. 63), a fala possui suas características próprias, as quais são apresentadas abaixo:

- É relativamente não-planejável de antemão, o que decorre de sua natureza altamente interacional; isto é, ela necessita ser localmente planejada, ou seja, planejada a cada novo “lance” do jogo da linguagem;
- Ao contrário do que acontece com o texto escrito, em cuja elaboração o produtor tem maior tempo de planejamento, podendo fazer rascunhos, proceder a revisões e correções, etc., no texto falado planejamento e verbalização ocorrem simultaneamente, porque ele emerge no próprio momento da interação: ele é o seu próprio rascunho;
- O fluxo discursivo apresenta descontinuidades frequentes, determinadas por uma série de fatores de ordem cognitivo-interacional;
- O texto falado apresenta uma sintaxe própria, sem, claro, deixar de lado a sintaxe geral da língua;
- A escrita é o resultado de um processo, portanto estática, enquanto que a fala é o próprio processo, portanto, dinâmica (cf. KOCH, 2011, p. 63).

Aquino (2005) afirma que devemos estar atentos para as diferenças das características específicas das modalidades escrita ou falada, pois acarretam diferenças na análise do discurso político previamente elaborado, institucionalizado, do discurso político desenvolvido em entrevistas e/ou debates.

A discussão acima relacionada é importante para justificar a escolha do *corpus*, pois foi justamente selecionado por se desenvolver numa situação interacional face a face, num jogo imediato e dinâmico, a fim de verificar como eram formadas e preservadas as imagens sem um discurso previamente preparado, corrigido, mas sim perante trocas constantes de turnos de fala, os quais podem perder a face, assim como também lançar mão de estratégias que a preserve, a restabeleça por meio dos reajustes possíveis nas falas.

No capítulo a seguir, situamos os estudos no campo da Pragmática, dando ênfase nas pesquisas da Polidez Linguística.

2 A POLIDEZ LINGÜÍSTICA NO ÂMBITO DA PRAGMÁTICA: REFERENCIAL TEÓRICO

Neste capítulo, tratamos os domínios das pesquisas em Pragmática com foco, principalmente, na Polidez Linguística. A fim de que compreendamos a Teoria da Polidez, abordamos, brevemente, um histórico dos estudos de Polidez linguística e da elaboração da face proposta por Goffman (1967), para que possamos, assim, acompanhar a discussão do modelo utilizado neste trabalho, o modelo de Brown e Levinson (1987 [1978]), o qual serviu de referência para todos modelos usados posteriormente. Assim, apresentamos as teorias mais tradicionais que colaboraram para a inclusão dos estudos da polidez como uma parte dos estudos pragmáticos. E, ainda, mostramos o modelo de Brown e Levinson revisitado por Kerbrat Orecchioni (2006) e suas reformulações.

2.1 UMA ABORDAGEM PRAGMÁTICA

Os estudos sobre a linguagem passaram por diversas vertentes, desde aquela preocupada com os aspectos estritamente *formais* e/ou *estruturais* da língua até a vertente dos estudos linguísticos que focam nos aspectos *funcionais, situacionais e contextuais ou comunicacionais* do uso da língua, esta que influenciou bastante nos estudos linguísticos do século XX, todavia ainda era excluído o sujeito, o falante real das abordagens relacionadas. Para dar conta desta complexidade do fenômeno linguístico e da inclusão do sujeito, a partir da segunda metade do século XX, muitos linguistas direcionaram seus estudos para fenômenos diretamente relacionados ao *uso* que os falantes fazem da língua, às *motivações sociais subjacentes* às suas *escolhas* linguísticas, às *restrições* que os usuários encontram ao usar a linguagem e aos *efeitos* desses usos sobre os interlocutores.

Observa-se que a abordagem Pragmática é um viés dos estudos funcionalistas e com ela muda-se o enfoque da relação língua-mundo, pois a captura parte da situação como um todo e orienta-se do exterior para o interior e também do contexto de uso da linguagem para se chegar às palavras apropriadas a um determinado *ato da linguagem*, assim, nesse caso, o protagonista é o usuário e suas condições situacionais.

A pragmática surge do cruzamento da Filosofia com a Linguística que, segundo Armengaud (2006, p.9), é mais promissora dentre aquelas que surgiram desse cruzamento, pois é uma ciência “jovem, farta e de fronteiras fluidas”. No entanto, é uma área de estudo em que ainda falta um consenso na definição do seu termo.

A Pragmática é considerada interdisciplinar por natureza, pois se interliga com diferentes áreas de conhecimento, como a filosofia, a sociologia, a antropologia e a psicologia, entre outras; isso por ter fronteiras nem sempre bem demarcadas e também devido à natureza de seu objeto de análise – o significado da linguagem em uso.

Armengaud (2006, p.10) encontra reflexões pragmáticas em dois tipos de pensadores: aqueles que “se apegam à *determinação da verdade* das sentenças” e aqueles que “se interessam pelos *efeitos do discurso*”. Os primeiros, lógicos filósofos como: Frege, Russell, Carnap, Bar-Hillel, Quine, posicionavam-se sobre questões referentes aos *interlocutores* e ao *papel desempenhado pelo contexto de troca dos atos de fala*. Já os outros, sociólogos, psicoterapeutas, especialistas em retórica, técnicos em comunicação, linguistas da área do discurso como: Perelman, Ducrot, Bourdieu, Kerbrat *et alii*..., interessaram-se pelos *efeitos do discurso*, aproximando-se, assim, de uma das fontes da pragmática: *a máxima pragmatista de Peirce*.

Os problemas, os quais impedem que a Pragmática, como área de investigação linguística, seja um campo de estudos plenamente unificado, advêm de sua relação com a Semântica (fronteira interna) e com as disciplinas vizinhas, principalmente a Psicolinguística e a Sociolinguística (fronteira externa), e por apresentar múltiplas interpretações e múltiplas gêneses, pois tal multiplicidade origina correntes pragmáticas com nortes teórico-metodológicos específicos.

Em relação à imprecisão da área, Dascal (1982, p. 08) afirma que, a pragmática, apesar de séria e intensamente investigada, na década de 1980, “ainda parecia mais um amontoado heterogêneo de dados, problemas e pontos de vista do que domínio teórico bem definido”, por isso tão importante mostrar as discussões a respeito de seu objeto e de seus métodos.

Ao longo dos estudos pragmáticos, percebemos que a disciplina foi posta e vista, durante muito tempo, como um campo residual. Bar-Hillel (1971), por exemplo, a coloca como a “lata de lixo da linguística”.

Essa indefinição ou delimitação do campo pode estar ligado ao fato de que a linguística contemporânea priorizou o estudo da *langue* ou da *competência* (linguística), relegando o estudo da *parole* ou da *performance*. Em particular, pertenceriam ao domínio da performance e, portanto, não caberia à linguística estudá-las todas as variações ou condições individuais que se manifestam num fato linguístico (DASCAL, 1982, p. 15).

De acordo com autores como Dascal (2006, p.28) e Levinson (2007, p.1), o uso moderno do termo pragmática ou qualquer ponto de partida de definição para tal deve estar entrelaçado ao filósofo Charles Morris (1938), influenciado pelos estudos de Peirce e a teoria dos signos (semiótica), que apresentou sua tricotomia, ou seja, identificou três ramos de investigação

distintos na semiótica: *Sintaxe, Semântica e Pragmática*, definindo os ramos de estudo de cada uma. O primeiro ficaria com o papel de estudar a “*relação formal dos signos entre si*”, o segundo se encarregaria do estudo da “*relação dos signos com os objetos aos quais os signos são aplicáveis*” (os seus *designata*) e o terceiro estudaria a “*relação do signo com os intérpretes*”, ou seja, com seus usuários.

A partir da introdução da tricotomia *morrisiana*, a pragmática passou a ser utilizada de duas maneiras diferentes, uma com o uso amplo idealizado por Morris e outra com um estreitamento progressivo em seu uso, esta que teve influência do filósofo e lógico Carnap, quem adotou/elaborou a seguinte versão dessa tricotomia *morrisiana*:

Se, numa investigação, faz-se referência explícita ao falante ou, para dizê-lo em termos mais gerais, ao usuário da linguagem, então consignamo-la [a investigação] ao campo da pragmática...Se abstraímos o usuário da linguagem e analisamos apenas as expressões e seus *designata*, estamos no campo da semântica. E, finalmente, se abstraímos também os *designata* e analisamos apenas as relações entre as expressões, estamos no campo da sintaxe (lógica) (CARNAP, 1942, *apud* DASCAL, 2006, p. 28).

Assim, para estes dois autores, Morris e Carnap, a pragmática aparece como um dos componentes da semiótica e reveste um aspecto essencialmente empírico e naturalista.

A noção de que o foco dos estudos da Pragmática eram os aspectos da linguagem que requeriam a referência aos seus usuários provocou uma restrição do termo pragmática por causa das questões naturais da filosofia analítica que envolvem palavras dêiticas ou indiciais. Assim, Bar-Hillel (1954) adotou o conceito da Pragmática como o estudo das linguagens, naturais e artificiais, que abarcam tais termos. Essa visão a respeito da Pragmática proposta por Bar-Hillel foi explicitamente usada por Kalish e Montague, todavia Levinson (2007, p.04) afirma que “tal uso tem pouco a oferecer aos linguistas [...]” e “para que a tricotomia tenha alguma função linguística, é preciso encontrar algum âmbito menos restrito para a Pragmática”. Assim, propõe uma correção da definição de Carnap para: “as investigações linguísticas que tornam necessária a referência a aspectos do contexto”, bem como o uso do termo contexto de forma ampla, uma vez que possa abranger “as identidades dos participantes, os parâmetros temporais e espaciais do acontecimento discursivo e as crenças, o conhecimento e as intenções dos participantes do acontecimento discursivo [...]” (LEVINSON, 2007, p.05-06).

Dascal (2006) corrobora com Levinson (2007) à medida que aponta o modelo de definição da Pragmática proposto por Carnap (1942) como “residual”, uma vez que a definia como “a disciplina que lida com os fenômenos linguísticos com que as outras disciplinas

linguísticas (principalmente a semântica) não têm *obrigação* de lidar” (DASCAL, 2006, p.30)¹⁴.

A fim de comprovar que a Pragmática não é um modelo residual, Dascal (2006, p.31) busca examinar resíduos de outras teorias e inicia pelo que Bar-Hillel (1971) chamou de “a cesta de lixo de Frege”, ou seja, verifica o que Frege (1967) deixou de lado em seus estudos semânticos a respeito da verdade dos “pensamentos” expressos pelas sentenças: *i*) sentenças que não levantam a questão da verdade; *ii*) sentenças que exprimem mais que “pensamento”; e *iii*) sentenças que não são suficientes, por si só, para expressar um “pensamento”.

Dascal (2006) constata que esses aspectos do significado, que não são do domínio da semântica, pressupõem a Pragmática como modelo residual, visto que foram tomados como objeto paradigmático dela. Contudo, tal fato não justifica como a Pragmática é compreendida, pois cada aspecto acima relacionado conjectura o seu próprio critério “positivo”, segundo o qual um fenômeno é concebido como pragmático se:

(a) estiver relacionado com a natureza do ato de fala executado ao proferir uma sentença; ou se (b) estiver relacionado com a “diferença” entre o significado que uma elocução transmite e o significado-padrão da sentença proferida; ou (c) depende não apenas da sentença, mas também do contexto no qual ela foi proferida (DASCAL, 2006, p.31-32).

Destarte, as três concepções enfatizadas da Pragmática correlacionam a três aspectos diferentes do uso da linguagem: *i*) a ação linguística; *ii*) o significado *implícito* que pode ser inferido de tal ação; e *iii*) o fato de esse significado ser *dependente do contexto*. (DASCAL, 2006, p.32).

Dascal (2006, p.32) aponta como insuficientes esses três critérios (os mais comuns) para distinguir de maneira clara a Semântica da Pragmática e indica “a necessidade de um princípio mais básico para realizar, de maneira sistemática, a importante operação pragma-ecológica do lixo fregeano”. Como ponto de partida, o autor se baseia no trabalho de Grice (1989) sobre o conceito de “significado”, já que Grice (1989) estabelece uma distinção entre significado “natural” (esta fotografia comprova que você esteve em Paris) e significados “não-naturais” (no momento em que a mãe passa pela sala de estar, olha para os filhos assistindo e diz: “ – já são onze da noite”, com essa sentença a mãe quis dizer que já era hora de todos estarem na cama).

Segundo Grice (1989), o significado “não-natural” caracteriza-se por um elemento de *intencionalidade*, quer incorporado lexicalmente, quer circunstancialmente, e o distingue em

¹⁴ Grifo do autor

três tipos: *i. o significado de uma sentença ou parte dela; ii. o significado de uma elocução; e iii. o significado que um falante pretende transmitir ou sua intenção comunicativa*. Em vista disso, houve muitas críticas ao que Grice propôs, no entanto Dascal (2006, p.33) afirma que essa distinção tripla proposta por Grice é “suficientemente clara e intuitiva para servir como base para uma caracterização da Pragmática e de sua relação com a Semântica”.

Deste modo, percebe-se que Dascal (2006) baseia-se nas considerações de Grice (1989) sobre o conceito de *significados* para definir a tarefa da Pragmática como:

“o estudo do *uso* dos meios linguísticos (ou outros) por meio dos quais um falante transmite as suas intenções comunicativas e um ouvinte as reconhece”. O objeto da pragmática, portanto, é o conjunto de dispositivos semióticos direta e especificamente relacionados à transmissão dos significantes do falante. Tais dispositivos englobam, é claro, a *exploração* pelo falante do significado da sentença e da elocução, mas não a sua *descrição* ou explicação de como eles surgiram – tarefas que compõem o objeto da semântica” (DASCAL, 2006, p.33)¹⁵.

O autor ainda evidencia a tarefa da Semântica como “a determinação do significado da sentença independentemente do seu uso”, assim como, “a determinação do significado da elocução levando em conta a informação contextual *exigida* pela estrutura semântica da sentença proferida”. (DASCAL, 2006, p.33)¹⁶.

E, a fim de justificar essa divisão de trabalho entre a Pragmática e a Semântica proposta anteriormente, Dascal (2006, p.33) aponta várias razões, dentre elas: “uma divisão objetiva – quiçá com fundamentos ontológicos – do domínio do significado não-natural: os significados do falante, da elocução e da sentença são entidades diferentes – ainda que inter-relacionadas”, como também para colocar “ordem na tradicionalmente confusa relação entre semântica e pragmática”. O autor enfatiza, ainda, que a Semântica e a Pragmática têm uma relação mais *complementar* que *residual*, pois “a Pragmática não é necessária apenas quando a semântica é insuficiente para determinar o significado do falante, porque a semântica *per se* é sempre insuficiente para isso”, ou seja, em uma elocução sempre será preciso realizar uma interpretação pragmática, além da interpretação semântica.

Pinto (2001) afirma que mesmo com a variedade presente na Pragmática, ou seja, por ser uma área tão heterogênea, ainda há autores e autoras desse domínio que têm certos pressupostos em comum. Um deles é que ela analisa, por um lado, *o uso concreto da linguagem*, enfatizando seus *usuários* na prática linguística; e, por outro lado, estuda as

¹⁵ Grifo do autor.

¹⁶ Grifo do autor.

condições que governam essa prática. Portanto, para Pinto (2001, p. 47-48), a Pragmática é a “ciência do uso linguístico” que busca “[...]explicar antes a linguagem do que a língua”. A Pragmática defende a não-centralidade da língua em relação à fala, isto é, investiga a linguagem considerando a fala como também conceitos como *sociedade e comunicação*, os quais foram deixados à margem pela linguística de base saussuriana. Outro pressuposto é que os fenômenos linguísticos estudados “não são puramente convencionais, mas sim compostos também por elementos criativos, inovadores, que se alteram e interagem durante o processo de uso da linguagem” (PINTO, 2001, p. 48), ou seja, a Pragmática trabalha a partir de indícios do funcionamento da linguagem, inclusive considerando “erros”

Armengaud (2006), assim como reconhece as múltiplas gêneses da Pragmática, corrobora com Pinto (2001) ao constatar que apesar de conflituoso o estado metodológico da disciplina, em meados da década de 1980 já estavam ocorrendo tentativas de unificação por parte dos estudos de Stalnaker, Gazdar e Jaques, Searle e Vanderveken.

Pinto (2001, p.49) afirma, ainda, que a Pragmática é “uma área genericamente definida por pesquisar sobre o uso linguístico, os temas escolhidos para análise são amplos e variados”, por isso destaca três como correntes de investigação pragmática:

“o pragmatismo americano, influenciado pelos estudos semiológicos; os estudos de atos de fala, sob crédito dos trabalhos do inglês J. L. Austin; e os estudos da comunicação, com preocupação firmada nas relações sociais, de classe, de gênero, de raça e de cultura, presentes na atividade linguística” (PINTO, 2001, p. 49).

Ainda que muitos autores admitam a dificuldade em definir a Pragmática em razão dos diferentes conceitos que apresenta, percebe-se que ela teve seu âmbito ampliado, sendo apontada como a ciência do uso linguístico em contexto; aquela que estuda “a relação dos usuários da linguagem com a linguagem” (GUIMARÃES, 1983, p. 15); ou seja, para ela os “fenômenos linguísticos não são puramente convencionais, mas sim postos também por elementos criativos, inovadores, que se alteram e interagem durante o processo de uso da linguagem” (PINTO, 2001, p. 48).

Escandell Vidal (2002, p. 13-14) afirma que

se entende por pragmática o estudo dos princípios que regulam o uso da linguagem na comunicação, ou seja, as condições que determinam tanto o emprego de um enunciado concreto por parte de um falante concreto em uma situação comunicativa concreta, como sua interpretação por parte do destinatário. A pragmática é, portanto, uma disciplina que leva em consideração os fatores extralinguísticos que determinam o uso da linguagem,

precisamente todos aqueles fatores aos quais não pode fazer referência um estudo puramente gramatical: noções como as de emissor, destinatário, intenção comunicativa, contexto verbal, situação ou conhecimento de mundo resultarão de extrema importância (ESCANDELL VIDAL, 2002, p. 13-14).

Segundo a autora, é preciso entender que, sem a Pragmática, diversos aspectos relevantes seriam explicados parcialmente ou ficariam totalmente sem explicação, uma vez que uma análise *puramente linguística* não daria conta dos efeitos que as escolhas linguísticas têm sobre o locutor na interação verbal.

Portanto, é importante salientar que, ao adotarmos uma perspectiva Pragmática para a análise dos dados selecionados para o presente estudo, estamos enfatizando a relevância de entender a *língua em uso* e o *efeito* que o uso de escolhas linguísticas pode ter em uma determinada situação comunicativa.

Assim, ao atentarmos para o fato que a Pragmática se volta para o uso que os falantes fazem da língua, de acordo com suas escolhas linguísticas estratégicas em situações concretas, se torna também perceptível que ela apresenta um quadro teórico eficaz no que se refere à investigação do fenômeno da Polidez, um campo de estudo o qual se tem mostrado muito produtivo, fomentando inúmeros trabalhos em diversos lugares do mundo.

A seguir, discorreremos sobre o fenômeno da polidez.

2.2 O FENÔMENO DA POLIDEZ

A polidez, comumente entendida, interliga-se à ideia de agir de acordo com os manuais de etiqueta social, ou seja, de ter bons modos e boa educação. De acordo com Oliveira (2005, p. 2), “Historicamente, a polidez já esteve relacionada à vida na corte e pertencer a essa casta significava comportar-se de acordo com os seus costumes dentro de um rígido esquema cerimonial que determinava os papéis individuais”. No entanto, por tais comportamentos e os valores atribuídos a eles serem variáveis de acordo com a cultura em que estão inseridos, não é tão fácil definir o que seja um “comportamento (im) polido ou um uso de linguagem (im) polida” (WATTS, 2003, p.14).

O termo polidez foi adotado pelos estudos pragmáticos e sociolinguísticos focados nas interações verbais para se referir aos comportamentos que buscam promover a harmonia em tais interações. Assim, passou a ser entendido como fruto da necessidade que o homem tem de manter o equilíbrio em suas interações interpessoais, tendo como manifestação um conjunto de estratégias linguísticas de que lança mão o falante, com o objetivo de evitar ou reduzir ao

mínimo o conflito com seu interlocutor, quando os interesses de ambos não são coincidentes (ESCANDELL-VIDAL, 1995, p.33).

A fim de diferenciar as duas formas de entendimento da polidez, Watts (2003, p. 30-31) apresenta uma proposta de denominá-las de *polidez₁* e *polidez₂*. A **polidez₁** refere-se a comportamentos sociais específicos em cada cultura, p.e., dar preferência aos mais velhos nas filas de supermercados, não falar com a boca cheia, etc. Já a **polidez₂** é definida como um comportamento linguístico que busca compensar ou minimizar o suposto risco que afeta os interlocutores nas interações sociais, tornando a comunicação mais harmoniosa possível. Este último tipo de polidez é associado por Watts (2003) ao *comportamento político*. De acordo com Watts (2003, p.20-21), entende-se por *comportamento político* – aquele, linguístico ou não, que os interlocutores tomam como apropriado diante da interação estabelecida e que visam ao estabelecimento ou à manutenção do equilíbrio desta.

Neste sentido, pode-se perceber que as atitudes de respeito estabelecidas entre os presidenciáveis, como os pronomes de tratamento os quais indicam deferência, podem ser incluídas tanto entre as manifestações de *polidez₁* quanto na de *polidez₂*, uma vez que há o aspecto político, como também há a pressuposição de riscos para os interlocutores na interação em que se encontram, o que os motivam a usar estratégias linguísticas que venham minimizá-los, assim, manter a harmonia da interação e, conseqüentemente, repassá-la para os interlocutores “secundários” – os eleitores, os quais representam, na verdade, o real auditório.

Com isso, evidencia-se que a comunicação humana é conduzida por normas sociais que regulam o comportamento linguístico dos indivíduos na condução da interação entre pares. Grosso modo, para manter o equilíbrio na interação verbal, utilizamos a polidez.

Ainda que as manifestações da polidez no *corpus* selecionado compreendam comportamentos paraverbais (como a entonação e a altura da voz) e não-verbais (como expressões faciais, gestos, olhar, entre outros), no presente estudo, abordaremos apenas as manifestações linguísticas da polidez, isto é, aquelas inseridas no âmbito da *polidez₂*.

Alguns modelos teóricos de polidez linguística foram produzidos por estudiosos, tais como: Lakoff (1973) e Leech (1983), todavia há um maior interesse em estudar a polidez linguística como parte dos estudos pragmáticos com o advento do modelo de polidez proposto por Brown e Levinson (1987 [1978])¹⁷, este que é considerado por Kerbrat-Orecchioni (2006, p.77) o mais “sofisticado, produtivo e célebre”. Por isso, neste trabalho, deter-nos-emos na

¹⁷ A primeira versão do modelo de polidez de Brown e Levinson foi publicada em 1978 sobre a qual emergiram várias críticas. Em decorrência disto, os autores reeditaram o texto tentando esclarecer, com um detalhamento, os conceitos estabelecidos e o publicaram em 1987.

proposta de Brown e Levinson (1987 [1978]), por ser a pioneira e a mais influente no campo de estudo abordado, como também nas reformulações e aperfeiçoamentos propostos por Kerbrat-Orecchioni (2006).

A seguir, apresentamos uma breve revisão das teorias da Polidez no âmbito da Linguística e da Pragmática, a fim de destacar alguns princípios básicos para o entendimento desse fenômeno.

2.3 O PRINCÍPIO DE COOPERAÇÃO (PCO): GRICE

Paul Grice (1982 [1975]) formula o Princípio da Cooperação (PCO) ao supor que a linguagem tem como finalidade essencial a comunicação e que seus interlocutores aspiram uma comunicação eficaz: “Faça sua contribuição conversacional tal como é requerida, no momento em que ocorre, pelo propósito ou direção do intercâmbio conversacional em que você está engajado” (GRICE, 1982, p.86). Este princípio guiaria toda comunicação verbal entre os humanos e, de acordo com o PCO, a conversação é regida por uma lógica e as interações são esforços cooperativos, ou seja, quando as pessoas interagem verbalmente e objetivam uma comunicação eficiente, cooperam umas com as outras, a fim de que a interação aconteça da melhor forma possível.

Ao desenvolver seu princípio (PCO), Grice (1982, p. 86-88) apresentou-o a partir de quatro *máximas conversacionais* com suas respectivas *submáximas*, conforme pode ser observado no Quadro 1, a seguir:

Máxima da Quantidade	Diga somente o necessário	a) Faça sua contribuição tão informativa quanto é requerido pelo propósito do intercâmbio verbal.
		b) Não faça sua contribuição mais informativa do que é requerido
Máxima da Qualidade	Seja sincero	a) Não diga nada que você acredite ser falso
		b) Não diga nada de cuja verdade você não tem prova suficiente
Máxima da Relação	Seja relevante	
Máxima de Modo	Seja claro	a) Evite obscuridade da expressão
		b) Evite ambiguidade

		c) Seja breve
		d) Seja ordenado

Quadro 1: Máximas Conversacionais de Grice (1982).

O autor alerta, porém, que nem sempre essas máximas são respeitadas e, a partir de tal visão, levou-nos até a noção de *implicatura*, esta que se refere às inferências que os interlocutores fazem em uma conversação com base no próprio enunciado e na sua relação com os elementos situacionais. Assim, ancorado no Princípio de Cooperação (PCO), Grice diferencia dois tipos de implicatura: a *implicatura convencional* e *implicatura conversacional*. A primeira diz respeito a inferências relacionadas a determinadas expressões lexicais, ao sentido convencional das palavras. Já a segunda, *implicatura não-convencional* ou *implicatura conversacional*, é resultante da desobediência de uma ou mais *máximas conversacionais*, ou seja, de um ou mais princípios lógicos que regem a conversação, logo deve estar contextualizado para que determinado significado seja transmitido, dependendo também dos conhecimentos prévios dos falantes.

Portanto, ao nos comunicarmos, às vezes transmitimos ou implicamos significados adicionais com o que dizemos, ocorrendo isso, cabe ao interlocutor fazer cálculos inferenciais para descobrir os significados e chegar às implicaturas. Dessa forma, o locutor, ao violar uma das máximas conversacionais, demonstra sua intencionalidade, já o papel do interlocutor, nesse caso, é fazer o cálculo inferencial a fim de descobrir o motivo da quebra da máxima e, assim, interpretar adequadamente a enunciação, isto é, o que o falante quis dizer.

A fim de ilustrar esse processo, apresentamos um exemplo proposto por Grice (1982) que ficou bastante conhecido: de um professor universitário que escreve a um colega de outra instituição, requerendo referências quanto à capacidade intelectual de um ex-aluno deste, que é candidato a uma vaga de assistente na universidade em que trabalha, e obtém como resposta: “Tem boa letra e não costuma chegar atrasado”. Observa-se que a resposta dada passa pelo seguinte raciocínio: o colega infringiu a *Máxima da Relevância*, pois preferiu omitir a informação que seria relevante, isto é, não correspondendo diretamente ao que foi solicitado. Destarte, de acordo com a *Máxima da Quantidade*, supõe-se que o que foi dito é suficiente para que se entenda que o ex-aluno é um candidato fraco. A desobediência à *Máxima da Relevância* revela um significado não-natural para a sentença, isto é, apresenta a intenção de significar que o candidato não possui características suficientes para o preenchimento da vaga.

Grice (1982) salienta dois fatos importantes: *i)* que se, por acaso, as máximas entrarem em conflito, pode haver predominância de umas delas, ou seja, uma máxima pode sobrepor-se a outra(s); *ii)* uma das características da implicatura conversacional, diferentemente da convencional, é que ela pode ser cancelada a qualquer momento. O autor ainda sinaliza que “há, naturalmente, toda sorte de outras máximas (de caráter estético, social e moral), tais como ‘Seja polido’, que são também normalmente observadas pelos participantes de uma conversação, e estas máximas também podem gerar implicaturas não-convencionais” (GRICE, 1982, p. 88)

Os estudos a respeito do Princípio da Cooperação propostos por Grice foram essenciais para o desenvolvimento das pesquisas linguísticas da polidez, uma vez que a polidez, assim como a implicatura conversacional, resultaria da não obediência às *máximas griceanas*. Grice, ao observar que a máxima ‘Seja polido’ pode gerar implicaturas não-convencionais, deixa o caminho aberto para uma abordagem linguística da polidez, que, nesse caso, resultaria da escolha que o falante faz em desobedecer alguma máxima conversacional com determinada intenção.

Na seção seguinte, vemos as contribuições dos estudos de Robin Lakoff.

2.4 LAKOFF E AS NORMAS DE POLIDEZ

Robin Lakoff (1973), para formular seu estudo acerca da polidez, parte do princípio de que as conversações normais do cotidiano por diversas vezes violam as máximas conversacionais griceanas. Ao tomar como referência tais máximas, o autor propõe que as normas pragmáticas tenham preferência e que devem ser incorporadas à gramática a fim de explicar o significado comunicativo de uma sentença e aponta duas normas de competência pragmática: *seja claro* e *seja polido*. A norma *seja polido* teria um lugar privilegiado na comunicação e devido a sua importância é subdividida em:

- i) Não se imponha
- ii) Dê opções
- iii) Faça com que o interlocutor se sinta bem, seja amigável

A norma (i) relaciona-se às construções passivas, impessoais e ao uso do pronome de 3ª pessoa formal (o/a senhor/a). A empregabilidade desses recursos linguísticos criaria uma distância entre o locutor e seu enunciado, ou entre o locutor e o interlocutor, reduzindo o grau de carga emocional e dando uma sensação de maior objetividade. No que concerne à norma (ii), ela se relaciona aos eufemismos e coopera com a primeira (i), posto que o falante não se

impõe sobre o ouvinte, e ainda este tem um espaço aberto, mesmo que de maneira aparente, para tomar suas próprias decisões. Já a (iii) associa-se aos pronomes informais, nesta norma o falante procura incluir o ouvinte na conversação de maneira amigável.

Assim, diante dessa perspectiva abordada por Lakoff e partindo do pressuposto que o conflito é algo inerente às relações interpessoais, a polidez tem a finalidade de eliminar ou reduzir o atrito nas interações verbais, evitando, assim, as ofensas.

Na seção 2.5, apontamos as contribuições de Leech para a Polidez.

2.5 LEECH E O PRINCÍPIO DE POLIDEZ

Geoffrey Leech (1983), influenciado pelos estudos griceanos, propõe um princípio regulador do equilíbrio social que opera juntamente com o Princípio de Cooperação de Grice, o *Princípio de Polidez*. O princípio proposto por Leech é pragmático e funciona como procedimento discursivo que tem por objetivo manter o equilíbrio nas interações comunicativas, assim o falante alcança seus propósitos comunicativos da melhor maneira.

Este *Princípio de Polidez* envolve *seis máximas*, como podemos observar no quadro seguinte, que refletem o comportamento dos usuários de uma língua e são associadas a determinados *atos ilocucionários*, posto que, Leech considera alguns atos de fala como inerentemente polidos (ofertas) ou impolidos (ordens), independentemente do contexto em que são produzidos, tal visão rendeu-lhe muitas críticas.

MÁXIMA DE TATO	a) Minimize o custo para o outro; b) Maximize o seu benefício.
MÁXIMA DE GENEROSIDADE	a) Minimize o benefício próprio; b) Maximize o custo próprio.
MÁXIMA DE APROVAÇÃO	a) Minimize o desprestígio do outro; b) Maximize o elogio para o outro.
MÁXIMA DE MODÉSTIA	a) Minimize o autoelogio; b) Maximize a autocrítica.

MÁXIMA DE ACORDO	a) Minimize o desacordo; b) Maximize o acordo.
MÁXIMA DE CONSIDERAÇÃO/SIMPATIA	a) Minimize a antipatia; b) Maximize a simpatia.

Quadro 2: Princípio de Polidez de Leech (1983).

A proposta de Leech, assim como a de Lakoff, tomam a polidez como normas utilizadas para reduzir os possíveis conflitos durante as interações, aproximando ao conceito de polidez como forma de comportamento. Veremos no decorrer do capítulo que a proposta de Brown e Levinson (1987 [1978]) vem distanciar-se dessa noção, já que entende a polidez como uma “atividade estratégica racional”, consequentemente produtiva, destinada a manter a coesão social e que necessita ser comunicada na interação.

A seguir, antes de apresentarmos o modelo teórico de Polidez proposto por Brown e Levinson (1987 [1978]), convém explorar a noção de *face*¹⁸, que serviu de base para essa teoria de polidez.

2.6 A NOÇÃO DE *FACE* DE GOFFMAN (1967)

A noção de *face*, ampliada por Brown e Levinson em seus estudos, foi uma das importantes contribuições do sociólogo Erving Goffman aos estudos linguísticos, principalmente aos das interações verbais. Essa noção é uma antiga metáfora ligada às qualidades individuais e entidades abstratas, como honra, respeito, estima e *self* (eu) que já era usada na China antiga, mas que também se encontra nas culturas ocidentais. (WATTS, 2003, p. 120-122).

É importante salientar que a noção de *ethos* elaborada na Retórica de Aristóteles já apresentava certa semelhança com essa ideia de imagem pública. O *ethos* aristotélico está ligado ao caráter, ou uma espécie de imagem projetada ao auditório. Para Aristóteles, a projeção dessa imagem positiva pelo orador está atrelada a três qualidades fundamentais, que são: a prudência (*phronesis*), a virtude (*aretè*) e a benevolência (*eunoia*).

O estudioso Goffman elabora sua noção de *face* a partir da expressão inglesa “to lose face”, a qual corresponde a perder a reputação ou a honra e também do entendimento de que a

¹⁸ Neste estudo, os termos *face* e *imagem* são usados como sinônimos.

interação social é um lugar de risco em que os interlocutores adotam padrões de comportamentos, isto é, estratégias verbais e não-verbais que expressam sua visão da situação e, conseqüentemente, sua avaliação dos participantes e de si mesmo.

Para o autor, *face* é “o valor social positivo que uma pessoa efetivamente reivindica para si por meio daquilo que os outros presumem ser a linha, ou padrão de comportamento, assumido por ela durante um determinado contato. Ou seja, face é a imagem da pessoa delineada em termos de atributos sociais aprovados” (GOFFMAN, 1967, p.5).

A proposta teórica elaborada por Goffman partiu da análise da imagem social, a qual ele considerava uma “imagem pública negociada” por meio da interação face a face. De acordo com ele, o homem, como membro de uma sociedade, que necessariamente interage com outros, é levado a projetar uma imagem positiva de si sob forma de representação ou encenação que serve tanto para si mesmo como para os outros. Tal imagem, que precisa ser mantida e controlada durante as interações, visa delinear o padrão de tratamento que exige ou espera do outro, sob a forma de aceitação e valorização, uma vez que busca englobar a esta “imagem pública negociada” valores aprovados socialmente, reafirmando-os.

A representação, como já mencionado anteriormente, envolve atos verbais e não verbais (conscientes ou não) por meio dos quais o sujeito expõe sua visão da interação e, conseqüentemente, sua avaliação dos interlocutores, principalmente de si mesmo (GOFFMAN, 1967, p.5). Como nas interações verbais face a face, durante a “encenação”, a imagem de si projetada está propensa a rupturas, o locutor empreende esforços (trabalho de face) para manter a coerência de sua autoimagem projetada com aquela que os outros têm dele (o *ethos* prévio) e prevenir-se contra possíveis desacordos, considerando o propósito comunicativo da interação. Logo, por meio das estratégias verbais que emprega, é possível ter acesso à linha de conduta que segue em sua representação. Tais estratégias podem ser observadas no discurso pela mudança de alinhamento tanto na relação do locutor com seu interlocutor, como na sua relação consigo mesmo e com o tópico discursivo. Além disso, ao considerar a imagem pública constituída durante a interação sobretudo pela avaliação que o outro tem dele, é necessário que seja negociada com seu interlocutor, já que ambos buscam agir de forma a não “perder a face”.

Goffman (1967) emprega dois conceitos complementares à noção de face: o respeito pela própria imagem (preservação da própria face) e a consideração com a imagem dos outros (preservação da face do outro); essas atitudes são essenciais para garantir a manutenção das duas faces envolvidas no processo interativo. Por isso, as faces devem ser preservadas a fim de que a comunicação seja estabelecida harmonicamente, pois sua manutenção é uma condição da interação, e não o seu objetivo.

Em uma interação face a face, percebe-se que o falante procura manter uma imagem de si, porém essa imagem projetada está sujeita a rupturas, por isso, a fim de manter a coerência de tal imagem e, conseqüentemente, evitar possíveis desacordos, ele se utiliza dos trabalhos de face, ou seja, “ações por meio das quais uma pessoa é capaz de tornar o que está fazendo consistente com a face. O trabalho de face serve para neutralizar “incidentes”, isto é, eventos cujas implicações simbólicas ameaçam a face” (GOFFMAN, 1967, p. 12).

Assim, esta “imagem pública” que é constituída durante a interação, principalmente pelo olhar avaliativo de um em relação ao outro, precisa ser negociada e surta um efeito estabilizador, já que tanto o locutor quanto o interlocutor buscam através do uso das estratégias de comportamento não “perder a face”, evitando ou minimizando, assim, os efeitos negativos que poderiam desequilibrar a interação.

Goffman (1967, p.15-23) elabora dois tipos de trabalhos de face: *os processos evasivos e os corretivos*, ambos com a finalidade de evitar os efeitos negativos nas interações. No primeiro tipo, evitam-se temas e situações embaraçosas, ou procura-se minimizar seus efeitos à face do outro por meio de atenuantes, ou ainda os apresentando de forma indireta. Já no segundo tipo, quando não foi possível impedir o acontecimento do ato danoso à face do outro, adota-se um comportamento ritual a fim de compensar o dano causado à imagem.

É importante salientar que cada cultura apresenta seu próprio repertório de estratégias para salvaguardar a face, uma vez que a “imagem pública” e seus respectivos valores e, conseqüentemente, o salvamento desta variam de cultura para cultura.

As ideias e os estudos do sociólogo Goffman relacionados à teoria da face influenciaram de forma significativa o modelo de polidez proposto por Brown e Levinson (1987 [1978]), como veremos na próxima seção.

2.7 O MODELO DE POLIDEZ DE BROWN E LEVINSON (1987 [1978])

Brown e Levinson (1987 [1978]) elaboraram o seu modelo de polidez por meio das semelhanças das estratégias linguísticas encontradas em três línguas diferentes e baseiam-se no Princípio de Cooperação de Grice, assumindo que a natureza racional e eficiente da comunicação está pressuposta nas interações verbais. Contudo, eles atentam para o fato de que a maioria dos atos de fala produzidos nas conversações naturais não ocorre de forma tão eficiente como sugerem as máximas propostas por Grice. Logo, os autores, ao tomarem como referência o sociólogo Goffman, supõem que a preocupação em dar certa atenção a dois desejos básicos do ser humano — por um lado, o desejo de ser apreciado pelos demais e, por outro, o

desejo de não ter suas ações impedidas — seria um forte motivo para não se falar de acordo com tais máximas. Nessa perspectiva, a polidez explicaria o desvio da eficiência racional nas interações, sendo comunicada justamente por meio desse desvio. (BROWN; LEVINSON, 1987, p.4).

Brown e Levinson formularam sua teoria baseados numa Pessoa Modelo (*Model Person* - *MP*). De acordo com estes autores, uma *MP* compreende um falante fluente de uma língua natural e que é dotado de duas propriedades importantes: **racionalidade** e **face**. Os autores definem racionalidade como “a aplicação de um modo específico de raciocínio que garante inferências a partir de fins ou metas a meios que irão satisfazer esses fins” e face “a necessidade de não ser impedida ou limitada, e a necessidade de obter aprovação em alguns sentidos”. (BROWN; LEVINSON, 1987, p. 58)¹⁹.

Os linguistas tomam o conceito de *imagem social* elaborado por Goffman e partem do entendimento que todo ser humano tem uma autoimagem pública e para preservá-la é preciso respeitar a do outro. Consequentemente, para eles, há atos de fala ameaçadores da imagem, já que esta é vulnerável. Assim, “face is something that is emotionally invested, and that can be lost, maintained, or enhanced, and must be constantly attended to in interaction²⁰” (BROWN; LEVINSON, 1987, p.06).

Esses autores apresentam dois tipos de face ou imagem: *i*) a positiva - relacionada à autoimagem do indivíduo, representa o desejo de ser aprovado e apreciado. *ii*) a negativa - relacionada à autopreservação, representa o desejo de não imposição, de preservação do espaço pessoal, de que as suas ações sejam livres.

Percebe-se, assim, que durante as interações sociais, as faces dos interlocutores estão sujeitas a ameaças, pois praticam atos (verbais e não verbais) que ameaçam a face tanto do falante quanto do ouvinte. Tais atos são denominados por Brown e Levinson (1987 [1978]) de Atos que ameaçam a Face (Face Threatening Acts – FTAs) e estes podem ameaçar tanto a face positiva quanto negativa de ambos interlocutores. Por meio desta observação, esses autores dividem os atos de fala em quatro categorias de acordo com o tipo de face que ameaçam em uma interação, conforme se observa no quadro abaixo:

¹⁹ Tradução nossa.

²⁰ Face é algo emocionalmente revestido, que pode ser perdida, mantida ou reforçada, e que deve ser constantemente cuidada durante uma interação. (Tradução nossa)

	Atos que ameaçam a Face Positiva	Atos que ameaçam a Face Negativa
Afetam o Ouvinte	i) Atos que colocam em perigo sua autoestima, denotam menosprezo ou falta de cooperação do locutor, por exemplo: desaprovar, criticar, queixar-se, insultar, etc. ii) Abordagem de temas polêmicos ou constrangedores para o ouvinte.	i) Atos que violam seu território, p.e, perguntas indiscretas. ii) Atos diretivos, como: ordenar, pedir, ameaçar, etc. iii) Fazer ofertas, prometer, elogiar.
Afetam o Falante	i) Atos autodepreciativos, como: pedir desculpas, confessar culpa, aceitar elogios, autocriticar-se, etc.	i) Atos que atingem seu território, como agradecer, aceitar agradecimentos ou pedidos de desculpas, etc.

Quadro 3: Atos que ameaçam as faces, de acordo com Brown e Levinson (1987 [1978]).

Importante salientar que os linguistas atentam e reconhecem o fato de que há sobreposição nessa classificação dos FTAs, já que alguns atos atuam ameaçando tanto a face negativa quanto a positiva.

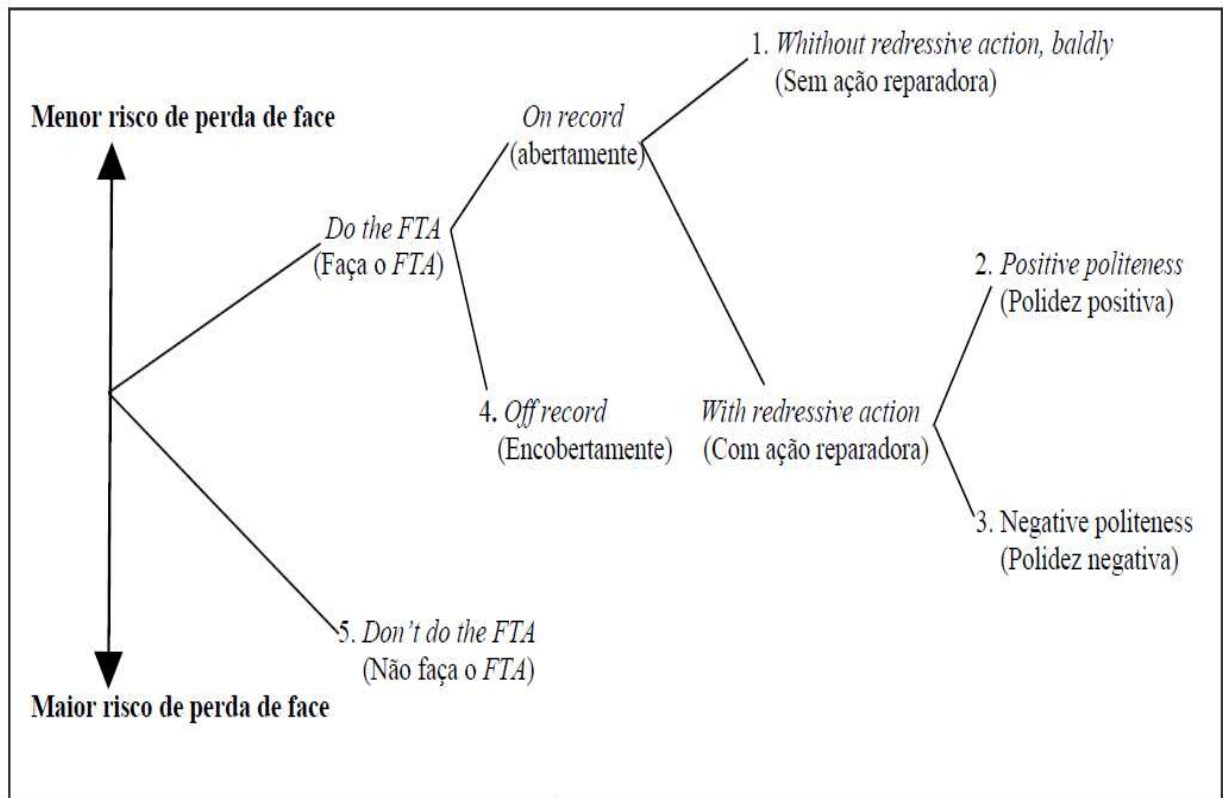
Percebemos que a teoria de Polidez de Brown e Levinson está pautada no conceito de *imagem social* e nos respectivos riscos que pode oferecer e sofrer durante as interações. Assim, para os autores, a polidez é uma forma de manter o equilíbrio nas relações interpessoais por meio de estratégias linguísticas com a finalidade de preservar tais imagens.

Brown e Levinson (1987 [1978], p. 68) afirmam que,

no contexto da vulnerabilidade mútua das faces, qualquer agente racional buscará evitar atos ameaçadores a face, ou vai empregar determinadas estratégias para minimizar a ameaça. Em outras palavras, ele vai levar em consideração os pesos relativos de (pelo menos) três desejos: a) o desejo de comunicar o conteúdo do FTA, b) o desejo de ser eficiente ou urgente, e o desejo de manter a face de H [ouvinte] em qualquer grau (Tradução nossa).

Ao se observar que nas interações as faces são, constantemente, alvo de ameaças e ao mesmo tempo são objetos de desejo de preservação, as estratégias linguísticas surgem neste contexto para minimizar os efeitos dos FTAs.

Brown e Levinson (1987 [1978]), em seu modelo de polidez, lançam mão de um conjunto de estratégias que se direcionam para cada tipo de ameaça à face, conforme é demonstrado no esquema a seguir:



Quadro 4 – Circunstâncias que determinam a escolha da estratégia²¹.

Diante de tal esquema, percebemos que os autores sugerem aos interlocutores, a depender do maior ou menor risco da perda de face, realizarem ou não o FTA. Ao decidirem realizar, na perspectiva do menor risco, podem fazer abertamente ou encobertamente. Abertamente, pode ser sem ação reparadora ou com ação reparadora, esta que seria a polidez. A ação reparadora pode atingir a face positiva, negativa, ou ambas, as estratégias demarcadas são divididas em estratégias de polidez positiva e de polidez negativa.

As estratégias de polidez positiva (2) são dirigidas à face positiva do interlocutor, ou seja, sua finalidade é preservar a imagem deste. As estratégias de polidez negativa (3) são endereçadas à face negativa do interlocutor, visam preservá-la por meio de diversos procedimentos de atenuação. Já o uso de estratégias encobertas (4) permite que o locutor faça o FTA sem se responsabilizar, há um maior grau de indiretividade.

A seguir, estão organizadas num quadro as estratégias propostas/formuladas por Brown e Levinson (1987 [1978], p.102, 131 e 214).

²¹ Uma adaptação do quadro de Brown e Levinson (1987 [1978], p. 60;69).

Estratégias de Polidez Positiva	Estratégias de Polidez Negativa (EPN)	Estratégias Encobertas
<ol style="list-style-type: none"> 1. Perceba o outro. Mostre-se interessado por seus desejos e necessidades; 2. Exagere (o interesse, a aprovação e a simpatia pelo outro); 3. Intensifique o interesse pelo outro; 4. Use marcadores de identidade de grupo (“Amor”); 5. Procure acordo; 6. Evite desacordo; 7. Pressuponha, declare pontos em comum; 8. Faça piadas, brinque; 9. Explícite e pressuponha os conhecimentos sobre os desejos do outro; 10. Ofereça, prometa; 11. Seja otimista; 12. Inclua ambos, o ouvinte e o falante, na atividade (“pra nós”); 13. Dê ou peça razões, ou explicações; 14. Suponha ou explícite reciprocidade; 15. Dê presentes ao ouvinte (bens, simpatia, cooperação). 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Seja convencionalmente indireto (pedido em forma de pergunta); 2. Questione, atenuie (futuro do pretérito: “poderia”); 3. Seja pessimista; 4. Minimize a imposição; 5. Mostre deferência (“Senhor”, “por gentileza”); 6. Peça desculpas; 7. Impessoalize o falante e o ouvinte. Evite os pronomes “eu” e “você”; 8. Declare o FTA como uma regra geral; 9. Nominalize; 10. Mostre abertamente que está assumindo um débito (de agradecimento) com o interlocutor. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Faça insinuações; 2. Dê pistas de associação; 3. Pressuponha; 4. Diminua a importância; 5. Exagere, aumente a importância; 6. Use tautologias; 7. Use contradições; 8. Seja irônico; 9. Use metáforas; 10. Faça perguntas retóricas; 11. Seja ambíguo; 12. Seja vago; 13. Generalize; 14. Desloque o ouvinte e 15. Seja incompleto, utilize elipse.

Quadro 5 – Estratégias de polidez, segundo Brown e Levinson (1987 [1978]).

Como vimos, as estratégias de polidez positiva referem-se à reparação de danos à imagem positiva do interlocutor. As estratégias de 1 a 8, expostas no quadro 5, têm por objetivo buscar um espaço comum entre o locutor e o interlocutor, ressaltando conhecimentos e atitudes compartilhadas. As estratégias de 9 a 14 visam demonstrar que ambos são cooperativos. Já a estratégia 15 almeja mostrar simpatia pelos desejos do outro.

Tais estratégias podem ser observadas num trecho de uma pergunta elaborada pelo candidato Aécio: “**Candidata**, não posso deixar de retornar à pergunta anterior, dizer que infelizmente **nós** vamos às urnas, todos **nós** brasileiros, sem que saibamos o que a candidata e o que a cidadã Dilma Rousseff acha em relação ao mensalão [...]”, em que o candidato Aécio, ao mesmo tempo em que usa marcadores de identidade de grupo com a sua oponente, buscando um espaço comum entre os dois, estabelece uma cooperação com um auditório particular (os eleitores), ao incluí-lo na atividade de questionamento.

As estratégias de polidez negativa visam preservar a face negativa do interlocutor por meio de diversos recursos linguísticos de atenuação, neste trecho podemos observar tal uso “[...] eu **gostaria** que agora a candidata Dilma Rousseff, que está aqui, pudesse responder aos brasileiros[...] Para a candidata Dilma Rouseff, o seu José Dirceu por exemplo foi punido adequadamente ou é herói nacional? ”. O candidato Aécio usa o futuro do pretérito para iniciar um questionamento, tal ato caracteriza-se como um uso de uma estratégia linguística de polidez que visa minimizar a força do FTA.

As estratégias encobertas permitem que o locutor realize o FTA sem se responsabilizar por ele, uma vez que abre espaço para o interlocutor decidir como interpretar o ato de fala. Como exemplo temos a fala do candidato Aécio “Agradeço sua gentileza e a da candidata [...]” sendo irônico com a outra candidata, ao agradecer, depois de uma intervenção do mediador do debate para que ela não interrompesse o discurso de Aécio.

Brown e Levinson (1987 [1978], p. 76-78) afirmam que há variáveis contextuais as quais influenciam na escolha das estratégias de polidez utilizadas nas interações. Estas variáveis são representadas na seguinte fórmula: $W_x = D(F, O) + P(F, O) + R_x$, em que (W) representa a quantidade de trabalho de face requerido, (x) representa o FTA, (D) representa a distância social entre o falante (F) e o ouvinte (O), (P) representa o poder relativo exercido entre o ouvinte (O) e o falante (F) e (R) representa o grau de imposição do FTA.

A partir da fórmula estabelecida pelos autores, podemos perceber que o falante avalia a quantidade de trabalho de face necessária para realização de um FTA por meio dessas três variáveis independentes e seu valor determinado culturalmente. Entendamos melhor essas variáveis:

- i. **A distância social (D) existente entre o falante (F) e o ouvinte (O)** – é uma dimensão simétrica de semelhança/diferença e refere-se ao grau de familiaridade e solidariedade entre os interlocutores;
- ii. **O poder relativo (P) existente entre o falante (F) e o ouvinte (O)** – é uma dimensão assimétrica, refere-se ao poder que o falante exerce sobre o ouvinte e vice-versa;
- iii. **O grau de imposição (R) de um FTA** – é definido cultural e situacionalmente, levando em conta o grau de interferência do ato que será realizado, isto é, o interlocutor poderá aprová-lo ou não.

2.8 CRÍTICAS AO MODELO DE POLIDEZ DE BROWN E LEVINSON

O modelo de polidez de Brown e Levinson foi o que ficou mais conhecido entre as teorias apresentadas anteriormente e tem motivado diversas pesquisas em todo o mundo. Além de promover novos estudos relacionados à polidez, devido ao seu detalhamento descritivo e por ser influente e referenciado, houve também tentativas de reformulações e muitas críticas ao modelo proposto por tais autores.

Os aspectos que estão entre as principais críticas feitas ao modelo de Polidez de Brown e Levinson são: a universalidade da teoria, a divisão entre imagem negativa e positiva, a correlação entre indiretividade e polidez, as variáveis, a não atenção à impolidez e o apagamento dos atos que realçam a imagem do interlocutor.

A crítica em relação ao ponto da *universalidade* da teoria é uma das mais enfáticas, pois os autores foram acusados de “etnocentrismo”, devido ao fato de que deve ser levado em conta que o considerado polido em uma determinada cultura nem sempre é correspondente em outra. Kerbrat-Orecchioni (2004, p. 39-40) compreende a polidez como um fenômeno universal, na medida em que todas as sociedades dispõem de comportamentos que possibilitam a harmonia entre os interlocutores, mesmo com os riscos inerentes a interações, isto é, os princípios da teoria da polidez é que são universais, assim, segundo a autora, o que varia de uma sociedade para a outra são as formas de expressar a polidez.

A autora compreende que, para Brown e Levinson, são universais os princípios gerais do sistema de polidez, e não que tal sistema se encaixaria das mesmas formas e regras em qualquer sociedade. Esse aspecto denominado como universal justifica-se devido à necessidade de que todo ser humano tem de preservar seu território, posto que as interações sempre estão sujeitas a conflitos.

Outro ponto que tem recebido várias críticas é a divisão entre imagem negativa e imagem positiva, principalmente no que se refere aos conteúdos atribuídos à imagem negativa. Segundo Kerbrat-Orecchioni (2004), o problema está na base do modelo proposto por Brown e Levinson, na concepção de imagem associada por eles a partir da noção de território proposta por Goffman. De acordo com a autora, a terminologia adotada – imagem positiva ou face positiva e imagem negativa ou face negativa – faz com que haja interpretações equivocadas, devido a serem postas como opostas uma em relação à outra, quando na verdade representam um complemento entre esses dois aspectos da identidade social.

Em relação às variáveis, Holmes (2006) afirma que uma análise da polidez deve considerar, além dos fatores propostos por Brown e Levinson (poder relativo, distância social e grau de imposição), o nível de formalidade, a presença de público, o grau de empatia entre os interlocutores, entre outros, uma vez que esses fatores podem afetar o peso do FTAs e ser determinantes na interpretação de um enunciado como polido ou não.

Dias (2010) reconhece a limitação da teoria de Brown e Levinson no que diz respeito à correlação entre indiretividade e polidez, e destaca que “nem sempre a forma mais indireta é avaliada pelos falantes como sendo a mais polida ou mais adequada” (DIAS, 2010, p. 50). A autora, baseada nos trabalhos de Bernal (2007) e de Ogiermann (2009), destaca que há culturas, como a espanhola e a polonesa, que têm uma apreciação maior pela objetividade, relacionando-a à sinceridade. Diante de tal fato, a autora admite que a polidez e a indiretividade não deveriam ser vistas, necessariamente, como dimensões paralelas.

A seguir, apresentamos o modelo de polidez de Brown e Levinson revisitado pela linguista francesa Catherine Kerbrat-Orecchioni.

2.8.1 O modelo de Brown & Levinson (1987 [1978]) revisitado por Kerbrat Orecchioni (2006)

Catherine Kerbrat-Orecchioni, ao mesmo tempo em que reconhece o poder teórico descritivo do modelo de Brown e Levinson, também aponta algumas limitações e confusões teóricas nele, sem invalidá-lo, visto que pode ser ampliado e aperfeiçoado.

Um dos aspectos problemáticos do modelo de Brown e Levinson apontado pela autora é o fato de apresentar uma concepção da interação excessivamente pessimista, focalizando apenas nos atos ameaçadores às faces, sem pensar em atos que podem ser valorizantes para as faces, como o elogio e o agradecimento. Como forma de reformulação do modelo de polidez, Kerbrat-Orecchioni introduz a noção de FFAs (*Face Flattering Acts* – Atos que valorizam a

face), em oposição à noção de FTA. Nessa perspectiva, o conjunto de atos de fala se divide em dois grandes grupos: i) aqueles que produzem efeitos essencialmente negativos para as faces (como a ordem ou a crítica) e ii) aqueles que produzem efeitos essencialmente positivos (como o elogio e o agradecimento) (KERBRAT-ORECCHIONI, 2006, p. 82).

A introdução da noção de antiFTA também favorece o esclarecimento das noções de polidez positiva e de polidez negativa, que, segundo a autora, estão confusas no modelo de Brown e Levinson. Segundo a reelaboração feita por Kerbrat-Orecchioni (2006, p. 82), a polidez negativa é de natureza abstencionista ou compensatória e a polidez positiva é de natureza produtiva. Desse modo, a polidez negativa consiste em evitar produzir um FTA para a face negativa ou positiva do destinatário, ou em abrandar, por meio de algum procedimento, sua realização; já a polidez positiva consiste em efetuar algum FFA para a face negativa ou positiva do destinatário. Assim, “mostrar-se polido na interação é produzir FFAs tanto quanto abrandar a expressão dos FTAs” (KERBRAT-ORECCHIONI, 2006, p. 83).

A partir das noções básicas de: face positiva e face negativa; FTA e FFA; e polidez positiva e polidez negativa, Kerbrat-Orecchioni (2006, p. 84-92) apresenta uma relação dos procedimentos linguísticos de polidez positiva e negativa por meio dos quais os interlocutores procuram manifestar polidez. A autora divide os procedimentos verbais de polidez negativa em dois grupos: os *substitutivos* e os *acompanhantes*.

Os procedimentos substitutivos substituem a formulação de um FTA mais direta por outra mais atenuada. No quadro (6) a seguir, apresentamos os procedimentos substitutivos destacados pela autora.

a) Formulação indireta do FTA	1- Pergunta (em lugar de uma ordem, reprovação ou refutação); 2- Confissão de incompreensão (em lugar de uma crítica)
b) Recorrer a desatualizadores modais, temporais ou pessoais	1- Condicional; 2- Passado de polidez; 3- Voz passiva, impessoal ou indefinido.
c) Empregar pronomes pessoais	1- Senhor (a);

	2- “Nós” ou “a gente” como formas coletivas com valor de solidariedade (substituindo “você” em enunciados negativos, e substituindo “eu” em enunciados positivos).
d) Procedimentos retóricos	1- Lítotes (em lugar de uma crítica ou reprovação); 2- Eufemismo; 3- Tropo conversacional.

Quadro 6 – Procedimentos Substitutivos, segundo Kerbrat-Orecchioni (2006).

Kerbrat-Orecchioni (2006, p. 85) destaca que “o recurso à formulação indireta se inscreve geralmente numa preocupação com a polidez”. Quanto aos desatualizadores, estes têm a função de distanciar a realização do FTA. Já o uso do pronome pessoal “senhor (a)” pode, ao mesmo tempo, atenuar a agressividade do tratamento e enfatizar a deferência. Sobre as lýtotes cotidianas, como a maioria se aplica a críticas ou reprovação, nem sempre apresentam um efeito suavizador, uma vez que podem ter força irônica.

Um exemplo de que o fenômeno da polidez varia de cultura para cultura é demonstrado efetivamente na dissertação de Nascimento (2016). Entendamos, Kerbrat-Orecchioni (2006, p. 86-87) aponta nos procedimentos substitutivos como um uso polido o emprego do “nós” e do “a gente” com valor de solidariedade: i) seja substituindo um “você” em enunciados que tem um conteúdo negativo (“Você falhou” por “A gente falhou”); ii) seja substituindo um “eu” em enunciados com conteúdo positivo (“Eu consegui” por “A gente conseguiu”). No *corpus* de Nascimento (2016, p. 55), o uso desses pronomes como estratégias de polidez não apresenta nenhuma das configurações apresentada por Kerbrat-Orecchioni.

Nascimento (2016, p. 55) afirma que no *corpus* analisado na sua dissertação:

[...] o “nós” e/ou o “a gente”, em alguns casos, são utilizados para substituir um “eu” em enunciados que apresentam dificuldades enfrentadas pelo locutor (“Eu tenho muita dificuldade” por “A gente tem muita dificuldade”) como uma forma de distanciar do locutor o problema que está sendo apresentado, configurando, dessa forma, uma estratégia de polidez.

Logo, percebe-se que o “nós” e o “a gente” não são empregados com um valor de solidariedade, segundo a proposta de Kerbrat-Orecchioni (2006), mas estabelecendo um

distanciamento entre o problema e o locutor como apontado por Nascimento (2016, p.55) em um dos exemplos analisados: “SM(01) (...) agora ensino (hes) fundamental... médio ainda tem muitas dificuldade... acho que (hes) quando eu estudei minha vida na no ensino na rede pública a gente tem muita dificuldade também é a questão de investimento né? (...)”.

Nos estudos de Kerbrat-Orecchioni (2006), há, ainda, menção aos procedimentos suavizadores acompanhantes ou subsidiários que acompanham a realização de um FTA, com o propósito de suavizá-lo. A autora compara estes procedimentos a “luvas de pelica que vestimos para bater nas faces delicadas de nosso parceiro de interação”. (KERBRAT-ORECCHIONI, 2006, p. 87)

Os procedimentos acompanhantes ou subsidiários elencados pela autora são apresentados no quadro 7, a seguir:

a) Fórmula especializadas de polidez	1- Usar de formas convencionais tal como “por favor” ou “por gentileza”.
b) Enunciado “preliminar”	1- Interpelações: “Você pode me fazer um favor? ”, “Você tem um momento? ”; 2- Perguntas: “Posso te perguntar uma coisa? ”, “Posso te fazer uma pergunta? ”; 3- Críticas ou objeções: “Eu posso te dar uma opinião? ”, “Posso fazer uma observação? ”; 4- Convites: “Você está livre essa noite? ”.
c) Reparações	1- Pedido explícito de desculpas: “eu te peço desculpas”, “Perdoe-me”; 2- Pedido implícito de desculpas – i) descrição de um estado de alma: “Eu sinto muito”; ii) justificativa – “Estou sem dinheiro aqui”; reconhecer o erro – “Sei que estou errado”.
d) Minimizadores	“É só pra saber se ...”, “Você pode me dar uma ajudinha? ”; o sufixo diminutivo é o minimizador preferido pelos falantes.

e) Modalizadores	“Eu penso/creio/acho/tenho a impressão que...”, “possivelmente/provavelmente”. Os modalizadores instauram uma certa distância entre o sujeito da enunciação e o conteúdo do enunciado.
f) Desarmadores	Antecipa uma possível reação negativa do destinatário do ato, e se tenta neutralizá-la: “Espero que não me interprete mal, mas...”, “Não queria te incomodar, mas...”
g) Moderadores	Tipo de “suavizantes” que ajuda a engolir a pílula do FTA: “Por gentileza, me passe o sal”, “Feche a porta, meu anjo”.

Quadro 7 – Procedimentos Acompanhantes ou Subsidiários, de acordo com Kerbrat-Orecchioni (2006).

Observa-se, a partir desses procedimentos elencados por Kerbrat-Orecchioni (2006), que são muitos os meios de que a língua dispõe para minimizar os efeitos dos FTAs produzidos na interação. A autora ressalta que o conjunto de suavizantes é rico e variado, uma vez que existem diferentes procedimentos que são cumuláveis, há, porém, o lado negativo dos suavizadores, os agravantes. Conforme nos afirma Kerbrat-Orecchioni (2006, p. 90-91), a função dos agravantes é a de reforçar ou aumentar o impacto de um FTA, em vez de abrandá-lo e atenuá-lo. Entretanto, seu uso é mais raro quando acompanha um FTA, sendo mais comum e numeroso na formulação de FFAs.

Quanto aos procedimentos verbais de polidez positiva, Kerbrat-Orecchioni (2006, p.91-92) afirma que têm seu funcionamento mais simples que a polidez negativa e consistem em produzir algum ato que tenha um caráter essencialmente “antiameaçador” (FFA) para seu destinatário, como é o caso da manifestação de acordo, convite, elogio, agradecimento, fórmula volitiva ou de boas-vindas etc. Ao contrário dos FTAs, que têm a tendência de ser minimizados, os FFAs geralmente apresentam uma formulação intensiva. É o que podemos observar no caso dos agradecimentos, em que frequentemente a expressão de gratidão vem acompanhada de intensificadores como: “Muito obrigado”, “Muitíssimo obrigado”. Segundo Kerbrat-Orecchioni (2006, p. 91), a naturalidade da intensificação nesses casos é comprovada a partir da agramaticalidade pragmática de se minimizar um agradecimento, como por exemplo:

“*Pouco obrigado”. Dessa forma, segundo a autora, há um princípio que conduz os falantes a suavizar os FTAs e a reforçar os FFAs.

Como vimos, a reformulação proposta por Kerbrat-Orecchioni soluciona alguns problemas do modelo de polidez de Brown e Levinson que foram apresentados e discutidos, possibilitando, assim, um modelo ampliado e aperfeiçoado o qual oferece um suporte teórico consistente para a realização da análise do fenômeno da polidez linguística. Por esse motivo, tomaremos também como base para a realização das nossas análises o modelo aperfeiçoado proposto por Kerbrat-Orecchioni.

Apresentados alguns dos pontos básicos sobre esse tipo de estratégia, na próxima seção apresentamos nossa trajetória metodológica e a análise e a discussão realizadas.

3 A (IM) POLIDEZ LINGUÍSTICA NO DEBATE ORAL DOS PRESIDENCIÁVEIS: ANÁLISE E CATEGORIZAÇÃO DO *CORPUS*

Neste capítulo, apresentamos o percurso metodológico empregado na pesquisa, assim como os procedimentos utilizados e a descrição de como constituímos o *corpus* analisado. E, por fim, analisamos e discutimos os dados à luz do referencial teórico apresentado no primeiro e segundo capítulos.

3.1 O PERCURSO PECORRIDO: ABORDAGEM METODOLÓGICA

Esta pesquisa, inserida no quadro teórico da Pragmática, pretende observar o fenômeno da Polidez, estratégia linguística essencial no processo interacional.

Optamos por uma pesquisa de natureza qualitativa de cunho interpretativo, uma vez que o objetivo almejado vai além da tarefa de identificar, listar e descrever as estratégias de polidez usadas pelos presidenciais, mas discutir e perceber o processo de construção, preservação e ameaça de faces no contexto do debate oral pelos interlocutores supracitados, observando e interpretando as escolhas linguísticas na interação verbal.

A análise do *corpus* volta-se para a apreensão de informações relacionadas aos seguintes questionamentos: *a) Os discursos dos políticos veiculam efeitos polidos? b) Como são estruturados esses efeitos? c) Qual a relação entre polidez e discurso político? d) Como os políticos se utilizam de estratégias de polidez para efetivar seu discurso e manter a imagem de si diante de uma polêmica? e) Como se dá a construção da relação do sujeito político, locutor, a partir das estratégias de polidez a fim de que possa convencer seu interlocutor? f) Até que ponto os políticos conseguem conciliar harmonicamente a preservação de si e o respeito ao outro, mantendo projeções positivas de suas imagens e respectivos grupos, de acordo com as expectativas do eleitorado?*

Para respondermos aos questionamentos, tomamos como base o modelo de polidez proposto por Brown e Levinson (1987 [1978]), seguindo também as reformulações e aperfeiçoamentos elaborados por Kerbrat-Orecchioni (2006). Assim, valemo-nos das contribuições teóricas apresentadas nos capítulos 1 e 2.

3.2 CONSTITUIÇÃO DO *CORPUS*

O *corpus* deste estudo é constituído pelo debate político eleitoral entre Dilma Rousseff (PT) e Aécio Neves (PSDB) que aconteceu em 24 de outubro de 2014 às 22h08min, referente ao 2º turno da disputa eleitoral para ocupar o cargo de Presidente da República Federativa do Brasil. O debate foi televisionado e transmitido pela Rede Globo de Televisão, intermediado pelo jornalista William Bonner e dividido em quatro blocos: o primeiro e o terceiro blocos são compostos por perguntas diretas entre os candidatos com direito à réplica e tréplica; no segundo e no quarto blocos são trabalhadas perguntas dos eleitores indecisos que estão na plateia. Centramos nossa análise apenas no primeiro e terceiro blocos, pois o foco é analisar a interação verbal direta entre os dois candidatos e perceber como um presidenciável afeta a face do outro e preserva a sua durante esse debate.

Para alcançarmos os objetivos esperados, seguimos as seguintes etapas metodológicas no trato com o *corpus*:

- i. **Leitura do referencial teórico/operacional pertinente ao desenvolvimento da dissertação:** etapa tida como *sine qua non* para realização de qualquer escrita, visto que é o passo inicial para os pesquisadores conhecerem as fontes teóricas que abordam a problemática em pauta, de modo que possam conjecturar novas hipóteses, antes mesmo de observarem o *corpus* selecionado para fins de investigação.
- ii. **Levantamento e transcrição dos debates televisivos dos candidatos à Presidência do Brasil, Aécio Neves (PSDB) e Dilma Rousseff (PT):** inicialmente, foi feito um levantamento e, após este processo, realizou-se a transcrição dos debates televisivos para compor o *corpus*.
- iii. **Rastreamento/identificação do fenômeno da polidez presentes no *corpus*:** nessa etapa, foram observadas as estratégias de polidez presentes nos discursos dos políticos respeitando a literatura teórica estudada.
- iv. **Verificação dos modalizadores como uma das estratégias de polidez:** nessa etapa, verificou-se como um fenômeno pragmático contribui com/ para o outro, averiguando como o locutor faz uso de tais instrumentos para manter seu discurso polido. Também se trata de uma análise das observações feitas, a par do estabelecimento dos mecanismos de definição do lugar ocupado pelo locutor/ propagador do discurso frente ao questionamento/tema proposto e à previsibilidade daquilo que expõe como opinião.

- v. **Relação da polidez com a argumentação:** nessa etapa, foi feito o estudo dos meios persuasivos e observou-se como as estratégias de polidez são constituintes do processo argumentativo, estabelecendo, assim, relação direta entre a polidez e argumentação.

3.3 ANÁLISES E DISCUSSÕES DAS ESTRATÉGIAS DE (IM) POLIZEZ NO *CORPUS*

Neste trabalho, buscamos observar os modos como os candidatos à presidência do segundo turno de 2014 preservam suas faces, principalmente diante das problemáticas lançadas, e se fazem (im) polidos por meio das escolhas linguísticas na produção dos discursos.

Sob essa perspectiva, analisamos e discutimos, a seguir, recortes do debate oral regrado entre os candidatos concorrentes ao cargo da Presidência da República do segundo turno do ano de 2014, mais especificamente, a partir de exemplos retirados do primeiro e do terceiro blocos. E, ainda, sistematizamos as estratégias de polidez efetivamente empregadas pelos candidatos e, devido ao número maior de incidência nos dados, um total de 237 ocorrências, iniciamos nossa análise pelas estratégias de polidez negativa.

3.3.1 Estratégias de polidez negativa – procedimentos substitutivos e procedimentos acompanhantes

(1)

Candidato, em qualquer governo, tenho certeza que os eleitores indecisos aqui sabem disso, é fundamental é planejar, quem não planeja não consegue enfrentar os desafios que ocorrem principalmente num governo. Eu gostaria de saber como o senhor enxerga essa questão da água em São Paulo. Houve ou não houve falta de planejamento, candidato? (2ª pergunta do bloco 3 - candidata Dilma Rousseff).

Em (1), a candidata Dilma inicia sua pergunta com uma assertiva, que demarca uma declaração de FTA como regra geral, ou seja, aplica uma estratégia de polidez negativa, de acordo com Brown e Levinson (1987 [1978], p.131). Ainda se utiliza de um modalizador epistêmico asseverativo “*tenho certeza que*” para estabelecer um diálogo direto com o auditório, pois, apesar de Kerbrat-Orecchioni (2006, p.85) apontar os modalizadores como instauradores de distância entre o locutor e o conteúdo proposicional, nota-se que esse vai em direção contrária a tal fato, visto que assume uma certeza em relação a um conteúdo prévio que o auditório particular (os eleitores indecisos) tem, conseqüentemente enaltecendo-o, ao dizer

que são conhecedores do tópico temático que fala posteriormente, buscando aderência dos eleitores a sua proposição.

Perelman & Olbrechts-Tyteca (2005 [1958], p. 05) afirmam que é em função do auditório que “qualquer argumentação se desenvolve”, por isso a candidata Dilma instaura em seu discurso algo que contribui para a adesão do auditório, usando bem a estratégia mencionada anteriormente. Após tal proposição, a presidenciável inicia o seu questionamento para o seu oponente de forma bem atenuada “*Eu gostaria*”, empregando a forma verbal no futuro do pretérito, caracterizado por Kerbrat-Orecchioni (2006, p.85) como um dos tipos de procedimentos substitutivos, ou seja, um suavizador que minimiza a imposição sobre o outro candidato, por ser uma questão que requer uma opinião pessoal e decorre em um maior risco de ameaça à face do interlocutor, assim realizou um FTA abertamente e com ação reparadora, tendo como finalidade preservar a face negativa do interlocutor.

Dessa forma, o locutor se vale da estratégia de polidez negativa para defender o território, visando à preservação pessoal, sendo guiada pela face negativa do ouvinte. Segundo Burgo (2012), a face negativa de um indivíduo é guiada pela necessidade de ser independente, adquirindo liberdade para ação, sem sofrer imposições, interrupções ou impedimentos dos outros, e de manter seu território protegido. Tais seleções linguísticas, demarcadas na formação da argumentação na *elocutio*, foram empregadas de modo que prevalecessem “o respeito pela própria imagem e a consideração pela imagem do outro” (GOFFMAN, 1967, p. 12)

(2)

“Candidata, há algum tempo atrás o mediador desse debate, William Bonner, ele fez uma pergunta que a senhora não respondeu, eu gostaria que agora a candidata Dilma Rousseff, que está aqui, pudesse responder aos brasileiros: não há nenhum brasileiro, candidata, que não tenha uma opinião clara sobre o que aconteceu no mensalão, ou contra ou a favor, eu, por exemplo, acho que os condenados foram condenados, porque cometeram irregularidades, membros do seu partido acham que eles são heróis nacionais. Para a candidata Dilma Rousseff, o seu José Dirceu por exemplo foi punido adequadamente ou é herói nacional? ” (5ª pergunta do bloco 3 – candidato Aécio Neves).

No caso de (2), podemos observar que o candidato Aécio Neves, ao construir seu discurso argumentativo-persuasivo com o propósito de convencer a um auditório específico (os eleitores), se utiliza de uma gama de elementos linguísticos que, na formação do sistema retórico são trabalhados/inseridos na *elocutio*, concernente à construção linguística que revela ao auditório o processo de persuasão.

O presidenciável inicia sua pergunta direcionada à oponente com um marcador de identidade de grupo “candidata”, uma estratégia de polidez positiva, como apontada por Brown e Levinson (1987 [1978], p.102), referente à reparação de danos à imagem positiva do interlocutor, juntamente com um tropo conversacional, caracterizado por Kerbrat-Orecchioni (2006, p.85) como procedimento substitutivo, que tem a função de substituir a formulação de um FTA mais direta por uma mais atenuada, ou seja, fez uma acusação suavizada de que a candidata Dilma, em outro momento com o mediador do debate William Bonner, não respondeu a um determinado questionamento. Então, o candidato tucano se vale de tal informação para contextualizar, por meio de um tropo conversacional, uma pergunta que necessita de Dilma Rousseff uma resposta opinativa em relação a pessoas envolvidas no escândalo do mensalão do seu próprio partido (PT).

Diante do exposto, observamos que, além de fazer uso de marcador de identidade de grupo e de um tropo conversacional e antes mesmo de elaborar uma pergunta direta afetando a imagem positiva da interlocutora, Aécio Neves fez uso de alguns outros procedimentos substitutivos. A exemplo disso, temos a recorrência a desatualizadores temporais como os verbos demarcados neste trecho: “eu gostaria que agora a candidata Dilma Rousseff, que está aqui, pudesse responder aos brasileiros [...]”, tal ato caracteriza-se como um uso de estratégias linguísticas de polidez que visam minimizar a força do FTA, isto é, uma forma de atenuar um ato ameaçador à face e também de não impor ou se mostrar autoritário, uma vez que procurava manter uma imagem de si e milhões de brasileiros, muitos ainda indecisos, acompanhavam os ritos finais das eleições e a finalidade era obter um maior número de votos.

Ainda nesse trecho da interação verbal entre os presidenciáveis, percebemos na fala de Aécio o uso de procedimentos acompanhantes, sinalizados por Kerbrat-Orecchioni (2006, p.87) como acompanhantes de um FTA com o propósito de suavizá-lo. Nos trechos “[...] eu, por exemplo, acho que os condenados foram condenados, porque cometeram irregularidades” e “[...] membros do seu partido acham que eles são heróis nacionais [...]”, há a marcação dos modalizadores, os quais a autora ressalta que são instauradores de uma certa distância entre o locutor e o conteúdo do enunciado. Castilho e Castilho (1993) nomeiam-nos de epistêmicos quase-asseverativos e afirmam que a função deles é indicar um não compromisso ou responsabilidade diante do que está sendo expresso, pois na análise notamos que tais modalizadores foram postos atrelados à um juízo de valor, um ponto de vista em relação à proposição apresentada. Assim, o candidato se vale de tal estratégia argumentativa para avaliar a situação e preservar sua imagem negativa, àquela relacionada a autopreservação, a fim de posteriormente não ser acusado de ter afirmado isso.

Logo, ressaltamos que, por meio da seleção linguística no processo argumentativo, a construção da imagem de si é formada, assim não é necessário que o locutor detalhe suas qualidades nem fale explicitamente de si, pois através do *ethos* revelará suas crenças e valores e, evidentemente, mostrará coerência na imagem propagada.

No trecho seguinte (3), percebe-se que a candidata Dilma faz uso de um marcador de identidade de grupo “candidato”, caracterizado como uma estratégia de polidez positiva por Brown e Levinson (1987 [1978]) e, em seguida, emprega um pronome de tratamento que conota deferência e respeito, “senhor”, com o candidato da oposição, essa marca linguística é tomada por Kerbrat-Orecchioni (2006, p.84) como *procedimentos substitutivos*, os quais consistem em “substituir uma formulação mais direta por uma outra mais suave”, ou seja, uma seleção linguística que atenua um ato ameaçador à face negativa. Assim, tais recursos linguísticos visam atenuar ou disfarçar o alto teor de ameaça às faces e, justamente, tem o papel de substituir um FTA direto por um mais atenuado, identificado nessa situação de interação, porém, apesar de a candidata iniciar sua resposta de forma mais polida, veremos que contraria tais estratégias selecionadas inicialmente.

(3)

Candidato, é fato que o senhor tem feito uma campanha extremamente agressiva a mim [...]. Eu irei à Justiça para defender-me e ao mesmo tempo tenho certeza de que o povo brasileiro vai mostrar sua indignação no domingo votando e derrotando essa proposta que o senhor representa e que é o retrocesso no Brasil. (Trecho da resposta à pergunta 1 – Dilma Rousseff).

Conforme a teoria das faces proposta por Goffman (1967) e reformulada por Brown e Levinson (1987 [1978]), a utilização de marcadores lexicais de tratamento, como visto em (3), configuraria uma estratégia de preservação da face negativa, uma vez que esta buscaria minimizar o poder ameaçador de determinados atos de fala. No entanto, neste *corpus*, percebe-se que tal orientação estratégica denotada pelo uso desses marcadores é amplamente contrariada pelas demais estratégias acionadas, pois nota-se o emprego de um modalizador epistêmico asseverativo “é fato”, que denota certeza sobre o conteúdo proposicional, o que leva a candidata Dilma a comprometer-se com sua fala e assumir a responsabilidade do que está divulgando, conseqüentemente, executa em sua fala atos ameaçadores da imagem positiva do interlocutor, os quais trazem à tona temas emocionalmente perigosos ou controvertidos, assim como acusações, críticas, desaprovações em relação aos feitos do outro candidato, de modo que não dá margens para possíveis dúvidas ao auditório específico: os eleitores.

Essa linha argumentativa adotada por tal candidata revela um fato interessante observado em nossa pesquisa/análise, pois a presidenciável ameaça a face positiva do locutor, porém, ao usar a expressão “é fato”, uma expressão linguística que revela certeza em relação ao conteúdo proposicional preserva a sua perante a um auditório específico: os eleitores, visto que é a eles que busca persuadir por meio de seus argumentos. Então, o que seria um ato ameaçador se torna um FFA, um ato valorizador de sua própria face.

Observa-se que tais atos são acompanhados linguisticamente pelo adjetivo “agressiva” (do latim *aggressu+ivo* – aquilo que denota ou envolve agressão; Propenso a ofender) e pelo advérbio “extremamente” (o qual coloca tal adjetivo com um teor já depreciativo em um alto grau de intensidade), postos com o intuito de mostrar aos eleitores seu juízo de valor diante dos feitos do outro candidato, não atenuando a afirmação, mas sim elevando o grau de tensão, rebatendo, inclusive, o tipo de campanha que o candidato Aécio afirmou, anteriormente, que ela fazia. Para Silva (2005), o locutor empreende na proposição a maneira como quer que seja entendida pelo outro, com isso, uma vez que a linguagem é essencialmente argumentativa, o locutor visa persuadir o público e este irá se posicionar a favor e aderir à sua linha de governo.

Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005 [1958], p. 37) expõem a importância da seleção linguística na argumentação e afirmam que essa opção por um termo ao invés de outro servirá como indício de distinção, de familiaridade ou de simplicidade. Eles assinalam, também, que “o fato de selecionar alguns elementos e apresentá-los ao auditório já implica a importância e a pertinência deles no debate. Isso porque semelhante escolha confere a esses elementos uma presença, que é um fator essencial da argumentação”.

A título de exemplificação da importância da seleção linguística na argumentação, como expuseram Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005 [1958], p. 37), identificamos, na nossa análise, entre outros, o emprego da modalização epistêmica asseverativa “eu tenho certeza que”, tal expressão implica que o locutor expressa segurança na sua proposição, não deixando dúvidas de que o povo vai contra a proposta do outro candidato e com isso reelegerá a então presidente Dilma Rousseff. Logo, tal uso apresenta uma forma de convencer os eleitores, fazendo com que eles se sintam incluídos no seu discurso, já que a expressão “eu tenho certeza que” vem acompanhada da inclusão do povo brasileiro, uma forma de enaltecê-los durante sua fala e buscando uma maior aderência a seu discurso

A discussão dos dados do trecho analisado acima expressa que o locutor competente deve sempre atribuir importância ao auditório e, sempre, passar a sensação de verdade: o persuasivo, o verossímil. O importante é a eficácia dos argumentos utilizados. “O conhecimento daqueles que se pretende conquistar, é, pois, uma condição prévia de qualquer argumentação

eficaz”, uma vez que fica a cargo do auditório determinar a qualidade da argumentação e também o comportamento dos locutores (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p.27).

Vejamos, a seguir, o caso de (4):

(4)

Candidata, eu apenas dei a senhora a oportunidade de apresentar sua defesa, não acredito que a acusação à revista ou a tentativa do seu partido de tirá-la de circulação seja a melhor resposta. A delação premiada traz ao réu o benefício dele obviamente apresentar provas, caminhos que levem à comprovação das acusações e nós temos que aguardar que isso ocorra. Uma outra revista, para ver que não há um complô contra a senhora, lança hoje na sua capa, a revista Isto É, fala da campanha da mentira, da campanha da infâmia. Hoje aqui no Rio de Janeiro, na sede do seu partido, foram apreendidos boletins apócrifos contra a minha candidatura. No Nordeste brasileiro, carros de som estão circulando dizendo que se o eleitor votar no 45, ele está automaticamente desligado do Bolsa Família. A senhora se orgulha, candidata, de uma campanha nesse nível? (Réplica à resposta 1 – Aécio Neves).

A empregabilidade de uma modalização epistêmica delimitadora em (4) estabelece limites de significações e de como a proposição deve ser entendida por seu interlocutor, assim, o candidato Aécio, ao dizer “eu apenas dei a senhora a oportunidade de apresentar sua defesa”, delimita o conteúdo do seu pensamento e expressa que sua fala não poderia ter sido entendida de outra forma. Neste trecho, há também o uso de uma modalização epistêmica quase-asseverativa “não acredito que”, o que leva a projetar uma certa distância entre o locutor e o conteúdo proposicional, dando também um ar mais polido ao ato de fala e não se comprometendo totalmente com a proposição, uma vez que “os quase-asseverativos indicam baixa adesão do falante em relação ao conteúdo dos enunciados produzidos” (CASTILHO; CASTILHO, 1993, p.222). Portanto, não assevera o dito, faltando-lhe até argumentos persuasivos, mesmo expressando um juízo de valor com o trecho “melhor resposta”, não apresenta para os interlocutores o que seria, realmente, que deveria ser exposto ali.

No caso (4) analisado, percebemos que a modalização epistêmica quase-asseverativa “não acredito que” é tratada por Kerbrat-Orecchionni como um *procedimento acompanhante*, pois como mencionado anteriormente projeta uma atenuação ao conteúdo propagado e, conseqüentemente, há uma preservação quanto à imagem negativa. Tal ato linguístico vem corroborar com o que Goffman (1967, p.15-23) afirma ao elaborar o trabalho de face denominado *processo evasivo*, o qual tem a finalidade de evitar os efeitos negativos nas interações, quando, mais especificamente, se procura minimizar seus efeitos à face do outro por meio de atenuantes. Ou seja, o presidenciável Aécio Neves apresenta suas estratégias para

salvaguardar a face, uma vez que a “imagem pública” e seus respectivos valores estão sujeitos à avaliação por parte dos eleitores e ameaça por parte da oponente Dilma Rousseff.

O presidenciável, ainda em sua fala, faz uso de um advérbio predicativo modalizador “obviamente”, o qual se caracteriza como um epistêmico asseverativo, já que o candidato Aécio expõe como óbvio que todos eram conhecedores de que a outra candidata como Presidente da República Federativa do Brasil teria o direito à delação premiada e, consequentemente, faria jus aos benefícios que a delação oferece. Nesse mesmo trecho também faz uso do pronome pessoal nós ao falar “nós temos que aguardar que isso ocorra”, essa expressão demonstra uma inclusão de grupo – dele com todos os brasileiros. Para a autora Kerbrat-Orecchioni (2006, p.85) esse uso é FFA, um *procedimento substitutivo*, uma forma coletiva com valor de solidariedade, ou seja, uma maneira de o candidato reafirmar ao auditório específico (eleitores) que está aguardando e esperando uma resposta para o tópico da corrupção no Partido dos Trabalhadores.

Notamos que toda essa seleção linguística realizada na *elocutio* é tomada de FFA’s (atos que valorizam a imagem) e de FTA’s (atos que afetam a imagem), por isso quando um candidato acusa o outro é, de certa forma, um modo que ele tem de afetar a imagem pública negociada, assim definida por Goffman (1967, p.14), a qual é passada aos eleitores, pois querem que a sua imagem prevaleça sobre a do outro. E, quando incluem o auditório específico, o qual se pretende persuadi-lo e conquistá-lo veementemente, se propaga atos linguísticos valorizadores da face, com o intuito de uma maior adesão a seus discursos e, consequentemente, conquistar um maior número de votos, vencer as eleições e tornar-se presidente do Brasil.

Em seguida, observemos o caso de (5):

(5)

Eu acho que o senhor está mal informado, porque quem deixou o país com uma inflação maior do que recebeu foi o governo tucano do Fernando Henrique. Além disso candidato, eu queria dizer que nós criamos empregos sim candidato e o senhor não pode questionar esse fato. São dados reais. Nós aumentamos o salário mínimo 71% em termos reais. Além disso candidato, na saúde quem não gastou o mínimo constitucional foi o senhor quando era governador, que ficou devendo R\$ 8 bilhões. Além disso, candidato, eu quero deixar claro que eu tenho certeza que eu neste próximo mandato farei um governo muito melhor se for eleita, principalmente controlando a inflação. (Réplica à resposta 2 – Dilma Rousseff).

Com o emprego da modalização epistêmica quase-asseverativa em (5), “eu acho que”, nota-se uma pseudossuavização no conteúdo proposicional, uma vez que tal modalização caracterizaria o distanciamento do locutor quanto à proposição, o que Kerbrat-Orecchioni

nomeia como *procedimento acompanhante*, um FFA (um ato valorizador da imagem) o qual serve para atenuar a proposição que vem logo em seguida, pois o locutor lança mão de um FTA (ato que afeta a imagem), com uma estratégia encoberta – seja irônico -, como proposto por Brown e Levinson (1987 [1978]), já que traz uma modalização avaliativa “está mal informado”, que estabelece uma crítica/acusação ao seu interlocutor, afetando a face negativa dele.

Pode-se notar que o uso da modalização epistêmica asseverativa “eu tenho certeza” denota que o locutor toma aquela proposição como verdade, e a utiliza para dar convicção a seus interlocutores de que fará “*um governo muito melhor* se for eleita”, assim, acentua seu grau de adesão a proposição, passa confiança para seus interlocutores, e ainda coloca suas avaliações pessoais sobre a significação proposicional utilizando-se de modalização avaliativa, pois diz que seu governo já é bom, profícuo, mas que será muito melhor, e ainda se utiliza do advérbio *principalmente* para dizer que irá se dedicar mais à inflação, algo que é preocupante para a população brasileira. Observa-se que a candidata Dilma (PT) foi levada a fazer uma promessa explícita, partindo do viés discursivo exposto pelo outro candidato, ao dizer “*a senhora será a primeira presidente da República pós-plano real que deixará o país com uma inflação maior do que aquela que recebeu*”; ela não diz que tal assertiva é verdadeira, faz uma promessa que, de acordo com Brown e Levinson (1987 [1978]), é “um ato ameaçador, principalmente, a imagem negativa do falante”.

Observa-se um jogo de imagens, imagens públicas negociadas (GOFFMAN, 1967), na relação imposta entre os FFA’s e FTA’s, principalmente no discurso político, já que não são definidas como algo demarcado, pois se redefinem de acordo com a dinâmica presente nas interações verbais. Charaudeau (2013, p.08) corrobora com a discussão ao definir o campo da política como “um lugar [por excelência] de um jogo de máscaras” e afirma que “toda construção do *ethos* se faz em uma relação triangular entre si, o outro e um terceiro ausente, portador de uma imagem ideal de referência” (CHARAUDEAU, 2013, p.137). Por isso, no discurso político, as figuras do *ethos* são ao mesmo tempo voltadas para si mesmo, para o cidadão e para os valores de referência.

A partir da análise realizada com base nos procedimentos elencados por Kerbrat Orecchioni (2006) em sua reformulação do modelo de polidez de Brown e Levinson (1987 [1978]), foram identificados no corpus como estratégias de polidez negativa os *procedimentos substitutivos* e *procedimentos acompanhantes*.

Em relação aos *procedimentos substitutivos*, identificamos no *corpus* os quatro tipos propostos por Kerbrat-Orecchioni (2006): *formulação indireta do FTA*; *recorrência a desatualizadores modais, temporais e pessoais*; *emprego de pronomes pessoais* e

procedimentos retóricos. Quanto aos *procedimentos acompanhantes* identificados e analisados, quatro dentre os sete tipos propostos por Kerbrat-Orecchioni (2006) se fizeram presentes no *corpus*: enunciado “preliminar”, reparações, os modalizadores e desarmadores. Os procedimentos como *fórmulas especializadas de polidez*, *minimizadores* e *moderadores* não foram identificados nas interações que compuseram o *corpus*. Tal fato decorre, talvez, pelo tipo de interação verbal – debate oral regrado entre candidatos à Presidência da República do Brasil de 2014, uma vez que estes procedimentos estão mais relacionados à solicitação de algo e/ou a pedidos e ordens direcionadas ao interlocutor, situações pouco esperadas num contexto de alta competitividade.

Uma ressalva que fazemos em relação aos modalizadores considerados na análise de polidez negativa como um tipo dos *procedimentos acompanhantes* é que foram considerados apenas os epistêmicos quase-asseverativos, assim denominados por Castilho e Castilho (1993), pois, ao longo da análise, percebemos diferentes funções dos modalizadores em suas diferentes categorias, as quais discutimos num quadro mais adiante.

No gráfico a seguir, apresentamos a distribuição geral das estratégias de polidez negativa do *corpus* analisado.

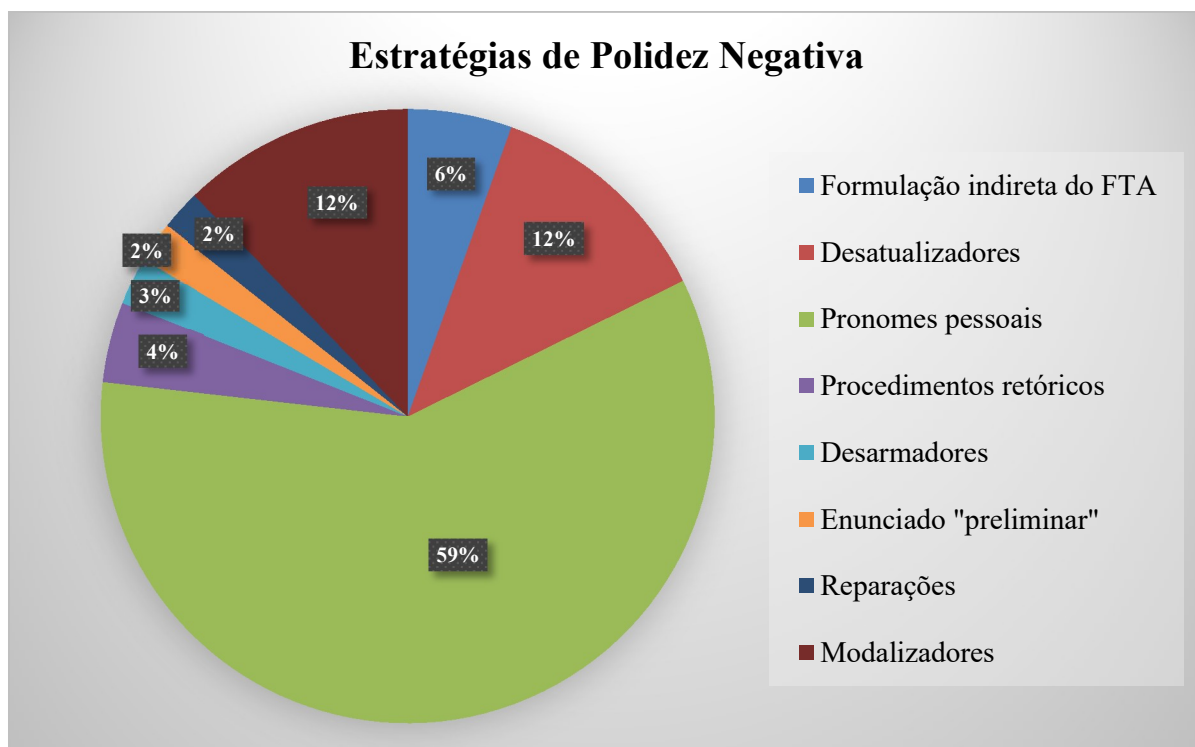


Gráfico 1: Distribuição geral das estratégias de polidez negativa no *corpus* analisado.

No *corpus*, foram identificadas 237 ocorrências de estratégias de polidez negativa distribuídas nos procedimentos: *formulação indireta do FTA*; *recorrência a desatualizadores modais, temporais e pessoais*; *pronomes pessoais*; *procedimentos retóricos*; *enunciado “preliminar”*; *reparações*; *os modalizadores e desarmadores*.

Dentre os procedimentos identificados como estratégias de polidez negativa, os *pronomes pessoais* tiveram maior ocorrência no *corpus* analisado, com um percentual de 59%, mais que a metade dos dados identificados. Tal fato pode ser justificado pelo tipo de interação verbal que compôs o *corpus*, o debate entre os presidenciáveis do segundo turno de 2014, pois, nas perguntas, réplicas e tréplicas, os candidatos o tempo todo se utilizaram do pronome de tratamento “senhor (a), o qual denota deferência e respeito e, segundo Kerbrat-Orecchioni (2006, p.86), “uma atenuação da brutalidade do tratamento”, bem como fizeram uso dos pronomes pessoais “nós” e “a gente” como forma coletiva, ora a fim de demarcarem que os pontos positivos foram e serão conquistados pelo grupo do qual fazem parte, ora incluindo o auditório específico – os eleitores – no discurso de campanha. O uso da expressão “a gente” só foi identificada uma única vez no *corpus* em “[...] A história a gente não reescreve, presidente, o futuro sim [...]”, em uma fala do candidato Aécio Neves. Uma maior incidência de “nós” pode ser decorrente do maior grau de formalidade no contexto em que estão inseridos.

Os procedimentos “*modalizadores*” e “*desatualizadores*” foram os segundos mais usados, ambos com a porcentagem de 12%. Os modalizadores contabilizados como estratégia de polidez negativa no caso, especificamente, dos procedimentos acompanhantes, foram os epistêmicos quase-assevativos, os quais estão inseridos no eixo do crer, pois foram denotadores de opinião em relação a um conteúdo proposicional e instauradores de uma certa distância entre o locutor e a proposição, dando-lhe um ar mais polido e de menos comprometimento.

Os procedimentos com menores índices de ocorrências nas análises realizadas foram *formulação indireta do FTA* com percentual de 6%; *procedimentos retóricos* e *desarmadores* com ocorrência de 4% e 3% respectivamente. Por fim, *enunciado “preliminar”* e *reparações* obtiveram os menores percentuais 2% cada.

Como vimos, o uso dos modalizadores é apontado por Kerbrat-Orecchioni (2006, p.85) como marcas linguísticas que atenuam os atos ameaçadores à face e a autora os nomeia como procedimentos acompanhantes ou subsidiários, os quais têm a finalidade de abrandar um FTA.

Uma vez que os modalizadores, em nossa análise, assumiram também outros papéis, ora sendo instrumentos de polidez (FFA’s), ora de FTA’s, lançamos mão de um quadro a seguir com uma contextualização discursiva a respeito das categorizações identificadas no *corpus* a fim de demonstrar seu uso. As nomenclaturas utilizadas foram baseadas nos estudos de Castilho

e Castilho (1993) e Castilho e Elias (2012), como apresentamos nas discussões da seção 3.3 e suas respectivas subseções.

Tipos de modalizadores	Funções assumidas	Contextualização discursiva
Epistêmicos asseverativos	Produtores de um FTA	Ao usar os modalizadores epistêmicos asseverativos, os candidatos demonstram certeza da proposição, assim, há uma tendência de maior adesão à sua fala. Por isso, no <i>corpus</i> , foram usados como um ato ameaçador em relação ao interlocutor, fazendo uma má avaliação da atuação do candidato por meio de expressões como “eu tenho certeza”, “certamente”, etc.
	Produtores de um FFA	Os modalizadores epistêmicos asseverativos são denotadores de certeza do que se está expressando. Foram observados como atos que valorizam a face, ou quando voltado para o próprio locutor (candidato), ou para o auditório específico (eleitores). Ou seja, uma estratégia linguístico-persuasiva de elevar sua própria imagem como também de enaltecer a imagem dos eleitores, a quem se devia uma maior atenção e para quem estava voltada a argumentação.
Epistêmicos quase asseverativos	Produtores de FFA	Os quase asseverativos estão na ordem do crer, logo quando era algo que podia afetar diretamente a imagem do locutor, fazia-se uso de expressões como “eu acho”, “eu acredito” como uma forma de afastar uma responsabilidade diante do conteúdo proposicional compartilhado.
Epistêmicos delimitadores	Produtores de FFA	Têm a função de delimitar o conteúdo proposicional. Foram muito usados no debate para justificar um questionamento.
Avaliativos	Produtores de um FTA	Mostraram-se como atos ameaçadores quando os políticos utilizaram adjetivos e advérbios predicativos modalizadores com uma carga semântica pejorativa. Tais usos foram demarcados com a finalidade de atacar a imagem do outro diante do auditório, lançando um juízo de valor negativo em relação à campanha e as propostas do oponente.

	Produtores de um FFA	Os modalizadores avaliativos compostos pelos adjetivos e advérbio predicativos se mostraram, no <i>corpus</i> , como produtores de atos que valorizam a face, quando faziam parte de proposições que os locutores analisaram e faziam uma avaliação de suas próprias propostas, bem como para enaltecer a imagem dos eleitores.
Deônticos	Produtores de um FTA	Os modalizadores deônticos são inerentes ao eixo da conduta, apresentando ligações com as noções de necessidade, obrigação e volição. Assim, tornam-se produtores de FTA em relação à imagem do interlocutor (seu oponente).
	Produtores de um FFA	Como os seus modalizadores incidem sobre a ideia de dever, representada pelo predicador “tem que P” realizar algo, o locutor se utiliza deles para elaborar proposições que seu grupo político irá fazer ou alguma situação demandada que requer mudança do outro governo.

Quadro 8 – Funções dos modalizadores assumidos no debate político.

Diante do exposto, percebemos que a modalização avaliativa se faz presente nos conteúdos proposicionais e é motivadora do uso dos outros tipos de modalização, quando se usa, por exemplo, os adjetivos e advérbios predicativos modalizadores. Observamos ainda que uma modalização não exclui a outra, mas sim se sobrepõem.

O papel da modalização avaliativa, mencionado anteriormente no nosso trabalho, já foi constatado em estudos anteriores feitos por Silva (2005), Silva & Silva (2009), Aguiar & Silva (2014), entre outros voltados para o estatuto da modalização em textos opinativos. Silva (2005) aponta a modalização avaliativa como pano de fundo na construção de opiniões mais diversas e, dessa forma, motivadora dos outros tipos de modalização linguística; nos trabalhos de Silva & Silva (2009), Aguiar & Silva (2014), por exemplo, foi identificado um grande número de modalizadores avaliativos aliados a outros tipos, os quais se apresentam responsáveis por ativar um juízo de valor do locutor frente à proposição ou parte dela, empreendendo a forma como quer que seja entendida pelo interlocutor, seja de certeza ou dúvida diante do conteúdo proposicional, a depender da intenção argumentativa. A título de exemplificação, trazemos os dados publicados por Aguiar & Silva (2014, p.08), os quais revelam que de 204 ocorrências, 115 referiam-se à modalização avaliativa, ou seja, mais de 50% dos casos identificados. Tal fato reforça a ideia de que os falantes costumam lançar mão de um certo juízo de valor diante

de questões polêmicas e, ao mesmo tempo, como forma de escapar de maiores comprometimentos, optam por uso expressivo de adjetivos e advérbios modalizadores.

Assim, uma ressalva que fazemos em relação a nossa análise, que demarca bem quando tratamos das especificidades de cada cultura e contexto em relação à polidez, é o caso do uso dos modalizadores. Kerbrat-Orecchioni (2006) fala da distância instaurada entre o locutor e a proposição, porém nos casos dos modalizadores avaliativos há um juízo de valor empregado pelo locutor em dois vieses: *i)* a fim de avaliar negativamente a imagem social do outro, especificamente relacionado ao candidato da oposição, através do uso de marcas linguísticas que levem a persuadir os eleitores de que as propostas e o discurso propagados são incoerentes com a imagem passada; *ii)* para enaltecer a própria imagem do locutor em situações as quais demandam apresentação das propostas de governo e valorização do auditório específico, ou seja, uma forma de reforçar a imagem positiva de si. Logo, reafirmamos a importância do contexto para a veiculação do sentido demandado nas interações verbais instauradas.

A seguir, analisamos e discutimos as estratégias de polidez positiva evidenciadas no debate do segundo turno de 2014.

3.3.2 Estratégias de polidez positiva

(6)

Candidata, essa campanha vai passar para a história como a mais sórdida das campanhas eleitorais do nosso sistema democrático. A calúnia, a infâmia, as acusações irresponsáveis foram feitas não só em relação a mim, com relação ao Eduardo Campos, em relação à Marina, agora em relação a mim. Isso é um péssimo exemplo. Mas eu lhe faço uma pergunta, candidata. A revista hoje publica que o delator, um dos delatores do “petrolão”, disse que a senhora e o ex-presidente Lula tinham conhecimento da corrupção na Petrobras, uma oportunidade da senhora responder aos brasileiros. A senhora sabia, candidata, da corrupção na Petrobras? (Pergunta 01 do primeiro bloco – Candidato Aécio Neves).

Em (6), percebe-se que é posto um marcador de identidade de grupo “candidata”, característico de uma estratégia de polidez positiva, porém, com uma análise mais afinsa, observa-se o uso de adjetivos predicativos modalizadores depreciativos e de um advérbio predicativo modalizador “mais”, que intensifica um adjetivo²² de carga semântica já pejorativa, os quais, de acordo com Castilho e Elias (2012, p.236-272), “expressam uma avaliação pessoal do falante sobre o conteúdo dos substantivos”, a fim de afetar a imagem do outro. Nessa

²²Os significados dos adjetivos mencionados, neste trabalho, foram consultados no dicionário *Michaelis online*.

ocorrência, os modalizadores são postos como atos ameaçadores da face positiva do interlocutor, no caso, especificamente, da oponente Dilma (PT), uma vez que o candidato Aécio se utiliza destes para fazer um julgamento de valor em relação a atitudes da candidata Dilma.

Ora, o candidato Aécio afirma que passou por calúnia, infâmia, acusações e, para enfatizar e demarcar seu juízo de valor, utiliza-se do adjetivo “irresponsáveis”, a fim de confirmar a causa pela qual a campanha ficaria na história como a “mais sórdida” das campanhas eleitorais. Nota-se que o adjetivo “sórdida” (originário do latim *sordidu*, significa: asqueroso, imundo, nojento, repugnante; que usa de meios degradantes para conseguir alguma coisa) já possui um grande teor pejorativo, o que degrada o tipo de campanha feita por sua oponente, e ainda vai além, não é só sórdida, porém “**a mais**”, ou seja, faz uso de um advérbio que tem como função intensificar ainda mais a carga semântica depreciativa do adjetivo. Assim, entende-se o porquê coloca essa situação como um “péssimo exemplo”, pois, a outra candidata, e também presidente do Brasil à época, estava dando um péssimo exemplo para a nação e que não era assim que deveria proceder, uma vez que era algo nocivo, prejudicial; contrário à justiça, à razão, à virtude, ao dever. Diante disso, percebe-se o jogo linguístico de seleção das palavras para, consequentemente, preservar a sua face, já que ele estava sendo vítima de tal situação demandada.

Tal seleção linguística é efetuada a fim de persuadir o auditório, e é definida na etapa retórica denominada *elocutio*, a qual abrange “o estilo ou as escolhas que podem ser feitas no plano da expressão”. (MOSCA, 2001, p. 28)

(7)

“E nós vamos subsidiar, sim, programas sociais que têm alcance na vida real, na vida das pessoas. Nós não vamos fazer é o bolsa empresário que ajuda apenas um grupo muito restrito de brasileiros em detrimento da grande maioria. Fique tranquila, candidata, fiquem tranquilos brasileiros, porque nós vamos avançar e avançar muito mais também no programa habitacional” (Resposta do Candidato Aécio Neves a pergunta 4 do Bloco 1).

Em (7), percebe-se que o candidato Aécio Neves ao responder o questionamento da candidata Dilma Rousseff se utiliza de algumas estratégias de polidez positiva traçadas por Brown e Levinson (1987), ou seja, lança mão de atos ameaçadores da face, de forma aberta e com ações reparadoras.

Ele, ao responder sobre os programas sociais, coloca-se interessado pelos desejos de necessidades do outro, tanto da candidata petista (nesse caso, ao perguntar, ela coloca-se como uma brasileira preocupada com tal perspectiva) quanto dos eleitores, já que é um tema de

interesse coletivo. Na fala do candidato do PSDB, há ainda marcas de identidade de grupo (candidata), aproxima seu interlocutor, colocando-o num nível simétrico de posições sociais em que se encontram naquele momento.

Então é evidenciado que nesse trecho o presidenciável procura acordo com seu interlocutor, declarando pontos em comum nas suas propostas de governo, logo não desampararia as pessoas que são contempladas com tais programas nem desestruturaria, abandonaria um plano do governo anterior que supostamente estava dando certo, ou seja, seria em benefício do povo brasileiro. Ao dizer “*Fique tranquila, candidata, fiquem tranquilos brasileiros, porque nós vamos avançar e avançar muito mais também no programa habitacional*” demonstra cooperação com seus interlocutores e faz uma promessa que além de continuar com o programa habitacional, avançaria.

As estratégias de atenuação dos atos ameaçadores fazem com que o candidato Aécio mantenha um equilíbrio nas relações pessoais ali estabelecidas, preserve sua própria face no momento em que não procura ferir os desejos/necessidades do outro (de ver a continuação dos programas sociais), faz de forma que “evite ou reduza o conflito com o interlocutor” (ESCANDELL-VIDAL, 1995, p.33 *apud* DIAS, 2010, p.39). Destarte, tenta “satisfazer as necessidades de face do ouvinte”, que durante toda sua fala se volta mais para os eleitores, do que para a interlocutora direta – Dilma Rousseff, tendo em vista que busca alcançar/conquistar com suas promessas os votos para ganhar a eleição, no entanto não deixa de incluir a candidata na hora da promessa.

(8)

“Candidato, é fato que o senhor tem feito uma campanha extremamente agressiva a mim. Isso é reconhecido por todos os eleitores.” (Resposta da candidata Dilma Rousseff a pergunta 1 do bloco 1).

(9)

“Eu irei à Justiça para defender-me e ao mesmo tempo tenho certeza de que o povo brasileiro vai mostrar a sua indignação no domingo votando e derrotando essa proposta que o senhor representa e que é o retrocesso no Brasil.” (Resposta da candidata Dilma Rousseff a pergunta 1 do bloco 1)

Apesar do emprego constante de um pronome de tratamento que conota deferência e respeito por partes dos presidenciáveis (senhor/senhora), a análise mais detida dos registros de fala oriundos do debate revela que tal ação configura-se uma estratégia que visa a atenuar ou

disfarçar o alto teor de ameaça das faces encontrado nessa situação de interação, como visto em (8).

Segundo a teoria das faces proposta por Goffman (1967) e reformulada por Brown e Levinson (1987 [1978]), a utilização de marcadores lexicais de tratamento configuraria uma estratégia de preservação da face negativa, uma vez que esta buscaria minimizar o poder ameaçador de determinados atos de fala. No *corpus* analisado, percebe-se que tal orientação estratégica denotada pelo uso desses marcadores é amplamente contrariada pelas demais estratégias acionadas, como, por exemplo, pelos atos ameaçadores da imagem positiva do ouvinte que trazem à tona temas emocionalmente perigosos ou controvertidos, assim como acusações, críticas, desaprovações dentre outros dessa natureza, como se pode observar em (9).

Em um debate político, como já visto, além de termos um confronto entre adversários políticos, que apresentam propostas de governo voltadas para a melhoria do país, temos também o embate de imagens que são criadas ao longo do período eleitoral²³. No debate, essas imagens são expostas na tentativa de persuadir os eleitores (auditório) e conseguir, conseqüentemente, o maior número de votos, podendo ser atacadas pelo oponente, o que gera uma necessidade de autopreservação a fim de não as afetar gravemente, por isso se volta muito para o auditório, tentando estabelecer uma relação de confiança, pois a candidata Dilma Rousseff crê que a campanha ofensiva será reconhecida por todos os brasileiros, assim como esse auditório votará contra Aécio e suas propostas como resposta à indignação causada.

Esse jogo de imagens é um mecanismo discursivo no qual o candidato tenta persuadir seus eleitores, na busca incessante de ser aceito pelo povo. O candidato ao cargo público tenta em seu discurso impor a sua verdade aos eleitores, apresentando o recurso persuasivo do *ethos/imagem social*, podendo obter êxito ou não. Ou seja, “é a imagem da pessoa delineada em termos de atributos sociais” (GOFFMAN, 1967, p.05), a qual se projeta e que deve ser mantida e controlada durante as interações verbais.

Ainda no debate político fica evidente que um candidato constrói seu discurso por meio da desconstrução da imagem do outro, porque há a necessidade de que suas verdades prevaleçam; verdades essas que são embasadas num conhecimento prévio dos valores, da ética e do comportamento que os eleitores, em sua maioria, possuem, a fim de haver uma aproximação, afinidades de ideias e, por conseguinte, menos divergências.

No que concerne às estratégias de polidez positiva, tomamos como base as estratégias, mais especificamente, criadas por Brown e Levinson (1987 [1978]), tendo em vista que Kerbrat

²³ O *ethos* prévio

Orecchioni (2006, p.91-92) em suas reformulações não listou os procedimentos verbais da polidez positiva por afirmar que têm seu funcionamento mais simples que a polidez negativa e consistem em produzir algum ato que tenha um caráter essencialmente “antiameaçador” (FFA) para seu destinatário, como é o caso da manifestação de acordo, convite, elogio, agradecimento, fórmula volitiva ou de boas-vindas etc.

Expomos, no gráfico abaixo, a distribuição das estratégias de polidez positiva identificadas no *corpus* analisado.

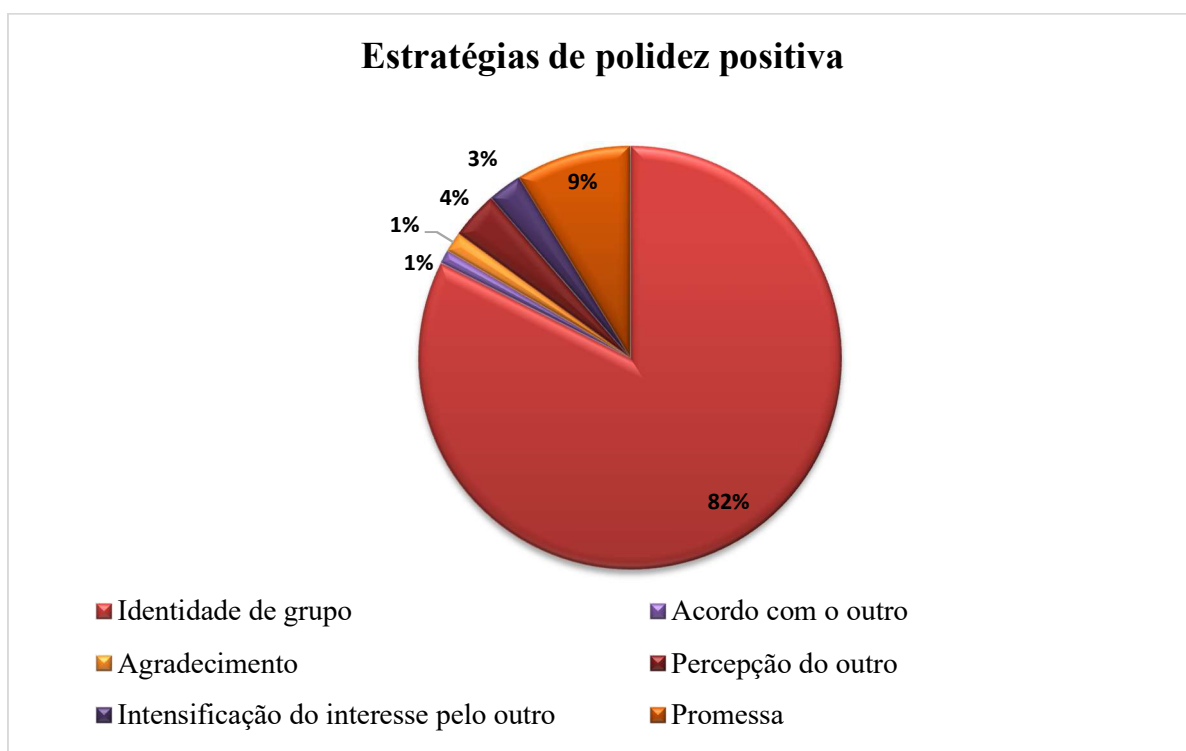


Gráfico 2: Estratégias de polidez positiva identificadas no *corpus*.

Por meio da análise feita, com base no modelo de polidez de Brown e Levinson (1987 [1978]), foram identificados no *corpus* 193 estratégias de polidez positiva tais como: *marcador de identidade de grupo*; *agradecimento*; *intensificação do interesse pelo outro*; *acordo com o outro*; *percepção do outro* e *promessa*.

Dentre as estratégias de polidez caracterizadas como negativa, os *marcadores de identidade de grupo* demarcaram maior ocorrência no *corpus* analisado, com um percentual de 82%, um número significativamente alto. Esse percentual alto dos *marcadores de identidade de grupo* pode ser justificado pelo fato que, no debate oral regado entre os candidatos à Presidência do segundo turno de 2014, os oponentes o tempo todo se utilizaram do marcador de identidade de grupo “candidato (a)”, ou seja, uma forma de minimizar a distância social e e

o poder relativo entre o locutor e o interlocutor, uma vez que o candidato Aécio é Senador da República e a candidata Dilma Rousseff é a Presidente do país, deixando-os numa dimensão simétrica diante do auditório. Importante salientar que, em todo *corpus* analisado, só identificamos três casos que houve mudança de marcador de grupo, diferenciando da equiparação dos candidatos e demarcando a assimetria existente entre os dois. Os quais constam nos trechos abaixo:

(10)

O meu governo nada, agora acredito que o seu tem muito o que esconder quando se trata dos gastos com publicidade, não claramente veiculados no que se refere aos jornais e à televisão da sua família. Acredito, **senador**, que é necessário a gente parar e olhar com muito a cautela essa questão do porto. Nós financiamos uma empresa brasileira, que gerou emprego no Brasil. (Resposta de Dilma à pergunta 3 do bloco 1)

(11)

Eu pergunto ao telespectador, você confiaria mais no governo que traz a inflação desse patamar de 916% ao ano ou deixar esse período do Lula na minha conta a 12% ou um que a entrega maior, como acontece no caso da **presidente** Dilma? A história a gente não reescreve, **presidente**, o futuro sim. Esse, nós podemos escrever de forma diferente do que está sendo escrito pelo seu governo. (Tréplica de Aécio à pergunta 3 do bloco 1)

As *promessas* foram as segundas mais utilizadas, com a porcentagem de 9%. Tais promessas efetivadas não foram realizadas voltadas para o interlocutor direto do debate, mas a um auditório específico – os eleitores, uma vez que os candidatos queriam demonstrar importar-se com os interesses coletivos da sociedade e também buscar uma maior aderência ao que propagavam a fim de obter mais votos e saírem vencedores nas eleições.

Ainda os candidatos fizeram uso das estratégias *percepção pelo outro* e *intensificação do interesse pelo outro*, as quais obtiveram um percentual de 4% e 3% respectivamente. E, por fim, *agradecimento* e *acordo com o outro* com 1% cada, caracterizando os menores percentuais.

3.3.3 Estratégia de polidez encoberta:

(12)

Hoje tem, candidata, talvez **a senhora nem saiba**, 37, um terço delas ocupadas por filiados do PT. Essa é uma demonstração clara da perversidade do aparelhamento da máquina pública em benefício de um projeto de governo. Um vice-presidente está preso na Itália e o presidente atual alvo de gravíssimas denúncias. (Tréplica do candidato Aécio Neves a pergunta 4 do bloco 1)

(13)

Candidato, eu sempre gosto de perguntar a respeito do Pronatec. **Por que que eu gosto do Pronatec, candidato?** Porque o Pronatec ele resolve várias questões e desafios. Vocês fizeram uma lei proibindo que o governo federal fizesse e mantivesse escolas técnicas. Por isso fizeram, ao longo de oito anos, só 11 escolas técnicas. O senhor era líder do governo FHC. O senhor vai continuar com essa política? (6ª pergunta do bloco 1 – candidata Dilma Rousseff)

Em (12) e (13), os debatedores lançam mão de estratégias pragmáticas que os permitem realizarem um ato de ameaça à face de forma indireta, ou seja, embora realizem o ato ameaçador, criam condições linguístico-pragmáticas que os isentam da necessidade de se responsabilizarem por ele, deixando que o interlocutor decida o modo como interpretar o ato de fala.

Dentre as estratégias de realização de polidez encoberta, segundo a proposta teórica de Brown e Levinson, em (12) nota-se que o candidato Aécio Neves recorre a um mecanismo de insinuação associado à criação de pistas interpretativas que conduzem o ouvinte a um determinado sentido, sem expressamente enunciá-lo, o que podemos ver no excerto “*Hoje tem, candidata, talvez a senhora nem saiba, 37, um terço delas ocupadas por filiados do PT.*”.

Além de sugerir, de modo mais claro, a desinformação de sua oponente acerca de um dado que deveria ser do seu conhecimento, pelo fato de ser a atual presidente da república, cargo máximo de gestão num sistema democrático, tal insinuação cria pistas interpretativas que, por meio de inferências contextuais e culturais, associam uma série de sentidos negativos a oponente, que a partir de uma sequência lógica são facilmente produzidos. O esquema abaixo é uma proposta de ilustração para os mecanismos inferenciais desencadeados por este ato de fala:

Se ela é a presidente da república, logo deveria saber disso. (*Isto partindo dos esquemas mentais, socioculturalmente construídos, acerca do que seja um presidente.*)



Se ela não sabe disso, logo é desinformada/ despreparada.



Se ela é desinformada/ despreparada, logo não está apta para continuar exercendo tal cargo.



Se ela não está apta para exercer o cargo de presidente da república, logo não se deve votar nela.

Em (13), a estratégia de polidez encoberta que torna amortizado o ato ameaçador da face presente no ato de fala é a pergunta retórica. Nesse tipo de mecanismo, um dos interlocutores realiza um questionamento que, embora do ponto de vista linguístico seja semelhante a qualquer outra pergunta, pragmaticamente funciona de modo diverso. Ao realizar-se uma pergunta retórica o objetivo do enunciador não é obter uma resposta do seu interlocutor, ainda que direcione lexicalmente a pergunta por meio de estratégias como o vocativo, como destacado em “*Por que que eu gosto do Pronatec, **candidato***”. Desse modo, o objetivo desse tipo de artifício é produzir uma ironia, elemento que para realizar-se satisfatoriamente necessita de que o interlocutor também aja nesse sentido, eximindo o enunciador de uma responsabilidade direta sobre os sentidos por ela produzidos.

No caso específico de (13), a pergunta retórica realizada pela presidente Dilma traz alguns sentidos indiretos que tanto podem ser compreendidos partindo de conhecimentos contextuais de sentidos veiculados no período eleitoral acerca de uma suposta antipatia do candidato tucano em relação aos programas sociais característicos da gestão petista, quanto pela interpretação da própria pergunta dentro da globalidade de sentidos expressos no debate, como recuperado no trecho posterior a realização da pergunta retórica: “*Porque o Pronatec ele resolve várias questões e desafios. Vocês fizeram uma lei proibindo que o governo federal fizesse e mantivesse escolas técnicas. Por isso fizeram, ao longo de oito anos, só 11 escolas técnicas. O senhor era líder do governo FHC*”.

Lançando mão de tais recursos pragmáticos, a presidente Dilma desencadeia pistas que sinalizam um caminho interpretativo que conduzem a sentidos que, de algum modo, favorecem-na no processo argumentativo do debate. Nesse sentido, além da ironia construída, a pergunta retórica também produz certa amortização ao poder ameaçador da face dos atos de fala que a seguem como, por exemplo:

- i) *Vocês fizeram uma lei proibindo que o governo federal fizesse e mantivesse escolas técnicas.*
- ii) *Por isso fizeram, ao longo de oito anos, só 11 escolas técnicas.*
- iii) *O senhor era líder do governo FHC.*

Tais acusações podem desencadear uma sequência de pistas interpretativas do tipo:

Se o Pronatec é algo positivo, uma vez que *resolve várias questões e desafios* (sociais), logo ele é um programa social importante para o país.



Se o oponente, candidato Aécio, era o líder de um partido que produziu leis que se opunham a criação de condições para que programas como o Pronatec existissem, logo ele se opõe a um programa social importante para o país.



Se o candidato Aécio se opõe a um programa social importante para o país, que *resolve várias questões e desafios* (sociais), logo ele não está preocupado como os problemas sociais do país.



Se esse candidato não está preocupado com os problemas sociais do país, logo não se deve votar nele.

A partir desse esquema pode-se pensar que em *ii* há o acionamento de um argumento probatório factual de *i*, que funciona como intensificador do poder de ameaça deste. Já em *iii*, precavendo-se de uma possível tentativa de neutralização do poder de ameaça produzido por seu ato de fala, em que o candidato se distanciava das posições tomadas pelo seu partido, uma vez que não foi ele pessoalmente quem realizou os atos evocados pela presidente, ela coloca seu oponente numa situação de estreita ligação com tais atos (*O senhor era líder do governo FHC*), apoiando-se no que culturalmente se espera de um líder partidário, que esteja em profunda comunhão com as decisões tomadas pelos seus liderados que estão no poder.

A respeito das estratégias encobertas, tomamos como base também as estratégias formuladas por Brown e Levinson (1987 [1978]), cuja função é permitir que o locutor realize o FTA sem se responsabilizar por ele, já que abre espaço para o interlocutor decidir como interpretar a proposição.

A análise, a partir do modelo de polidez proposto por Brown e Levinson (1987 [1978]), aponta para as seguintes estratégias encobertas identificadas: *ironias*; *perguntas retóricas*; *pistas de associação*; *insinuações*.

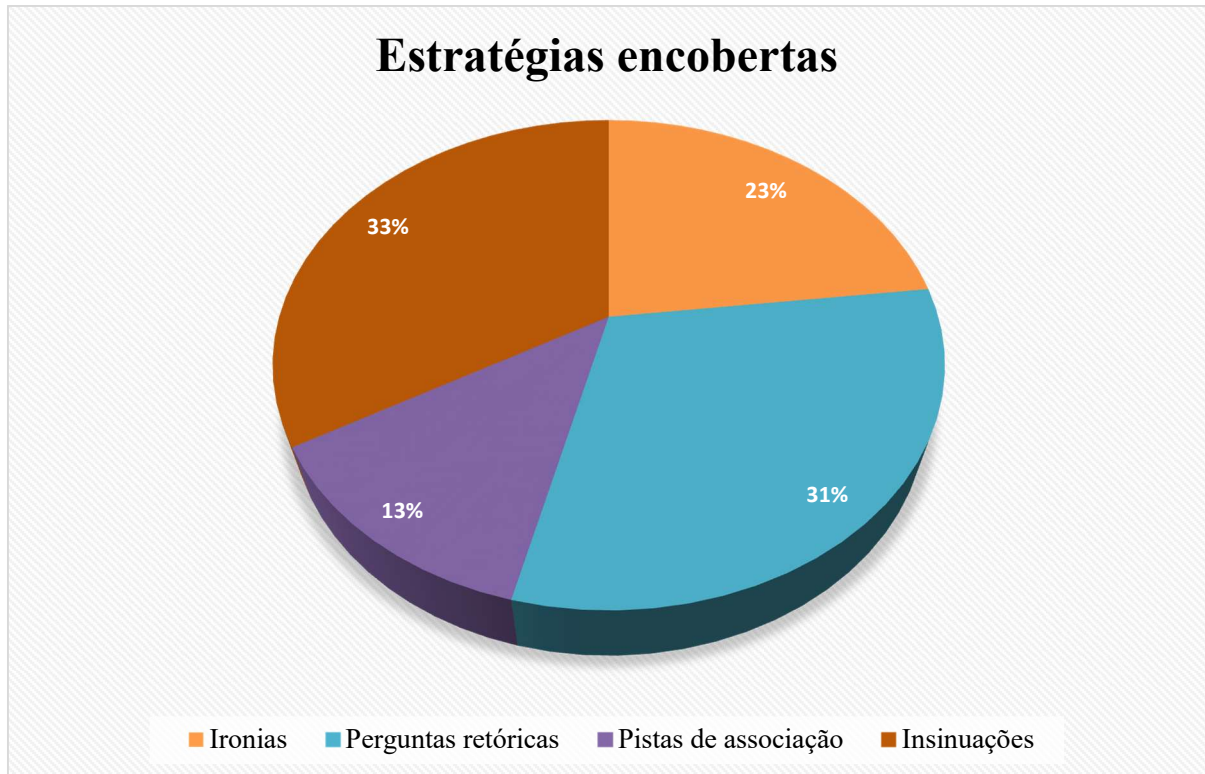
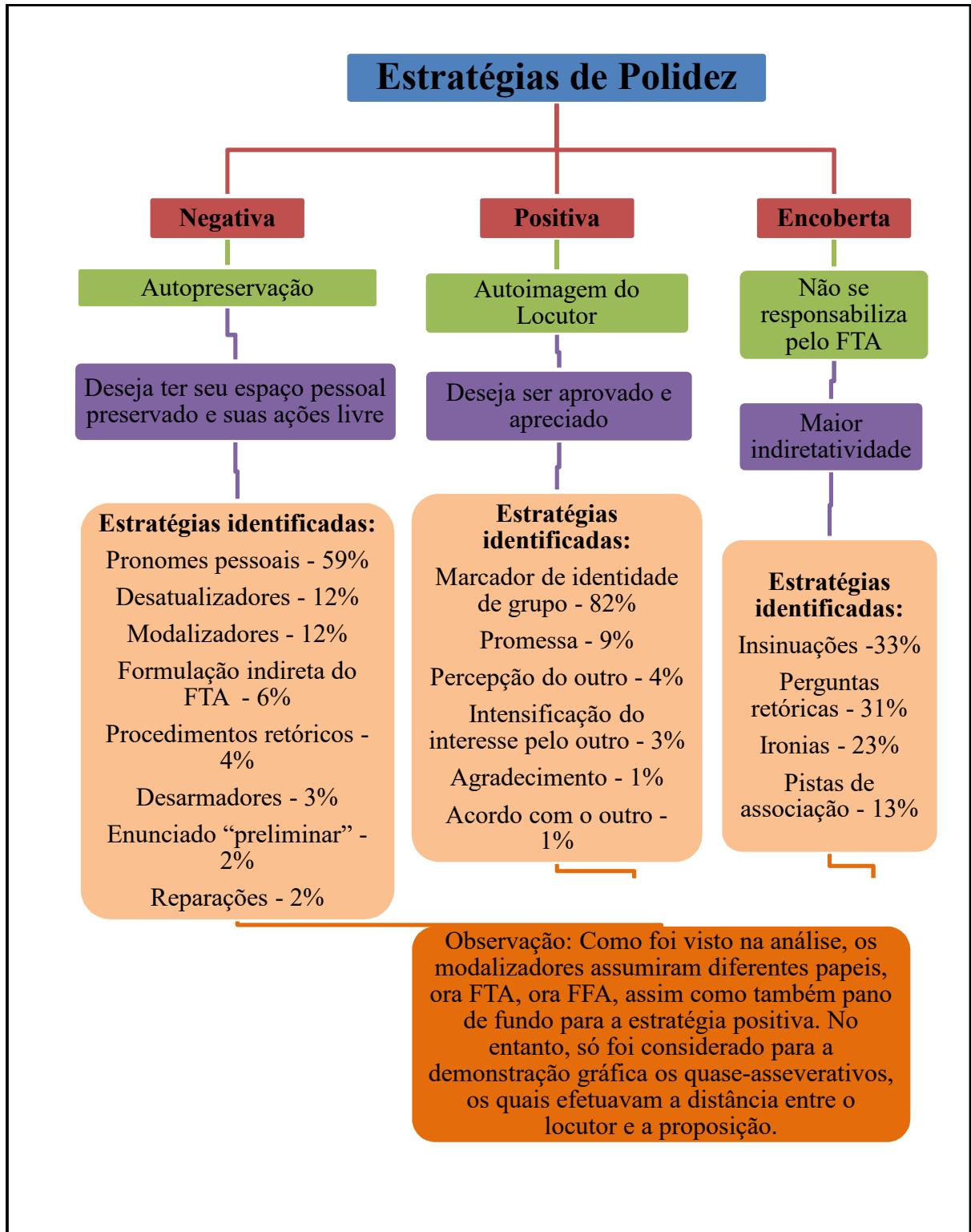


Gráfico 3: Estratégias encobertas constatadas no *corpus*.

As estratégias encobertas foram identificadas num total de 39, sendo as mais utilizadas pelos candidatos: as *insinuações* com um percentual de 33%, seguidas das *perguntas retóricas* com 31%. As *ironias* e as *pistas de associação* obtiveram um percentual de 23% e 13% respectivamente.

De modo geral, notamos uma maior incidência de utilização por parte dos candidatos à Presidência do Brasil do segundo turno de 2014, Dilma Rousseff (PT) e Aécio Neves (PSDB), das estratégias de polidez negativa. Por isso, a fim de uma melhor organização textual quanto às estratégias identificadas, lançamos mão de um mapa textual que melhor sintetiza as estratégias e suas ocorrências em seus contextos específicos.



Mapa textual: Síntese das estratégias de polidez e suas ocorrências no *corpus*.

Neste capítulo, delineamos nossa metodologia empregada na pesquisa, analisamos e discutimos os dados à luz do referencial teórico apresentado no primeiro e segundo capítulos. Ao longo das discussões e análises, constatamos que, mesmo diante de um gênero textual altamente polêmico – o debate oral regrado, houve o uso de estratégias de Polidez, estratégias

linguísticas essenciais no processo interacional e argumentativo, uma vez que as interações verbais entre os presidencialistas do segundo turno de 2014 giravam em torno da exposição de opiniões e propostas e, conseqüentemente, levavam os interlocutores a uma projeção de imagens favoráveis de si que precisavam ser mantidas e ao mesmo tempo controladas e preservadas, a fim de persuadir o auditório.

Destarte, ao que concerne ao debate político, constatamos não só o confronto entre os políticos de partidos opostos, que apresentam propostas para a melhoria de um país, como também o embate de imagens que são criadas ao longo do período eleitoral. Vimos que, no debate oral regrado, essas imagens são expostas e há uma tendência de serem preservadas ao máximo na tentativa de persuadir os eleitores, conseguir o maior número de votos e, conseqüentemente, conquistar o objetivo almejado: vencer as eleições. No entanto, como as interações verbais estão propensas a conflitos, as imagens podem ser atacadas a qualquer momento pelos adversários e necessitando de uma autopreservação ou uma reparação por meio de estratégias linguísticas como, por exemplo, o fenômeno da polidez, a fim de não as afetar gravemente.

Ainda frisamos, no decorrer das análises, as diversas instâncias nas quais os modalizadores se mostraram fazer parte no *corpus* analisado, ora como produtores de FFA, ora como produtores de FTA. Kerbrat-Orecchioni (2006) aponta a modalização como um dos tipos de estratégia linguística de polidez, um procedimento acompanhante que visa atenuar a carga de impolidez de um ato ameaçador e instaurar uma distância entre o locutor e a proposição. Porém, como cada cultura tem suas especificidades e como o contexto é determinante para demarcar o sentido das escolhas linguísticas e suas respectivas intenções comunicativas, os modalizadores foram postos também como ato ameaçadores, principalmente para a imagem do outro, uma vez que foram empregados juízos de valor pelo locutor a fim de avaliar negativamente a imagem social do outro e com o intuito de persuadir os eleitores de que as propostas e o discurso propagados são incoerentes com a imagem passada.

No próximo capítulo, apresentamos as considerações finais a respeito deste estudo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste estudo, comprometemo-nos a investigar o fenômeno da polidez linguística nas interações verbais do debate político eleitoral do segundo turno de 2014, mais especificamente do primeiro e terceiro bloco, entre os candidatos Dilma Rousseff (PT) e Aécio Neves (PSDB). Para tanto, amparamos nossas análises e discussões nos conceitos fornecidos pelas teorias pragmáticas, a partir do modelo de polidez proposto por Brown e Levinson (1987 [1978]) e nas reformulações feitas por Kerbrat-Orecchioni (2006), associando-o aos trabalhos realizados por Castilho e Castilho (1993), Castilho e Elias (2012), Santos (2012), Dias (2010), Perelman & Olbrechts-Tyteca (2005 [1958]), Ferreira (2010), Fiorin (2015), Marcuschi (2004), Osakabe (1999), Charaudeau (2013), entre outros.

Conforme destacamos na introdução deste trabalho, em nossa investigação, colocamo-nos diante dos seguintes questionamentos:

- a) Os discursos dos políticos veiculam efeitos polidos?
- b) Como são estruturados esses efeitos?
- c) Qual a relação entre polidez e discurso político?
- d) Como os políticos se utilizam de estratégias de polidez para efetivar seu discurso e manter a imagem de si diante de uma polêmica?
- e) Como se dá a construção da relação do sujeito político, locutor, a partir das estratégias de polidez a fim de que possa convencer seu interlocutor?
- f) Até que ponto os políticos conseguem conciliar harmonicamente a preservação de si e o respeito ao outro, mantendo projeções positivas de suas imagens e respectivos grupos, de acordo com as expectativas do eleitorado?

Desse modo, no percurso de nossa pesquisa, buscando construir uma base que nos permitisse responder a tais questionamentos, apresentamos, no capítulo 1, informações acerca dos estudos da Argumentação, do gênero argumentativo debate oral regrado e, mais especificamente, ao que se refere ao universo político, a fim de levantarmos considerações a respeito da relação Argumentação e Linguagem com o foco numa abordagem pragmático-argumentativa e voltada para um contexto político.

A fim de apresentar as investigações sobre a polidez linguística por um viés pragmático, buscamos, no segundo capítulo, situar as pesquisas em Pragmática, questões intrínsecas a ela, como seus domínios e fundamentos, focalizando as investigações sobre a polidez linguística; bem como evidenciamos que o fenômeno da polidez linguística é um dos tópicos mais

produtivos da pesquisa pragmática desde a década de 1970 e pode ser entendido como fruto da necessidade do homem de manter o equilíbrio das relações interpessoais.

No terceiro capítulo, mostramos nosso percurso metodológico adotado para o desenvolvimento desta pesquisa, a qual está inserida no quadro teórico da Pragmática, voltada para uma linha de abordagem qualitativa de cunho interpretativo e demonstração dos dados por meio de gráficos como uma forma de melhor sintetizar as estratégias utilizadas. E, por fim, procedemos à análise do *corpus* e à discussão dos resultados à luz do referencial teórico apresentado nos capítulos 1 e 2. Propomos ainda uma categorização das estratégias de polidez presentes no debate oral dos presidenciáveis do segundo turno de 2014, tomando como base teórica o modelo de polidez proposto por Brown e Levinson (1987 [1978]), seguindo também as reformulações e aperfeiçoamentos elaborados por Kerbrat-Orecchioni (2006).

A partir da análise realizada, foram identificados no *corpus* 469 ocorrências de estratégias de polidez distribuídas entre a negativa (*formulação indireta do FTA; recorrência a desatualizadores modais, temporais e pessoais; pronomes pessoais; procedimentos retóricos; enunciado “preliminar”; reparações; os modalizadores e desarmadores*) com maior recorrência de casos, totalizando 237; a positiva (*marcador de identidade de grupo; agradecimento; intensificação do interesse pelo outro; acordo com o outro; percepção do outro e promessa*) com 193 constatações; e a encoberta (*as insinuações, perguntas retóricas, ironias e as pistas de associação*) obteve 39 ocorrências.

Observamos ao longo da nossa análise que a polidez tem como papel regular a interação comunicativa, fazendo o uso de estratégias/mecanismos com a finalidade de atenuar ou evitar as tensões nos turnos comunicativos, servindo tais aspectos como balizadores entre a distância social e a intenção do locutor, bem como da imagem social, o *ethos*, que os locutores apresentam para um auditório específico, a qual necessita ser preservada e mantida de acordo com as intenções persuasivas demandadas.

No que diz respeito ao debate oral regrado entre os presidenciáveis Dilma Rousseff (PT) e Aécio Neves (PSDB), percebe-se um grande número de atos ameaçadores da face, justamente para colocar à prova a convicção de suas opiniões acerca dos temas relacionados, sendo o uso das estratégias de polidez atrelado à intenção dos candidatos em orientar os eleitores a respeito do modo como seu discurso deve ser interpretado.

É importante frisar que os candidatos se mostraram empenhados em proteger suas imagens, principalmente, perante a sociedade. Todavia, na interação face a face (candidato-candidata), eles se utilizaram de um índice maior de atos ameaçadores da face, tentando afetar a face um do outro a fim de ganhar seguidores do seu discurso e, consequentemente, mais

eleitores, na maioria das vezes fazendo uso de mecanismos de polidez a fim de diminuir o aspecto impolido das interações.

Essa preservação da face perante o público, os eleitores indecisos na plateia e em casa, e eleitores já decididos, ocorre, sobretudo, por se tratar de um debate ao vivo exibido em rede nacional, em um canal aberto (Rede Globo), às vésperas da eleição de segundo turno e, principalmente, visando uma grande aderência ao programa de governo de cada presidenciável.

Reiteramos a fala de Aquino (1997, p. 104) quando evidencia o poder da televisão e sua grande responsabilidade, ao afirmar que a TV forma opinião ou a reforça, pois é um meio de comunicação que a maioria da população brasileira utiliza, já que temos um grande déficit de leitura no país.

Logo, fica evidente que os argumentos apresentados no debate oral entre os presidenciáveis têm uma grande força devido ser televisionado, ao vivo e às vésperas da eleição, pois é por meio deste recurso midiático que muitos brasileiros se informam, assim aquele último debate televisivo de 2014 podia influenciar e conduzir opiniões de milhares de telespectadores e, por isso, a importância de os políticos preservarem suas imagens.

A escolha das palavras, na *elocutio*, nos revela a adesão do locutor perante o conteúdo proposicional, o que por sua vez dita o juízo de valor atribuído a esta. Então, a escolha lexical vem promover ou demonstrar ao interlocutor sua intenção e sua avaliação pessoal feita. O interlocutor deverá entendê-la ou acreditá-la a partir da precisão ou imprecisão das palavras, como pode ser visto com o uso dos modalizadores, uma vez que a empregabilidade deles, p.e., teve como função elevar o nível de tensão dos atos ameaçadores a fim de atingir a face do outro, como também de autopreservação da sua face com um discurso mais polido.

De modo geral, ao longo da análise, percebe-se que o uso de adjetivos e advérbios predicativos modalizadores, os quais caracterizam a modalização avaliativa, ora reportam-se como estratégia de polidez de preservação da face do locutor em relação aos eleitores, ora representam FTA's em relação direta com o candidato da oposição, ou seja, são utilizados para afetar a face do seu interlocutor (candidatos) e, assim, parecer que a proposta de governo apresentada por um candidato é sempre melhor do que a do outro para o auditório específico (os eleitores), ao qual está voltada toda a carga argumentativa.

Destarte, percebe-se que a modalização avaliativa prevaleceu em todo *corpus* analisado neste trabalho, o que nos leva a notar que os presidenciáveis, nas interações verbais, marcaram sua fala com juízos de valores perante o conteúdo proposicional, ora de forma a ser positivo para seu plano de governo, ora para se valer contra o outro candidato. E, para compor tal categoria de modalização, se utilizaram de adjetivos e advérbios predicativos modalizadores

associados a outras categorias para expressarem uma avaliação do conteúdo proposicional. Portanto, como afirma Silva (2005), esta categoria de modalização serve como pano de fundo para ocorrências das demais modalizações linguísticas.

Ao longo da seção 3.3, voltada para as análises e discussões, vimos que, muitas vezes, os modalizadores vão de encontro com a teoria proposta por Kerbrat-Orecchionni (2006). A autora apresenta o estatuto da modalização como um mecanismo de polidez, porém esse apontamento foi contrariado, uma vez que os modalizadores também se apresentaram como produtores de FTA's. Tais situações demarcam bem a Pragmática, quando se trata de questões intrinsecamente de uso da língua, em que se deve levar em consideração o contexto, os participantes da interação e a intenção comunicativa.

Assim, os candidatos monitoram seu discurso e o do outro, tomando os mínimos deslizes do outro como base para lançar críticas que reforçariam sua autoimagem positiva e, conseqüentemente, colaborariam para a preservação, numa evidente estratégia de polidez positiva, de sua face positiva perante o público.

Tal recurso é importante ser analisado pelo fato de que os candidatos tentam persuadir a todo tempo seus eleitores e buscam mais adesão a seu discurso, visando obter a vitória nas urnas. Então, uma determinada imagem apresentada deve ser mantida e preservada, como é um debate transmitido ao vivo em tv aberta, que atinge a maioria da população brasileira.

Ainda no debate político fica evidente que um candidato constrói seu discurso por meio da desconstrução da imagem do outro, porque há a necessidade de que suas verdades prevaleçam; verdades essas que são embasadas num conhecimento prévio dos valores, da ética e do comportamento que os eleitores, em sua maioria, possuem, a fim de haver uma aproximação, afinidades de ideias e, por conseguinte, menos divergências.

Os debatedores sabem, evidentemente, que estão numa situação de confronto, logo, ao questionarem ou comentarem algo a respeito do plano de governo do outro, é possível que haja a (des) qualificação da imagem do oponente, tendo em vista que tal direcionamento pode mostrar ou reforçar a face negativa ou positiva dele para o auditório específico.

Destacamos, principalmente, o uso de estratégias de polidez linguística como também estratégias argumentativas, uma vez que as escolhas linguísticas interferem e projetam uma imagem social, o *ethos*, que, de acordo com Goffman (1967), é negociada a todo o momento nas interações face a face, por isso os candidatos se valem, muitas vezes, de argumentos universais para atingir um auditório específico. Segundo o autor, isso ocorre porque todo ser humano, por viver no meio social no qual, necessariamente, interage com outros, é levado a projetar para si e para os outros, sob a forma de “representação ou encenação”, uma imagem

favorável de si. Tal imagem, que precisa manter e controlar durante as interações, visa determinar a linha de tratamento que exige ou espera dos demais, sob a forma de aceitação e valorização, uma vez que busca incorporar a esta imagem pública valores aprovados pela sociedade, reafirmando-os. Onde quer que esteja, quando interage com o outro, todo ser humano está sempre representando um papel social, que denota *status* e por meio do qual se torna conhecido e conhece a si mesmo.

Por fim, cremos que este estudo conseguiu responder de forma relativamente satisfatória aos questionamentos que levantou, a partir da perspectiva teórica adotada e das correlações e análise realizadas. É certo que a trajetória investigativa nos impõe escolhas teóricas e metodológicas que determinam o privilégio de certos aspectos do fenômeno investigado, em detrimento de outros, isto ocorre, pois, qualquer fenômeno estudado é sempre considerado a partir de determinado viés que se segue para analisá-lo, logo não há um ponto de vista absoluto. Neste estudo, colocamos em evidência o uso que os políticos fazem da língua ao que concerne à polidez linguística em uma linha argumentativa de preservação de imagens. Conjecturamos, no entanto, a possibilidade de futuros estudos que considerem outros tipos de análises e/ou estabeleçam diferentes relações possíveis.

REFERÊNCIAS

- ABREU, António Suárez. **A arte de argumentar**: gerenciando razão e emoção. 7. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2004.
- AGUIAR, Débora Reis; MENDONÇA, Fernando da Cunha; SILVA, Leilane Ramos da. A arquitetura da opinião em textos de alunos secundaristas e universitários: a modalização como estratégia. *In: 6º Encontro de Formação de Professores (ENFOPE) - 7º Fórum Permanente de Inovação Educacional (FOPIE)*. Edição Internacional, 2013, Aracaju. Anais do 6º Encontro de Formação de Professores. Aracaju: UNIT, 2013. v. 4. p. 1-13.
- AGUIAR, Débora Reis; SILVA, Leilane Ramos da. A soberania da modalização em textos opinativos: o que dizem os alunos sobre o Enem. *In: 25ª Jornada Nacional do GELNE*, 2014, Natal/RN. Anais da XXV Jornada Nacional do GELNE, Natal, RN, 01 a 03 de outubro de 2014, 2014. p. 1140-1149.
- ARAÚJO, Andreia Silva. **“Você me faria um favor?”** O futuro do pretérito e a expressão de polidez. Dissertação de Mestrado. São Cristóvão, 2014.
- ARAÚJO, Inês Lacerda. **Do signo ao discurso**: introdução à filosofia da linguagem. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.
- ARMENGAUD, Françoise. **A pragmática**. Trad. Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola, 2006. p. 09-20.
- AQUINO, Zilda Gaspar Oliveira de. **Conversação e Conflito**: um estudo das estratégias discursivas em interações polêmicas. Vol II - Anexos. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 1997.
- AQUINO, Zilda Gaspar Oliveira de. Reflexões sobre a argumentação no discurso político. *In: SILVA, L.A (org.). A língua que falamos*. Português: história, variação e discurso. São Paulo: Globo, 2005, p. 105-118.
- BAKHTIN, Michael. **Estética da Criação Verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- BROWN, P.; LEVINSON, S. **Politeness**: some universals in language usage. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.
- CASTILHO, Ataliba F. de; CASTILHO, Célia M. M. de. Advérbios Modalizadores. *In: ILARI, Rodolfo (org.). Gramática do português falado*. 2 ed. Campinas – SP: Editora da UNICAMP, 1993.
- CASTILHO, Ataliba F. de; ELIAS, Vanda Maria. Adjetivos. Advérbios. *In: CASTILHO, Ataliba F. de; ELIAS, Vanda Maria. (Org.). Pequena Gramática do português Brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2012.
- CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso político**. Tradução Dilson Ferreira da Cruz e Fabiana Komesu. São Paulo: Contexto, 2013.
- CITELLI, Adilson. **Linguagem e persuasão**. 16 ed. São Paulo: Ática, 2004.
- CERVONI, Jean. **A enunciação**. Tradução de L. Garcia dos Santos. São Paulo: Ática, 1989.
- COSTA, Sérgio Roberto. **Dicionário de Gêneros Textuais**. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.
- DASCAL, Marcelo. Pragmática e intenções comunicativas. *In: Interpretação e compreensão*. Tradução de Márcia Heloísa Lima da Rocha; supervisão de tradução: Marcelo Dascal. São Leopoldo – RS: Editora da Unisinos, 2006. p. 27-53.

- DASCAL, Marcelo. **Fundamentos metodológicos da linguística: problemas, críticas, perspectivas da linguística**. Vol. IV. Pragmática. São Paulo, UNICAMP, 1982. p. 07-22.
- DIAS, L. S. Teorias de Polidez. *In: DIAS, L. S. Estratégias de polidez linguística na formulação de pedidos e ordens contextualizados: um estudo contrastivo entre o português curitibano e o espanhol montevidense*. Tese (Doutorado). Curitiba: UFPR, 2010. 209 p. - Coordenação de curso de Pós-Graduação em Letras, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010, p. 28-57.
- DICIONÁRIO MICHAELIS. **Significado dos adjetivos**. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php>>. Acesso em: 16 jan. 2016.
- DOLZ, J.; SCHNEUWLY, B. **Gêneros Orais e Escritos na Escola**. Tradução provisória de Roxane Rojo. São Paulo: Mercado das Letras, 2007.
- ESCANDELL-VIDAL, V. Cortesía, fórmulas convencionales y estrategias indirectas. *In: Revista española de lingüística*. n. 25, 1995. p. 31-66.
- FÁVERO, L. L.; ANDRADE, M. L. C. V.; AQUINO, Z. G. O. de. Discurso e interação – a reformulação nas entrevistas. *In: DELTA – Revista de Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada*. São Paulo, v. especial, 1998. p. 91-104.
- FERREIRA, Luiz Antônio. **Leitura e persuasão: princípios de análise retórica**. São Paulo: Contexto, 2010.
- FIORIN, José Luiz. **Argumentação**. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2015.
- GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Trad. NUNES, M. B de M. L. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008.
- GOFFMAN, Erving. On Face-Work. *In: Interaction ritual: essays on face-to-face behavior*. New York: Doubleday Anchor, 1967. p. 5-45.
- GRICE, H. P. Lógica e Conversação. *In: DASCAL, M. (ed.). Fundamentos metodológicos da linguística: problemas, críticas, perspectivas da linguística*. Tradução: João Wanderlei Geraldi. São Paulo: UNICAMP, 5, 1982 [1975]. p. 81-103.
- GUIMARAES, E. R. J. Sobre os caminhos da pragmática. *In: Sobre pragmática*. Revista das Faculdades Integradas de Uberaba – FIUBE. Série Estudos, n9, 1983. p.15-28.
- HOFFNAGEL, Judith C. A modalização epistêmica no processamento textual da fala. *In: Koch, Ingedore G. Villça; KAZUÊ, Saito Monteiro de Barros. Tópicos em linguística e análise da conversação*. Natal: EDUFRRN, 1999.
- HOLMES, J. Politeness strategies as linguistic variables (2006). *In: MEY, J. L. (ed.). Concise encyclopedia of pragmatics*. 2 ed. Oxford: Elsevier, 2009. p. 711-723.
- KERBRANT-ORECCHIONI, Catherine. **Análise da conversação: princípios e métodos**. Trad. FILHO, C. P. São Paulo: Parábola, 2006.
- _____. Es universal la cortesía? *In: BRAVO, D.; BRIZ, A. (EDS.). Pragmática sociocultural: estudios sobre el discurso de cortesía en español*. Barcelona: Ariel, 2004. p. 39-53.
- _____. **Les interactions verbales 1: Approche interactionnelle et structure des conversations**. Paris: Armand Colin, 1990. (edição revista).
- KOCH, Ingedore G. Villça; ELIAS, Vanda Miranda. Fala e escrita. *In: KOCH, Ingedore G. Villça; ELIAS, Vanda Miranda (Org.). Ler e escrever: estratégias de produção textual*. 2 ed. São Paulo, Contexto, 2011.

- KOCH, Ingedore G. Villaça. Linguagem e Argumentação. *In*: KOCH, Ingedore G. Villaça (org.). **A inter-ação pela linguagem**. 7 ed. São Paulo: Contexto, 2010. p. 29-73.
- _____. **Argumentação e linguagem**. 7 ed. São Paulo: Cortez Editora, 2006.
- _____. **A inter-ação pela linguagem**. São Paulo: Contexto, 2001.
- _____. **O texto e a construção dos sentidos**. 3 ed. São Paulo: Contexto, 2000.
- LEVINSON, S. C. O âmbito da Pragmática. *In*: **Pragmática**. Trad. BORGES, L.C e MARI, A.; revisão: MARI, A.; revisão técnica: ILARI, R. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- MAINGUENEAU, Dominique. **Pragmática para o discurso literário**. Tradução de Marina Appenzeller. Revisão da tradução: Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Da fala para a escrita: atividades de retextualização**. São Paulo: Cortez, 2004.
- _____. **Análise da conversação**. São Paulo: Ática, 2007.
- MOSCA, Lineide do Lago Salvador. Velhas e Novas Retóricas: convergências e desdobramentos. *In*: MOSCA, L. L. S. (org.). **Retóricas de ontem e de hoje**. 2 ed. São Paulo: Humanitas Editora/FFLCH/USP, 2001. p. 17-54.
- NASCIMENTO, Jaqueline dos Santos. **Relações de sexo/gênero e polidez linguística na fala de universitários de Lagarto/SE**. Dissertação de Mestrado. São Cristóvão: UFS, 2016
- NEVES, Maria Helena Moura. A modalidade. *In*: KOCH (org.). **Gramática do português falado**. ed. rev. Campinas, SP: Editora UNICAMP, 2002.
- _____. **Texto e Gramática**. São Paulo: Contexto, 2010.
- OSAKABE, Haquira. **Argumentação e Discurso Político**. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- PERELMAN, Chaim; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado da argumentação: a nova retórica**. Tradução Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- PINTO, J. P. Pragmática. *In*: MUSSALIN, F.; BENTES, A. C (orgs.). **Introdução à linguística: domínios e fronteiras**. Vol. 2. São Paulo: Cortez, 2001. p. 47-68.
- REBOUL, Oliver. **Introdução à retórica**. Trad. Ivone Castilho Beneditti. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- REDE GLOBO DE PRODUÇÕES. **Debate presidencial**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/eleicoes/2014/transcricao-debate-presidencial-2-turno.html>>. Acesso em: 04 jul. 2017.
- SANTANA, Isabela Marília. **O acordo retórico e a construção textual da persuasão: o discurso político**. Dissertação de Mestrado. São Cristóvão: UFS, 2015.
- SANTOS, Jorge Henrique Vieira. **Polidez e inclusão: o “ser” e o “parecer” no discurso de professores sobre a inclusão da pessoa com deficiência na escola**. Dissertação (Mestrado em Letras). São Cristóvão: UFS, 2012.
- SILVA, Leilane Ramos da. **O estatuto discursivo das CLCD(s): um diálogo com a Teoria dos Atos de Fala**. Tese de Doutorado. João Pessoa: PPGL, 2005.
- SILVA, Leilane Ramos da; SILVA, Regineide Edileuza da. Argumentação, modalidade e sentido: o estatuto da opinião no texto do aluno. *In*: CORRÊA, Lêda Pires et al (orgs.). **O texto em perspectiva**. São Cristóvão: Editora da UFS, 2009. p. 151-170.

VAN DIJK, Teun A. Contexto e cognição. *In: Cognição, discurso e interação*. São Paulo: Contexto, 1992. p. 74-98.

VILELA, Ana. Trem bala. Disponível em: <<https://www.lettras.mus.br/ana-vilela/trem-bala/>>. Acesso em: 17 ago. 2017.

WATTS, R. J. **Politeness**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

ANEXO A – DEBATE ORAL ENTRE OS PRESIDENCIÁVEIS: DILMA E AÉCIO

1º BLOCO

WILLIAM BONNER: Olá, boa noite. Está começando o último debate entre os candidatos à Presidência da República na eleição de 2014. E com uma novidade em relação aos outros debates que nós fizemos. Aqui no estúdio nós temos 70 eleitores indecisos, selecionados pelo Ibope em todas as regiões do Brasil. Eles escreveram perguntas sobre 14 temas de interesse geral. Aí foram selecionadas as 12 questões mais representativas. E aqui, ao vivo, eu vou sortear oito delas. O próprio autor é quem vai fazer a pergunta diretamente ao candidato, exatamente como ela foi formulada e referendada por um funcionário do Ibope. Essa regra impede que o eleitor improvise ou acrescente algo àquilo que ele mesmo escreveu. Porque, se isso acontecer, aí o microfone dele será desligado e eu vou sortear outro eleitor para perguntar. Os eleitores aqui presentes participam de dois blocos do programa e a novidade que eu mencionei está nos outros dois blocos desse debate: o confronto direto entre os candidatos. Nós tivemos um problema aí com as regras, mas eu vou explicar aqui, ao vivo, como vai funcionar isso. No primeiro e no terceiro blocos desse debate os candidatos fazem perguntas um para o outro. Meio minuto para pergunta, um minuto e meio para resposta, 50 segundos para a réplica e 50 segundos para a tréplica. Cada um dos candidatos terá direito a fazer três perguntas para o adversário. Como eu disse, no primeiro bloco e no terceiro. No segundo bloco e no quarto bloco, aí as perguntas serão feitas pelos nossos eleitores indecisos aqui presentes. Eu vou sortear o nome de um eleitor, ele vai se levantar, fazer a pergunta em 30 segundos. Aí segue a pergunta ao candidato a quem ele fizer a pergunta e essa pessoa já terá sido determinada previamente por sorteio. O candidato a quem ele fizer a pergunta terá um minuto e meio para a resposta e 50 segundos para que o adversário faça uma réplica e 50 segundos para a tréplica. Todos os tempos serão cronometrados, como temos feito habitualmente aqui. Eu quero lembrar também que esse debate está sendo transmitido na internet, pelo G1, que é o portal de notícias da TV Globo. Muito bem, neste ponto do debate eu tenho que esclarecer que aquele que se sentir ofendido pessoalmente ou caluniado, numa tréplica poderá pedir o direito de resposta e ele será analisado. Se a produção do programa considerar procedente esse pedido, aí o candidato ofendido terá um minuto para fazer a sua defesa. Os convidados atrás de mim aqui devem se manter em silêncio para não prejudicar os candidatos, para não prejudicar você que está nos acompanhando pela televisão, e como eu já disse, nós estamos também ao vivo na internet, em g1.com.br. Agora vamos receber os candidatos à Presidência. Aécio Neves, do PSDB, e Dilma Rousseff, do PT. Muito obrigado pela presença dos dois candidatos. Agradeço os dois. Boa noite, candidata Dilma.



DILMA ROUSSEFF: Boa noite, Bonner.

WILLIAM BONNER: Boa noite, candidato Aécio Neves.



AÉCIO NEVES: Boa noite, Bonner.

WILLIAM BONNER: Muito bem. Pelo nosso sorteio, quem deverá começar fazendo perguntas é o candidato Aécio Neves. É o senhor. Peço aos dois que se aproximem e venham

até o púlpito. É o senhor que abre este debate fazendo a primeira pergunta à candidata Dilma Rousseff. A pergunta, como eu disse, tem 30 segundos.

PERGUNTA 1



AÉCIO NEVES: Candidata, essa campanha vai passar para a história como a mais sórdida das campanhas eleitorais do nosso sistema democrático. A calúnia, a infâmia, as acusações irresponsáveis foram feitas não só em relação a mim, com relação ao Eduardo Campos, em relação à Marina, agora em relação a mim. Isso é um péssimo exemplo. Mas eu lhe faço uma pergunta, candidata. A revista hoje publica que o delator, um dos delatores do “petrolão”, disse que a senhora e o ex-presidente Lula tinham conhecimento da corrupção na Petrobras, uma oportunidade da senhora responder aos brasileiros. A senhora sabia, candidata, da corrupção na Petrobras?



DILMA ROUSSEFF: Candidato, é fato que o senhor tem feito uma campanha extremamente agressiva a mim. Isso é reconhecido por todos os eleitores. Agora essa revista que fez e que faz sistematicamente oposição a mim, faz uma calúnia e uma difamação do porte que ela fez hoje. E o senhor endossa. Candidato, a revista Veja não apresenta nenhuma prova do que faz. Eu manifesto aqui a minha inteira indignação. Porque essa revista tem o hábito de nos finais das campanhas na reta final, tentar dar um golpe eleitoral e isso não é a primeira vez que ela fez. Fez em 2002, fez em 2006, fez em 2010 e agora faz em 2014. O povo não é bobo, candidato. O povo sabe que está sendo manipulada essa informação porque não foi apresentada nenhuma prova. Eu irei à Justiça para defender-me e ao mesmo tempo tenho certeza de que o povo brasileiro vai mostrar a sua indignação no domingo votando e derrotando essa proposta que o senhor representa e que é o retrocesso no Brasil.



AÉCIO NEVES: Candidata, eu apenas dei a senhora a oportunidade de apresentar sua defesa, não acredito que a acusação à revista ou a tentativa do seu partido de tirá-la de circulação seja a melhor resposta. A delação premiada traz ao réu o benefício dele obviamente apresentar provas, caminhos que levem à comprovação das acusações e nós temos que aguardar que isso ocorra. Uma outra revista, para ver que não há um complô contra a senhora, lança hoje na sua capa, a revista Isto É, fala da campanha da mentira, da campanha da infâmia. Hoje aqui no Rio de Janeiro, na sede do seu partido, foram apreendidos boletins apócrifos contra a minha candidatura. No Nordeste brasileiro, carros de som estão circulando dizendo que se o eleitor votar no 45, ele está automaticamente desligado do Bolsa Família. A senhora se orgulha, candidata, de uma campanha nesse nível?



DILMA ROUSSEFF: Candidato, eu fico muito estarrecida com o senhor, porque eu na minha vida política, na minha vida pública, jamais persegui jornalista, jamais reprimi a imprensa. Tenho respeito pela liberdade da imprensa, porque eu vivi os tempos escuros desse país. Agora candidato, eu acredito que o senhor cita duas revistas candidato, que nós sabemos para quem fazem campanha. E agora acredito que a partir de segunda-feira vai desaparecer essa acusação.

Agora, eu não vou deixar que ela desapareça. Eu vou investigar os corruptos e os corruptores, e os motivos pelos quais isso chegou a esse ponto.

WILLIAM BONNER: A candidata Dilma agora faz a pergunta ao candidato Aécio.

PERGUNTA 2



DILMA ROUSSEFF: Candidato, o Brasil é um país que se destaca hoje no mundo pelo fato de ter criado milhões de empregos. Nós não só criamos empregos, como também tivemos um aumento significativo da renda neste mês de setembro, 1,5% real. O senhor concorda com o que fala o seu candidato a Ministro da Fazenda, que diz que o salário mínimo está alto demais?



AÉCIO NEVES: Candidata, não é justo colocar palavras na boca de alguém que não está aqui para respondê-la. Eu tenho orgulho enorme do meu candidato a Ministro da Fazenda. A senhora parece que não tem do seu, até porque já demitiu o atual Ministro da Fazenda. Mas o Brasil, candidata, é visto sim pela comunidade internacional como um dos países que menos cresce na nossa região. Temos uma taxa de investimentos hoje de 16,5% do PIB, a pior da década, porque o seu governo afugentou os investimentos e a inflação, infelizmente, está de volta. A situação do Brasil é extremamente grave, candidata e é preciso que o seu governo reconheça isso, porque os mercados, outros países, os brasileiros já reconhecem. O governo do PT e o governo da candidata Dilma Rousseff fracassou na condução da economia, pois nos deixará uma inflação saindo de controle, por mais que ela não reconheça, um crescimento pífio, fracassou na gestão do estado nacional. O Brasil é hoje um cemitério de obras abandonadas, inacabadas, e com sobre preço de fortes denúncias de desvios por toda a parte, e fracassou na melhoria dos nossos indicadores sociais. Lamentavelmente candidata, esse é o retrato do Brasil real, não é o retrato do Brasil da propaganda do seu marqueteiro. Mas nós vamos muito mal na saúde ou a senhora acha que vai bem? Vamos mal na segurança pública, uma omissão criminosa do governo federal e vamos muito mal na educação. A senhora será a primeira presidente da República pós-plano real que deixará o país com uma inflação maior do que aquela que recebeu.



DILMA ROUSSEFF: Eu acho que o senhor está mal informado, porque quem deixou o país com uma inflação maior do que recebeu foi o governo tucano do Fernando Henrique. Além disso candidato, eu queria dizer que nós criamos empregos sim candidato e o senhor não pode questionar esse fato. São dados reais. Nós aumentamos o salário mínimo 71% em termos reais. Além disso candidato, na saúde quem não gastou o mínimo constitucional foi o senhor quando era governador, que ficou devendo R\$ 8 bilhões. Além disso candidato, eu quero deixar claro que eu tenho certeza que eu neste próximo mandato farei um governo muito melhor se for eleita, principalmente controlando a inflação.



AÉCIO NEVES: Vamos aguardar o eleitor decidir se a senhora vai ter o próximo mandato candidata.



DILMA ROUSSEFF: Eu disse se eu for.

WILLIAM BONNER: Por favor.



AÉCIO NEVES: Mas nós estamos aqui falando para milhões e milhões de brasileiros. A senhora acaba de dizer que o governo do presidente Fernando Henrique deixou a inflação maior do que recebeu. Em 94, candidata, a inflação era de 916% ao ano. O plano real que o seu governo, que o seu partido votou contra permitiu que ela chegasse a 7,5% e depois com a eleição do presidente Lula a 12,5%. Eu pergunto ao telespectador, você confiaria mais no governo que traz a inflação desse patamar de 916% ao ano ou deixar esse período do Lula na minha conta a 12% ou um que a entrega maior, como acontece no caso da presidente Dilma? A história a gente não reescreve presidente, o futuro sim. Esse nós podemos escrever de forma diferente do que está sendo escrito pelo seu governo.

WILLIAM BONNER: Sua pergunta agora candidato Aécio.

PERGUNTA 3



AÉCIO NEVES: Candidata, nós sabemos da absoluta carência de infraestrutura no Brasil por todas as partes. Falta tudo: ferrovias, hidrovias, faltam portos. O seu governo optou por financiar a construção de um porto em Cuba, gastando R\$ 2 bilhões do dinheiro brasileiro, do dinheiro do trabalhador brasileiro, enquanto nossos portos estão aí aguardando investimentos. Nenhum teve investimentos nesta linha. O que é mais grave: esse financiamento vem com carimbo de secreto, ele não é acessível à população brasileira. O que o seu governo tem a esconder, candidata, em relação ao financiamento do porto de Marial em Cuba?



DILMA ROUSSEFF: O meu governo nada, agora acredito que o seu tem muito o que esconder quando se trata dos gastos com publicidade, não claramente veiculados no que se refere aos jornais e à televisão da sua família. Acredito, senador, que é necessário a gente parar e olhar com muito a cautela essa questão do porto. Nós financiamos uma empresa brasileira, que gerou emprego no Brasil. Tanto que gerou emprego que foram dos 800 milhões contratados, nós conseguimos gerar quase 156 mil empregos. E quero lembrar ao senhor que também o governo Fernando Henrique financiou empresas brasileiras a exportar e colocar produtos tanto na Venezuela quanto em Cuba. Então eu não entendo o estarecimento do senhor. Agora, eu queria voltar à questão do emprego. Candidato, vocês deixaram o país com 11,4 milhões de pessoas desempregadas. Candidato, era a maior taxa, só perdia para a Índia, que tinha 41 milhões. Vocês bateram recordes de desemprego, recordes de baixos salários, e quando o senhor se refere à inflação, estou falando do governo Itamar, e não do Fernando Henrique.



AÉCIO NEVES: Mais um engano da senhora, mas volto a Cuba que é a minha pergunta. Talvez eu possa revelar hoje aqui ao Brasil as razões pelas quais o empréstimo é considerado secreto, diferente de todos esses outros a que a senhora se referiu. Recebi um documento hoje e estou solicitando que seja enviado à Procuradoria Geral da República para que faça a investigação documento do Ministério do Desenvolvimento Econômico que diz que o financiamento para Cuba, diferente do financiamento para outros países, onde o prazo para pagamento é de 13 anos, foi de 25 anos. E o mais grave, candidata, em todos esses financiamentos, a solicitação do governo brasileiro e do grupo técnico era de que as garantias fossem dadas em uma moeda forte, geralmente euro ou dólar, um banco internacional de credibilidade. E o governo brasileiro aceitou que essas garantias fossem dadas em pesos cubanos num banco na ilha de Cuba. É justo com o dinheiro brasileiro fazer favores a um país amigo que não respeita sequer a Democracia, candidata?



DILMA ROUSSEFF: Candidato, não tem Ministério do Desenvolvimento Econômico, tem o Ministério da Indústria e Comércio, e das Relações Internacionais. Então, eu queria te dizer o seguinte. Sempre que se financia uma empresa, as cláusulas de um financiamento diz respeito a essa empresa. As garantias, são elas, quem dá não é Cuba, quem dá a garantia é a empresa brasileira para o BNDES. Então, candidato, o que eu quero te dizer que você pondere. O governo Fernando Henrique fez o mesmo empréstimo. Nós também fizemos, mas beneficiamos quem, candidato? Empregos brasileiros, brasileiros que são empregados. Eu queria também que o senhor tivesse tanto zelo pela liberdade de informação no caso das empresas que o senhor tem em Minas.

PERGUNTA 4



DILMA ROUSSEFF: Candidato, o Minha Casa, Minha Vida é o maior programa habitacional do Brasil. O senhor tem feito algumas críticas a ele. Eu não entendo a razão das críticas uma vez que nós batemos todos os recordes construindo habitações no Brasil. Eu tenho certeza que nós iremos construir mais ainda se eleito. Eu gostaria que o senhor se pronunciasse a respeito de construções dentro da sua perspectiva de governo.



AÉCIO NEVES: Candidata, eu aproveito a pergunta sobre o Minha Casa, Minha Vida para mais uma vez denunciar o terrorismo que seu partido vem fazendo. Pessoas que estão na lista para serem beneficiadas pelo Minha Casa, Minha Vida estão recebendo mensagem dizendo que se votarem no PSDB sairão do cadastro. Não é verdade. Eu quero tranquilizar a todos os brasileiros e brasileiras porque nós não vamos apenas manter o Minha Casa, Minha Vida, nós vamos aprimorá-lo. Focando especialmente as regiões de mais baixa renda, onde o atual governo não avançou. Aquela de até três salários mínimos, que existia no início do seu governo um deficit de 4.000.100 moradias. Existe hoje um deficit próximo de 4 milhões. Essa será uma grande prioridade no nosso governo. E vamos fazer parcerias desburocratizadas, mais ágeis com os municípios brasileiros e com os estados brasileiros. Ninguém pode, candidata, querer se apropriar de programas como se fossem apenas seus. Vários programas são da sociedade brasileira e são pagos pelo dinheiro do trabalhador brasileiro. E nós vamos subsidiar, sim, programas sociais que têm alcance na vida real, na vida das pessoas. Nós não vamos fazer é o

bolsa empresário que ajuda apenas um grupo muito restrito de brasileiros em detrimento da grande maioria. Fique tranquila, candidata, fiquem tranquilos brasileiros, porque nós vamos avançar e avançar muito mais também no programa habitacional.



DILMA ROUSSEFF: Candidato, o senhor não entende, não conhece direito então esse programa. Porque o foco desse programa é em quem ganha uma renda até R\$ 1.600, mas ele abrange também quem ganha até R\$ 5.000. Candidato, vocês falaram o tempo inteiro que os bancos públicos vão ser redefinidos. Agora o senhor vem aqui e quer que as pessoas acreditem que vocês vão manter o subsídio. Eu não acredito nisso, candidato. Eu não acredito nisso, porque vocês sistematicamente, ao longo de todo o governo Fernando Henrique, foram contra o subsídio. Para a pessoa que está nos assistindo ter uma ideia, para os indecisos terem uma ideia, caso fosse a preço de mercado, a prestação seria R\$ 940. Dentro do Minha Casa, Minha Vida, o máximo é R\$ 80.



AÉCIO NEVES: Eu já disse mais de uma vez e quero dizer mais uma vez a milhões de brasileiros. Me honra muito essa comparação com o presidente Fernando Henrique, mas eu me chamo Aécio Neves. Eu disputo a Presidência da República para governar a partir de 1º de janeiro de 2015. E o tema que a senhora traz é um tema que merece aqui uma reflexão. Bancos públicos serão fortalecidos, não serão aparelhados no meu governo, candidata. Em 2003, o Banco do Brasil tinha três diretorias, entre presidência, vice-presidência e diretorias. Hoje tem, candidata, talvez a senhora nem saiba, 37, um terço delas ocupadas por filiados do PT. Essa é uma demonstração clara da perversidade do aparelhamento da máquina pública em benefício de um projeto de governo. Um vice-presidente está preso na Itália e o presidente atual alvo de gravíssimas denúncias.

PERGUNTA 5



AÉCIO NEVES: Candidata, vamos a um tema que interessa a todos os brasileiros: inflação. Vamos voltar a ele até porque é preciso que os brasileiros que nos assistem saibam que a senhora, nos últimos debates, reafirmou que a inflação no Brasil está sob controle. Eu não acredito nisso, candidata. Ela estourou o teto da meta e ao mesmo tempo a perversa equação que o seu governo deixará ao sucessor, estou preparado para ela, inflação alta e crescimento baixo. Dou-lhe mais uma oportunidade, o que eu seu governo fará se vencer as eleições para controlar a inflação, ou ela não é um problema?



DILMA ROUSSEFF: Candidato, eu vou reportar primeiro ao Banco do Brasil. Vocês deixaram o Banco do Brasil com uma grave dívida. Nós não, nós demos lucro no Banco do Brasil, profissionalizamos o Banco do Brasil. Vocês quebraram a Caixa, candidato, vocês quebraram o BNDES, reduziram tudo ao tamanho que vocês acharam que devia ter, ou seja, sem política industrial e sem política social. No caso da inflação, o senhor pode ter certeza, candidato, é meu compromisso o controle da inflação. Nos últimos dez anos nós mantivemos a inflação dentro dos limites da meta. Quem não mantinha a inflação dentro dos limites da meta,

sem o senhor apesar de agora desconhecer o governo Fernando Henrique, era líder do governo Fernando Henrique, quem não mantinha era o governo Fernando Henrique, que vocês querem botar na conta do Lula, que em 2002 era por causa do Lula que a inflação foi para 12,5%. Não senhor. Em 2001, ela estava já em 7,7%. Vocês chegaram à obra-prima, candidato, de aumentar imposto e deixar uma dívida muito maior do que a que vocês receberam. Candidato, não há termos de comparação entre o que nós fizemos e o que vocês fizeram. Nós enfrentamos a crise, não deixamos que a diminuição de salário recaísse na conta do povo brasileiro.



AÉCIO NEVES: Candidata, muito confusa essa sua explicação. Mas eu vou voltar à questão central. A senhora então quer dizer que o PT controlou a inflação? Não fomos nós com o Plano Real? A história não se reescreve, candidata. Nós fizemos naquele momento o que precisava ser feito. E tenho uma honra e um orgulho enorme de ter hoje como um aliado muito forte o presidente Fernando Henrique, aquele a quem a senhora teceu elogios que talvez eu não tenha tido a oportunidade de fazer. Mas vamos voltar ao presente, porque as pessoas que nos escutam hoje, que nos assistem no Brasil inteiro, querem que nós falemos de futuro. Quem tem responsabilidade e compromisso com o controle da inflação, com a gestão profissional dos bancos públicos somos nós. O seu governo deve à Caixa Econômica Federal mais de R\$ 10 bilhões, deve ao Banco do Brasil R\$ 8 bilhões no crédito safra, porque seu governo descontrolou a economia do país, candidata, essa é a realidade incontestável.

WILLIAM BONNER: Candidata, a sua tréplica.



DILMA ROUSSEFF: Eu quero reiterar que vocês quebraram os bancos públicos do Brasil. Quero reiterar que a Caixa, que era um dos maiores bancos do país, vocês minguiaram a Caixa. Vocês, candidato, eram contra fazer política social com subsídio. Agora o senhor vem para mim com esta conversa de que vão fazer política social. Me desculpe, candidato, eu não acredito, sabe por que? Porque a prática fala muito mais que palavras vazias. E a prática de vocês é uma. Quando vocês enfrentaram a crise, vocês jogaram a crise nas costas de quem? O povo lembra, candidato. Jogaram a crise nas costas do povo brasileiro. Com desemprego e baixos salários. Mais claro do que isso, candidato, é impossível. Nós não. Nós mantivemos emprego e mantivemos o salário.

WILLIAM BONNER: Candidata Dilma, a senhora pode fazer a última pergunta.

PERGUNTA 6



DILMA ROUSSEFF: Candidato, eu sempre gosto de perguntar a respeito do Pronatec. Por que que eu gosto do Pronatec, candidato? Porque o Pronatec ele resolve várias questões e desafios. Vocês fizeram uma lei proibindo que o governo federal fizesse e mantivesse escolas técnicas. Por isso fizeram, ao longo de oito anos, só 11 escolas técnicas. O senhor era líder do governo FHC. O senhor vai continuar com essa política?



AÉCIO NEVES: Eu não devia lhe corrigir em público, mas eu era líder do PSDB, mas vamos passar isso, deixar isso um pouco mais barato. É, mais ou menos candidata. Para quem não conhece o Congresso Nacional, talvez sim, mas é muito diferente, é muito diferente.

WILLIAM BONNER: Por favor. Vou pedir silêncio mais uma vez.



AÉCIO NEVES: Candidata, o Pronatec é uma inspiração e é bom reconhecer isso. É uma inspiração em programas como feito em São Paulo, as Etecs do governador Geraldo Alckmin, do governador José Serra, cuja presença aqui hoje eu agradeço. Da Pep em Minas Gerais, que foi um programa de ensino profissionalizante de Minas Gerais, inspiraram o Pronatec. Agora falta a fiscalização. Nessas últimas semanas as denúncias em relação ao Pronatec são graves, candidata. Em relação às estatísticas, porque vocês contabilizam o aluno quando ele entra, e se ele ficou ali uma semana, duas semanas e depois saiu, ele continua fazendo parte da estatística. Aliás, o seu governo é o governo das estatísticas desde que elas lhe sejam favoráveis. Nós vamos aprimorar esses programas, aumentando a carga horária. Mais de 70% têm uma carga horária de cerca de 160 horas. Venhamos e convenhamos, é muito pouco para a formação mais adequada ainda de um aluno. Eu quero mais, eu quero que o aluno frequente o Pronatec, mas ele complete seu ciclo de estudo no ensino médio, candidata. Isso sim vai permitir o Brasil dar um avanço na educação. O Pronatec é uma etapa apenas de um processo muito mais complexo e que tem que ser muito mais ousado e ambicioso do que esse que tem o seu governo.



DILMA ROUSSEFF: Candidato, o senhor não respondeu. Vocês em oito anos fizeram onze escolas técnicas federais. Nós, candidato, fizemos 422. O Lula, 214, e eu, 208. O meu número é só 1.600% maior do que vocês fizeram em oito anos. Candidato, sabe por que fazer escolas técnicas é tão importante? Porque ela é a base da parceria que nós fizemos com o sistema S. O Pronatec é um ensino gratuito e ele comporta tanto ensino técnico de nível médio quanto qualificação profissional. É gratuito, o material didático é gratuito, o transporte. Candidato vocês jamais tiveram essa dimensão. Aliás, o programa de vocês são programas piloto, pequenos e fragmentados.

WILLIAM BONNER: Ok, vamos ao fim então deste primeiro bloco do debate. Perdão, perdão, perdão, erro meu. Tréplica do candidato Aécio. Peço só um minuto, ainda estou com minhas anotações, errei com anotações.



AÉCIO NEVES: Está perdoado, Bonner.



DILMA ROUSSEFF: É da vida.

WILLIAM BONNER: Contando o tempo a partir de agora, por favor, candidato.



AÉCIO NEVES: Candidata, acho mais do que esses números decorados, essas estatísticas, vamos falar de educação, que é o essencial. O Brasil inteiro está nos escutando hoje. O que é

que esse governo fez que a qualidade da educação pública no Brasil avançasse? Absolutamente nada. Em qualquer ranking internacional, candidata, é vergonhosa a posição do Brasil. Inclusive em relação a nossos vizinhos. Eu, se eu puder vencer essas eleições e ser lembrado com uma marca, eu digo a todos os brasileiros, quero ser lembrado como o presidente que revolucionou a educação no Brasil. Vocês tiveram 12 anos e nada aconteceu. Eu governei Minas, com um orgulho enorme, candidata, por oito anos, e levei Minas Gerais, que não é o mais rico dos estados brasileiros, é o segundo mais populoso, a ter a melhor educação fundamental do Brasil. E quem fez, candidata, tem mais autoridade para dizer que vai fazer.

WILLIAM BONNER: Agora sim. Perdoem, mais uma vez candidatos, meu erro. Chegamos ao fim do primeiro bloco. Nós voltaremos a seguir com os eleitores indecisos fazendo perguntas para ambos os candidatos. Até já.

3º BLOCO

WILLIAM BONNER: Vamos continuar com o debate entre os candidatos à Presidência e, neste bloco, eles já estão posicionados porque voltam a fazer perguntas entre si. Na ordem determinada pelo sorteio prévio, quem abre essa rodada é Aécio Neves. Candidato, 30 segundos.



PERGUNTA 1



AÉCIO NEVES: Candidata, a diretora de assistência social do seu governo confirmou essa semana numa reunião com prefeitos em Minas Gerais que os repasses do Fundo Nacional de Assistência estão atrasados em três meses. Esse fundo na verdade ele atende aos programas mais fundamentais do seu governo, programas de assistência de repasse de recursos para entidades que prestam a primeira atenção às pessoas que mais necessitam. Em relação ao orçamento voltado às pessoas portadoras, com deficiência, que é o termo adequado, foi executado apenas 11% do que foi aprovado até aqui. O que vem acontecendo com seu governo, candidata?



DILMA ROUSSEFF: Candidato, acho que o senhor está muito mal informado. O meu governo tem feito um imenso esforço para levar atendimento de saúde, de educação e acessibilidade a pessoas com deficiência. Temos também tido todo um cuidado de, na assistência social, criar nos Cras, centros de referência a assistência social, criar toda uma

política de assistência social, o centro dessa política é o Bolsa Família, mas além do Bolsa Família, candidato, que nunca teve um atraso, nós temos uma série de outros programas complementares. Eu não tenho a menor dúvida em afirmar para o senhor, e aqui para os nossos eleitores indecisos, que o meu governo não atrasa programas sociais, nunca atrasou nem contingenciou. E quero dizer mais uma coisa para vocês. Enquanto vocês no Bolsa Família por todos os oito anos do governo Fernando Henrique gastaram R\$ 4,2 bilhões, nós gastamos R\$ 4,2 bilhões em apenas dois meses de pagamento do Bolsa Família. Não tem a menor dimensão, nem comparativa, com o governo que vocês fizeram.



AÉCIO NEVES: Lamento, candidata, que a senhora esteja tão mal informada em relação ao seu governo. Estão, sim, atrasados os repasses aos municípios brasileiros. Quero me dirigir aos municípios brasileiros, aos prefeitos que sabem exatamente o que estou dizendo, que no nosso governo isso não vai acontecer. Que as pessoas com deficiência terão prioridade na liberação dos recursos. 11% apenas executados até o final do mês de outubro. Tenho conversado muito, candidata, com parceiros e amigos meus que se dedicam sua vida a essa questão, Mara Gabrilli, Otávio Leite, Eduardo Barbosa, agora o meu amigo Romário, cujo apoio aqui agradeço. Assumi com eles um compromisso, no nosso governo as Apaes serão fortalecidas, diferente do seu governo que tentou extingui-las. E esses repasses da garantia das transferências nesses recursos será prioridade absoluta no meu governo. Pode faltar para outras, coisas, para essa não faltará.



DILMA ROUSSEFF: O seu governo candidato, eu tenho certeza, os seus governos, tanto do PSDB como em Minas Gerais, vocês jamais repassaram para as Apaes o que nós repassamos em todo meu período de governo: R\$ 5,9 milhões. Isto, candidato, está escrito e registrado. Nós fizemos com as Apaes o maior programa dentro do que nós entendemos como viver sem limites. Ao mesmo tempo, candidato, nós oferecemos para as pessoas com deficiência toda uma assistência e uma atenção, seja no que se refere à saúde como educação. Além disso, candidato, tem um dado importantíssimo, a nossa política para as pessoas com deficiência reconhece nas pessoas com deficiência cidadãos brasileiros.

WILLIAM BONNER: Tempo encerrado, vamos agora a sua pergunta para o candidato Aécio.

PERGUNTA 2



DILMA ROUSSEFF: Candidato, em qualquer governo, tenho certeza que os eleitores indecisos aqui sabem disso, é fundamental é planejar, quem não planeja não consegue enfrentar os desafios que ocorrem principalmente num governo. Eu gostaria de saber como o senhor enxerga essa questão da água em São Paulo. Houve ou não houve falta de planejamento, candidato?



AÉCIO NEVES: Certamente que houve, candidata, e segundo o TCU, no seu governo, porque o Tribunal de Contas da União aciona órgãos do seu governo. O que nós estamos tendo, candidata, não é apenas em São Paulo, estamos tendo em toda região Sudeste ausência de água, e a senhora sabe muito bem que nós tivemos a maior crise hídrica dos últimos 80 anos, falta de

chuva. O governo de São Paulo, diferente do governo federal buscou fazer o que estava em suas mãos, e o eleitorado de São Paulo decidiu quem estava com a razão, quem realmente falava com sinceridade. O seu candidato aqui em São Paulo, candidata, fez campanha demonizando a ação do governo estadual, onde o governador Geraldo Alckmin foi eleito e propôs iniciativas como um bônus para aqueles que economizassem água. Cerca de 80% dos paulistas aderiram. Infelizmente, não tivemos a parceria da Ana, por que será que a Agência Nacional de Água não estava aqui planejando? Será porque por indicações da senhora Rosimere levaram os diretores da Ana ao presídio ao invés de trazê-lo a São Paulo para planejar com o governador de São Paulo? Candidata, esse aparelhamento da máquina pública é a face mais perversa do seu governo e do governo anterior. Os técnicos foram substituídos por apadrinhados políticos. A Agência Nacional de Água e posso citar outras na sequência se a senhora quiser não foram ali colocadas pessoas pela sua qualificação, mas por sua indicação, faltou parceria do governo federal nessa questão candidata.



DILMA ROUSSEFF: Candidato, o fato é que a água é responsabilidade do estado. Nós somos parceiros. Nós, nesse caso agora do projeto de São Lourenço, que é o único que o governo do estado apresentou, nós demos o dinheiro para fazer o projeto e estamos financiando R\$ 1,8 bilhão. Candidato, não planejar no estado mais rico do país é uma vergonha, é uma vergonha, candidato, porque o Nordeste enfrentando a mesma seca e em nenhum você tem um quadro com essa gravidade. Aí, o senhor vai me desculpar, mas eu vou concordar com o humorista José Simão, vocês estão levando o estado para ter o programa “Meu banho, minha vida”. É isso que vocês conseguiram.

WILLIAM BONNER: A tréplica do candidato Aécio Neves, eu peço silêncio.



AÉCIO NEVES: Candidata, a ausência de planejamento não é uma vergonha nos estados mais ricos, é uma vergonha em todas as regiões do Brasil, e essa é a marca do seu governo, candidata. A transposição do rio São Francisco, que levaria água para as regiões mais carentes do país. Era para ter ficado pronto em 2010, nós estamos em 2014 e aqueles que estão lá próximos das obras não acreditam mais que verão uma gota d’água. Mas eu, ao assumir a presidência da República, estejam certos que esta obra será concluída. A Transnordestina, candidata, falta de planejamento, orçada em R\$ 4 bilhões, já se gastou mais de R\$ 8 bilhões, ninguém sabe quando ficará pronta. Abreu e Lima candidata, uma obra orçada em R\$ 4 bilhões, já se gastou mais de R\$ 30 bilhões, onde é que houve o planejamento, candidata? Seu governo é o da ausência de planejamento. Por isso nós temos hoje um custo Brasil altíssimo, baixíssimos investimentos sem logística e quem é punido por isso é o cidadão brasileiro.

WILLIAM BONNER: Candidato, o senhor pode fazer agora a pergunta à candidata Dilma Rousseff.

PERGUNTA 3



AÉCIO NEVES: Candidata, eu tenho dito que é preciso que façamos uma reforma política no Brasil. Entre todas propostas que tenho apresentado, conheço as suas, acredito que temos que acabar com a reeleição, vivemos a experiência da reeleição, e o seu governo acabou por desmoralizá-la. A “Folha de São Paulo” publicou há poucos dias que numa

sexta-feira, dos seus 39 ministérios apenas 15 ministros estavam trabalhando, e que a senhora ao longo dos últimos 35 dias, segundo o jornal de hoje, foi duas vezes ao Palácio do Planalto. Quem tá governando o Brasil?



DILMA ROUSSEFF: Candidato, eu governo o Brasil e governo sistemática e diuturnamente, candidato. Agora, eu acredito que a questão da reforma política não é a reeleição, não. Se de fato o senhor está interessado em combater a corrupção, a questão mais séria da reforma política é o fim do financiamento empresarial das campanhas, porque com o fim do financiamento empresarial nós acabaremos com a influência do poder econômico sobre as eleições brasileiras. Isto, candidato, é que é uma vergonha! Além disso, candidato, eu sou a favor da paridade homens e mulheres, e aqui tem as mulheres indecisas que sabem a importância da representação feminina. Sou a favor do fim da coligação na eleição proporcional e sou a favor dos dois turnos na eleição proporcional, que é a proposta da CNBB e da OAB. Candidato, eu acho que o senhor não tem interesse na reforma política, porque a única coisa que o senhor fala é sobre reeleição. Quando, vocês são interessantes, vocês foram e criaram a reeleição. Existe, inclusive, todo um processo por corrupção que era a compra de votos para a aprovação da reeleição, e agora o senhor me vem com essa, que o senhor é contra a reeleição.

WILLIAM BONNER: Tempo, candidata.



DILMA ROUSSEFF: Que o senhor é contra a reeleição.



AÉCIO NEVES: Candidata aqui nos brinda com uma pérola. Quer dizer que a senhora é contra o financiamento privado.



DILMA ROUSSEFF: Empresarial, candidato.

WILLIAM BONNER: Candidata, a senhora precisa aguardar que ele responda.



AÉCIO NEVES: Vamos manter as regras?

WILLIAM BONNER: Vamos retomar do começo, 50 segundos para o candidato Aécio Neves.



AÉCIO NEVES: Agradeço sua gentileza e a da candidata. Candidata, o ano passado, um ano não eleitoral, o seu partido, o PT, recebeu 80 milhões de reais em doações empresariais, candidata. Que o senhor seu partido não tem autoridade para falar sobre isso. A sua campanha é uma campanha milionária. Agora, às vésperas do segundo turno, o seu coordenador financeiro da campanha pediu para aumentar o teto de gastos, porque não tinha mais onde colocar dinheiro, candidata. Eu não, eu sempre defendi limitações no financiamento privado e defendi o voto

distrital misto, e defendi a cláusula de desempenho, algo, inclusive, que foi aprovado no tempo em que eu estava na Câmara dos Deputados. A senhora apresenta uma proposta que eu gostaria de conhecê-la, porque não sei como funcionaria, dois turnos de eleição proporcional, essa é a primeira vez que ouço. As nossas propostas para reforma política estão claras, entre elas, o fim da reeleição e mandatos de cinco anos para todos os cargos públicos.

WILLIAM BONNER: Candidato, o seu tempo está esgotado. Tréplica da candidata Dilma.



DILMA ROUSSEFF: Candidato, fim do financiamento empresarial é diferente do fim do financiamento privado, sabe por que, candidato? Você pode ter financiamento de pessoas físicas, não pode de empresas, candidato. Isso acontece em várias democracias do mundo. Candidato, eu fico muito surpresa com as posições do senhor. Eu acredito que hoje nós sabemos que, se não for investigado e se não for punido, o crime de corrupção vai se reproduzir. Um dos fatores responsáveis pelos crimes de corrupção é que no Brasil o financiamento empresarial das campanhas coloca dentro das campanhas, de todas, candidato, o fator do poder econômico e isso parece que o senhor é a favor dele.

WILLIAM BONNER: Tempo esgotado. A senhora já pode fazer a pergunta para o candidato Aécio.

PERGUNTA 4



DILMA ROUSSEFF: Vou fazer. Candidato, nós temos uma, damos muita importância à agricultura no Brasil. Durante o meu governo, nós tivemos um aumento muito grande da safra, vocês... Em 2002, tiveram um financiamento de 30 bilhões, hoje nós temos um financiamento para a agricultura de 180 bilhões, se o senhor for eleito quais são as principais medidas que o senhor tomará nessa área?



AÉCIO NEVES: Candidata, mais uma vez o convite eu lhe faço: vamos olhar para frente. Não vamos aqui debater olhando no retrovisor da História, cada governo em seu tempo fez aquilo que julgava essencial. O PSDB, para muito orgulho nosso, fez o maior programa de distribuição de renda desse país que foi o Plano Real, a estabilidade econômica que tirou o flagelo da inflação das costas dos cidadãos brasileiros. E o meu compromisso com o agronegócio não é um compromisso que vem de agora, é um compromisso que eu trago comigo desde a minha formação em Minas Gerais, nós vamos ter uma política agrícola baseada no crédito, no seguro e no respeito, na segurança jurídica no campo, candidata. A senhora permitiu que no seu governo um dos setores de maior potencialidade do país, o etanol, fosse destruído, cerca de 70 usinas deixaram de moer, o desemprego chega, candidata, no Nordeste brasileiro, nas regiões mais pobres que fornecem a cana-de-açúcar. Nós temos que ter uma política agrícola, candidata, que em primeiro lugar tire o Ministério da Agricultura desse loteamento político a que ele foi submetido. Eu tenho dito que criarei o “Superministério” da Agricultura e lá estarão pessoas conectadas com o setor, pessoas que têm autoridade para sentar-se com o ministro da Fazenda, para definir política econômica, com o ministro do Planejamento, para definir orçamento e com o ministro da Infraestrutura, porque esse era um ministério criado no meu governo para definir os investimentos em logística que garantam maior competitividade a quem produz no Brasil, candidata.



DILMA ROUSSEFF: Candidato, vocês deixaram a agricultura a pão e água. Candidato, uma pessoa ela fala para o futuro, mas ela tem de mostrar suas credenciais. Quando eu falo para o futuro eu mostro as minhas credenciais, as credenciais de vocês no caso da agricultura é poucos recursos, pouquíssimos! Financiamentos a juros elevados, não tinha política de seguro, não tinha política de assistência técnica e não davam a menor importância ao agricultor familiar, não davam importância a um dos segmentos mais importantes do Brasil que responde por 70% dos alimentos. Então, candidato, me desculpa, mas o senhor falou, falou e não apresentou nada de concreto. Nem no presente, agora, tampouco para o futuro.



AÉCIO NEVES: Candidata, não tente reescrever a História, o Pronaf foi criado no nosso governo, o mais importante instrumento da agricultura familiar que esse país já viu. A grande, verdade, candidata é quem olha muito para o passado é porque quer fugir do presente, ou não tem nada a apresentar em relação ao futuro. Vamos debater o Brasil daqui para frente. A crise é gravíssima em todos os setores, o Brasil é um país extremamente produtivo da porteira para dentro, da porteira para fora falta tudo, candidata, falta ferrovias, faltam hidrovias, faltam rodovias, portos, já que os recursos estão indo para portos fora do Brasil e é preciso que haja planejamento para que nós façamos o quê? Um combate, um combate quase que uma guerra ao custo Brasil, quem produz no Brasil não tem competitividade, nós estamos perdendo o mercados fora do Brasil, porque o seu governo optou por um alinhamento ideológico a nossa política externa que não abriu um novo mercado ao Brasil.

WILLIAM BONNER: Candidato, o senhor pode fazer a pergunta já na sequência à candidata Dilma.

PERGUNTA 5



AÉCIO NEVES: Candidata, há algum tempo atrás o mediador desse debate, William Bonner, ele fez uma pergunta que a senhora não respondeu, eu gostaria que agora a candidata Dilma Rousseff, que está aqui, pudesse responder aos brasileiros: não há nenhum brasileiro, candidata, que não tenha uma opinião clara sobre o que aconteceu no mensalão, ou contra ou a favor, eu, por exemplo, acho que os condenados foram condenados, porque cometeram irregularidades, membros do seu partido, acham que eles são heróis nacionais. Para a candidata Dilma Rousseff, o seu José Dirceu por exemplo foi punido adequadamente ou é herói nacional?

WILLIAM BONNER: Tempo candidato.



DILMA ROUSSEFF: Candidato, se o senhor me responder por que é que o chamado mensalão tucano mineiro até hoje não foi julgado, por que é que o senhor Renato Azeredo, aliás, Eduardo Azeredo, pediu, pediu renúncia do seu cargo para o processo voltar para a primeira instância, o senhor estaria sendo de fato uma pessoa correta. Mas não, o senhor faz uma política e adota uma estratégia nesse debate que é uma estratégia estranhíssima. Primeiro, o senhor fala no Pronaf, o Pronaf do seu governo era 2 bilhões, o Pronaf do meu governo é 24 bilhões, há uma

diferença, candidato, expressiva. Da mesma forma, houve o julgamento do mensalão ligado ao meu partido. É necessário dizer que eles foram condenados e foram para a cadeia. No entanto, o mensalão do seu partido não teve nem condenados nem punidos. É essa a realidade, candidato, não fuja dela! O senhor é o primeiro a falar em corrupção, mas eu posso enumerar todos os processos de vocês que nunca foram julgados e as pessoas estão soltas. O processo do Sivam, todos soltos. O processo da Pasta Rosa, todos soltos. O processo dos trens de São Paulo, todos soltos.

WILLIAM BONNER: Seu tempo, candidata.



AÉCIO NEVES: Candidata, a senhora traz agora, além da negação da resposta do que eu perguntei, acho o que Brasil merece saber o que a cidadã, o que a candidata Dilma acha em relação à condenação do mensalão, não sei por que tanto constrangimento, mas a senhora traz aqui duas afirmações muito perigosas, candidata. A primeira delas é em relação a essas denúncias, porque a senhora era dona da mesa e da gaveta e o seu partido ao longo desses 12 anos, se existia algum indícios de irregularidade, a obrigação do governante é mandar abrir investigações. Vocês não fizeram isso. Se a senhora quer falar com o mensalão mineiro o chamado mensalão mineiro, vamos aguardar que ele seja julgado, mas a senhora agora comete um grave, talvez até uma... A senhora antecipou algo que possa, que pode amanhã lhe criar constrangimentos, porque o principal acusado do mensalão mineiro é o coordenador da sua campanha em Minas Gerais.

WILLIAM BONNER: Tempo candidato.



AÉCIO NEVES: O senhor Walfrido dos Mares Guia, que voou no avião presidencial com a senhora.

WILLIAM BONNER: Tempo candidato.



AÉCIO NEVES: Essa semana, candidata.

WILLIAM BONNER: Eu vou pedir silêncio. O microfone está fechado, o microfone está fechado e os senhores, por favor, não se manifestem. Nós estamos respeitando aqui as regras do debate. Candidata Dilma tem agora. Mais um minuto, eu estou controlando o tempo e estou permitindo que ambos os candidatos tenham condições de concluir raciocínio. O que não permito é que eles comecem um novo raciocínio, é razoável e está equilibrado até agora, por favor, os senhores não se manifestem.



DILMA ROUSSEFF: Candidato, o senhor precisa estudar mais, sabe, candidato, processos arquivados, processos encerrados. E vocês arquivaram e encerraram, e deixaram, também, passar o tempo para o julgamento. Sabe o que acontece, candidato? Eu não sei se o senhor sabe, só o Ministério Público abre processos engavetados e processos arquivados, e vocês arquivaram todos os processos, inclusive, o seu candidato a ministro ia ser, ia ser julgado por improbidade, mas como tinha passado o prazo do julgamento ele não foi sequer denunciado.

Então, candidato, a estratégia do engavetador para o caso da impunidade durante o seu governo deu certo.

WILLIAM BONNER: Concluída a tréplica, é a sua pergunta ao candidato Aécio, candidata Dilma.

PERGUNTA 6



DILMA ROUSSEFF: Pois não, eu queria falar sobre um assunto muito importante que é a educação. Nós somos a favor do Enem, que é uma forma de acesso democrático à universidade. Ao mesmo tempo, criamos o Prouni, criamos o Prouni que é o acesso à universidade privada e à faculdade privada das pessoas que não têm renda para pagá-los e também fizemos o Fies. Candidato, por que que vocês foram contra o Enem, foram contra o Prouni, entraram até na Justiça contrário a ela, ao Prouni.

WILLIAM BONNER: Tempo, candidata.



AÉCIO NEVES: Candidata, não posso deixar de retornar à pergunta anterior, dizer que infelizmente nós vamos às urnas, todos nós brasileiros, sem que saibamos o que a candidata e o que a cidadã Dilma Rousseff acha em relação ao mensalão, talvez por dificuldades com os seus companheiros de partido, para que os brasileiros possam fazer esse julgamento. Candidata, a senhora deveria honrar aquilo que escreveu, candidata, ao presidente Fernando Henrique reconhecendo quais eram as prioridades naquele momento. O grande presidente da estabilidade, segundo disse a senhora. Em relação a mim, ao meu governo, candidata, eu fico sempre com os enormes elogios que a senhora me fez, até constrangido porque eram elogios realmente muito fortes, que nem correligionários costumeiramente me faziam. A senhora me considerava um dos melhores governadores do Brasil. O governador, abro aspas para a senhora, exemplar. O que é que mudou? O fato de eu ser candidato? Ser o seu adversário hoje? Não, candidata, nós temos que tratar as coisas como elas são. Nós sempre valorizamos a educação. O Prouni, vamos de novo, é inspiração de um projeto de um governo tucano em Goiás, ampliado, e precisará ser ainda mais ampliado. Mas ele tem um problema, candidata, que o meu governo que existe, já que o da senhora ninguém conhece, nós vamos cuidar de apoiar esses jovens, porque muitos estão deixando a universidade porque não têm como chegar na universidade, não tem como comprar o material didático necessário. Nós vamos dar, além de ampliar o Prouni, nós vamos dar um apoio a esses jovens para que eles possam completar.

WILLIAM BONNER: Candidato, seu tempo. É sua réplica.



DILMA ROUSSEFF: Já que o senhor perguntou, eu quero dizer que a sua máquina de propaganda, candidato, é muito eficiente. Eu acreditei no seu choque de gestão. Até saber que o senhor tinha conseguido transformar o estado de Minas no segundo mais endividado do país. Eu acreditei, candidato, que o senhor investia em saúde e educação, até ler um parecer do TCU em que fica claro que o senhor não cumpriu o mínimo constitucional, nem em saúde, nem em educação. Agora, candidato, vocês nunca foram a favor do Prouni. Vocês entraram no Supremo Tribunal Federal pedindo para que a lei do Prouni fosse considerada inconstitucional. Candidato, no Enem vocês sempre criticaram. Agora que 8 milhões e 700 mil pessoas estão fazendo isso, o senhor vem aqui dizer que concorda?

WILLIAM BONNER: Tempo esgotado. Tréplica, candidato.



AÉCIO NEVES: Candidata, nem o fato de ter passado toda a sua vida longe de Minas Gerais justifica ofender tanto a realidade de Minas Gerais, candidata. A senhora, no último debate, fez uma ofensa aos fatos. E teve o constrangimento, acredito eu, de ler no dia seguinte um documento do ministro do Tribunal de Contas dizendo que aprovou as nossas contas, aliás, foram aprovadas por unanimidade, pela correção dos nossos investimentos, candidata. Quem não gasta em saúde é o seu governo. Em 2009, o TCU pediu que vocês retirassem do cálculo do gasto com saúde recursos para o Bolsa Família, candidata. Essa é a grande realidade. Vocês demoraram a regulamentar a Emenda 29, muito mais do era cabível, aceitável. Minas Gerais é um estado extraordinário, candidata. É o estado que só cresce. Tem a melhor educação fundamental do Brasil. A melhor saúde da região Sudeste, é o que teve um governador muito correto.

WILLIAM BONNER: Tempo esgotado, candidato. Muito bem. Depois do intervalo nós teremos o último bloco deste debate, e os candidatos à presidente voltarão a responder as perguntas dos eleitores indecisos. Até já.